

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**VOZES E NOTÍCIAS DAS RUAS DA PORTO ALEGRE DO  
INÍCIO DOS ANOS CINQUENTA**

**PAULO SERGIO FIORAVANTI JARDIM**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Claudia Musa Fay**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Porto Alegre  
2004

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 AVE DE RAPINA - VARGAS E OS ESTADOS UNIDOS.....	15
2 SUFOCANDO A VOZ - VARGAS E AS PRESSÕES INTERNAS.....	21
3 ESCRAVO DO POVO - O POPULISMO VARGUISTA.....	33
4 NA PRESSÃO - VARGAS E A IMPRENSA.....	42
5 ANOS NEM TÃO DOURADOS - A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	50
6 SACRIFÍCIO GRAVADO NA ALMA - AS TESTEMUNHAS.....	57
CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
ANEXOS.....	125
ANEXO A.....	126
ANEXO B.....	147
ANEXO C.....	163
ANEXO D.....	175
ANEXO E.....	182
ANEXO F.....	184

<b>ANEXO G.....</b>	<b>186</b>
<b>ANEXO H.....</b>	<b>188</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>190</b>
<b>ANEXO J.....</b>	<b>193</b>
<b>ANEXO K.....</b>	<b>199</b>
<b>ANEXO L.....</b>	<b>205</b>

## **AGRADECIMENTOS**

A ajuda de várias pessoas foi fundamental para que este trabalho pudesse ser concretizado. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora, a Professora Doutora Cláudia Musa Fay, que teve o papel importantíssimo de auxiliarme na busca das fontes, na interpretação destas, na fundamentação teórica e na formatação do trabalho. Sua capacidade intelectual e sua generosidade como ser humano ajudaram-me de sobremaneira a percorrer os caminhos do passado e do presente. Agradeço também a todos os professores que ministraram as aulas que freqüentei o Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no ano de 2003. Sinto-me honrado em ter sido seu aluno. Cabe aqui também agradecimentos aos profissionais que ajudaram-me no trabalho de busca e digitação de materiais: Cb Luciano, do Colégio Militar de Porto

Alegre, Marisa Shneider Nonnenmacher, Márcia Lamela, e Adriana Guglieri. Paulo Roberto Zietlov e o Cap também merecem meu reconhecimento, na medida em que foram grandes incentivadores para que fizesse Mestrado em História. Ainda sou grato aqueles que cederam-me seus tempos do presente e do passado. Foi, sobretudo, graças aos entrevistados que este trabalho pode se concretizar: Donatilia Senandes, Dalva Pacheco, landyoca Eliza Azevedo Vitalini, João dos Santos Souza Neto, Manoel dos Santos Lopes, Nilce Jancoski Resentengel, Noredina de Quadros Santos, Rubem Clas Carmanim, Violante Sa' e Zaira Henriqueta Woelfert Medaglia. Por fim, ofereço a minha gratidão a minha esposa, Patrícia Guglieri Jardim, que, nos momentos estressantes, estava ao meu lado. Sua compreensão e seu amor ficam difíceis de ser expressos em palavras. Todas essas pessoas, nesta passagem que tenho pela Terra, já estão em minha memória, perenemente.

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho a meus pais, Juvenal Jacques Jardim e Rosa Fioravanti Jardim, e a minha esposa, Patrícia Guglieri Jardim.*

## INTRODUÇÃO

Comecei a perceber que, a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardo, principalmente, nomes de empresas estatais estavam sendo mencionados constantemente pelos meios de comunicação. Aquelas empresas que, habitualmente, pronuncio em sala de aula – sou professor de História - , agora voltavam à tona em notícias e debates jornais, na televisão e no rádio. A Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a nível federal, e a CRT, a nível estadual – no governo de Antônio Britto - dentre outras, estavam passando por um processo de privatização intenso. O que despertou em mim alguns questionamentos: “- Mas isso não é patrimônio público?! Não deveria haver plebiscitos para decidir se deveriam ser privatizadas ou não? Isso realmente trará benefícios para o país?” Essas dúvidas e fatos ficaram na memória, pulsando e incomodando-me. Alguns anos depois, motivado por colegas de profissão e parentes, fui impulsionado para fazer Mestrado em História. Aos poucos, como um quebra-cabeças, o Projeto de Dissertação foi surgindo, com aquelas inquietações mencionadas servindo como ponto de partida.

Assim, um aspecto que, creio, diz respeito à relevância desse estudo originou-se da própria realidade em que estamos inseridos. De acordo com Norberto Guarinello,

[...], só existe história, reflexão histórica, a partir do presente. Esse vínculo, no entanto, é mais profundo do que comumente se admite. Não são apenas os interesses de uma época que estão em jogo. É a própria estrutura do presente, o modo como a realidade se impõe a nós, que municia e guia nosso olhar ao refletirmos sobre o passado. (GUARINELLO, 1994, p. 191)

Portanto, no atual contexto da globalização, lembrar e discutir questões ligadas aos interesses nacionais funcionam como um contrapeso a tal conjuntura econômica. O legado de Getúlio Vargas coloca-se, assim, no centro de discussões polêmicas acerca dos destinos do nosso país. Todo o processo de privatização, da globalização aberta da economia, do desmonte da *res publica*, iniciado com o neoliberalismo do governo Collor, vem levando o Brasil a uma situação de perda da soberania dos bens públicos.

A partir de Fernando Collor de Melo (1990-1992), vinte e quatro órgãos e empresas estatais, entre os quais o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a Siderbrás e a Portobrás, foram extintos. Além de iniciar um programa de privatizações de empresas estatais. No meio de mandato, as denúncias de corrupção acabaram afastando o presidente do poder, impedindo-o de efetivar tal objetivo. Seguindo esse processo, os governos de Itamar Franco (1992-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1998-2002) deram

continuidade à venda de estatais, possibilitando a privatização destas. Houve a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações e a alteração do conceito de empresa nacional, a fim de se evitar a discriminação do capital estrangeiro. Exemplos marcantes de privatizações foram aqueles que ocorreram com a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, já no primeiro governo de Fernando Henrique. O Brasil seguia o exemplo da Argentina, do Chile e do México, de acordo com as exigências do Fundo Monetário Internacional.

Conforme o sociólogo Ricardo Antunes, “[...] E aí estamos nós com um país sem telefonia, sem energia, sem siderurgia, sem telecomunicações próprias, completamente dependente de tecnologia e de capital forâneos, [...]”<sup>1</sup> Isso por si só coloca na pauta dos assuntos nacionais a seguinte questão: que tipo de desenvolvimento socioeconômico queremos? Nesse sentido, os governos Vargas (1930-1945 e 1951-1954) colocam-nos outra perspectiva de progresso. Ainda, de acordo com Montenegro, “A história opera sempre com o que está dito, com o que é colocado *pela* e *para* a sociedade, em algum momento, em algum lugar. Desses elementos, o historiador constrói sua narrativa, sua versão, seu mosaico.” (MONTENEGRO, 1992. p. 20) Nesse sentido, lembrar e analisar Getúlio Vargas significa tentar buscar respostas para questões que nos são colocadas pela atual sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup> Caros Amigos. n. 21. São Paulo: Casa Amarela. Ago/2004. p. 18 e 19.

Todavia, agora outra questão se apresentava: o que deveria ser utilizado como fonte? Como e onde buscar elementos factuais para a confecção do trabalho? As aulas noturnas que ministrei na Escola Municipal Presidente Vargas, dentro dos princípios do SEJA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos) foram úteis nesse sentido. Lá, escutando as memórias de pessoas com cinquenta, sessenta, setenta (ou até mais!), percebi que poderia utilizar a história oral como importante subsídio para o trabalho em mente. O ponto de partida para o processo de reconstrução histórica estava ali, todas as noites, na minha frente.

Comecei, então, a formular os objetivos. Um dos principais, dessa maneira, é resgatar um nível de historicidade junto aos segmentos populares, sobre um determinado período que, usualmente, é conhecido através da versão produzida pelos meios oficiais ou aqueles meios onde, geralmente, a “voz do povo” não aparece (jornais, livros, ...). Trata-se de oferecer à reflexão o reconhecimento de um outro conjunto de práticas que se dá no cotidiano, que, por sua vez, é marcado indelevelmente (em maior ou menor grau, mas sempre presente) na memória e que tem fundamentalmente uma base popular.

Lutz Niethamer, citado por Antônio Montenegro

[...] aponta a história oral como um meio privilegiado para o resgate da vida cotidiana, tendo em vista que esta se mantém firmemente na memória, apesar de poder sofrer alterações como resultado de experiências posteriores ou mudanças de atitudes. (MONTENEGRO, 1992, p. 16 e 17)

E, conforme Marc Ferro, “[...] a memória coletiva e a história oficial arrostam-se assim numa autêntica prova de força, que patenteia, sem dúvida melhor do que os trabalhos dos historiadores, os problemas levantados pela história.” (FERRO, 1992, p. 30)

A memória se forma e opera a partir da reação, dos efeitos, do impacto sobre o grupo ou o indivíduo, formando um todo imaginário que se constitui em uma referência permanente de futuro. No entanto a dificuldade do detalhamento, da precisão ou de uma tentativa de exatidão por parte do historiador esbarra justamente nas “migalhas” do tempo vivido que ficam na memória das vozes do passado, onde a própria ação do tempo coloca a possibilidade de distorção, de esquecimento ou de confusão do fato presenciado. Assim, o grande obstáculo no sentido de aliar as fontes históricas tradicionais ao depoimento oral é que, a princípio, de acordo com Montenegro,

[...] é constitutivamente distinta da fonte histórica pela dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente. Nesse sentido, o tempo da memória se distingue da temporalidade histórica, haja visto que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda uma dimensão do inconsciente.” (MONTENEGRO, 1992, p. 20)

Nesse sentido, o presente trabalho enquadra-se no esforço de entender melhor o governo varguista em seu segundo mandato, o impacto do seu suicídio determinados indivíduos e, sobretudo, que passado pode realmente ser resgatado e registrado como história. Ou, em outras palavras, trata-se de uma tentativa de buscar

a construção de uma representação do passado que transcenda não só o mundo das experiências imediatas e das explicações do senso comum, mas também o mundo da versão “oficial” dos meios de comunicação acerca do fato vivido. O cruzamento das histórias vividas a partir das experiências de vida e trabalho com as versões da história produzidas pelos órgãos de imprensa (que podem ser interpretadas como a história produzida pelas elites), por um lado, e pela história produzida pelos intelectuais (aqui incluídos os historiadores), por outro, busca traçar um panorama mais amplo e articulado daqueles dias de agosto de 1954.

Para tanto, foram tomados os depoimentos de dez testemunhas que vivenciaram os acontecimentos de 1954, particularmente os fatos ocorridos em agosto daquele ano. A opção de fazer apenas este número de entrevistas, primando mais pela qualidade do que pela quantidade de documentos, tem como fundamento o fato de que, conforme Núncia Constantino, “Na abordagem qualitativa, a presença ou ausência de características é o que se leva em consideração.” (CONSTANTINO, 2002)

No que diz respeito à análise dos relatos das testemunhas daquele tempo vivido, foram utilizados elemento da Análise de Discurso. Isso porque, concordando com Núncia Constantino, acerca de tal metodologia.

Conclui-se que é metodologia com amplas possibilidades de escolha, capaz de auxiliar no desenvolvimento das capacidades de inferir e intuir, fundamentais à pesquisa histórica. Já é tempo de dizer que a expressão Análise de Conteúdo designa conjunto de técnicas cuja aplicação, através de procedimentos sistemáticos, visa produzir inferências. São técnicas para ler e interpretar o conteúdo de qualquer espécie de documento e, mais

concretamente, de toda espécie de documento escrito. (CONSTANTINO, 2002)

De acordo com tal metodologia, o primeiro passo foi a *desconstrução* das narrativas dos entrevistados (unidades de contexto), que foram sendo desmontadas em seus elementos constituintes (unidades de registro). Essas unidades de registro foram agregadas, por constante comparação, em conjuntos de elementos semelhantes, isto é, em *categorias*. Tais categorias foram inseridas em determinados contextos a fim de tentar estabelecer um discurso ou de oposição ou de relação junto aos mesmos. Por fim, a última etapa da análise foi um esforço no sentido de construir um *meta-texto*, isto é, um espaço onde, citando novamente Núncia Constantino, “Devem ser comunicadas as novas compreensões, explicitadas as novas descobertas emergentes da análise, tornados compreensíveis os fenômenos ou processos investigados.” (CONSTANTINO, 2002) Todos esses passos permeiam os capítulos deste trabalho.

Os depoentes foram contatados através de alunos, de colegas de trabalho das escolas em que exerço a profissão de professor de História ou foram os próprios alunos. Uma das exigências é que fossem pessoas que tivessem, em 1954, preferencialmente mais de vinte anos. Assim, teriam suficiente maturidade e maior capacidade para reter na memória as imagens e os sons de cinqüenta e quatro. De fato, houve sucesso nesse sentido, pois a grande maioria dos entrevistados tinha entre vinte e trinta e cinco anos em cinqüenta e quatro. Ainda, buscou-se o registro

de depoimentos de indivíduos que fizessem parte das camadas populares há cinqüenta anos. E que até hoje pertençam a tais camadas. As entrevistas constataram, portanto, que, dos dez entrevistados, seis tinham concluído, ou quase, o Primário e o Ginásio; dois fizeram o Magistério e dois formaram-se como Técnicos em Contabilidade. Apenas duas pessoas conseguiram concluir o Ensino Superior. Todas moravam em casas ou apartamentos alugados e eram empregados. Tal intenção de seleção decorre do desejo de buscar o entendimento de como Vargas foi compreendido por tais pessoas de acordo com suas visões de mundo, por um lado; por outro lado, trata-se confrontar suas memórias com o senso comum de que Getúlio era, essencialmente, o “pai dos pobres”, desmistificando, confirmando ou relativizando tal noção. Ainda, trata-se de identificar e mensurar quais foram os aspectos relativos ao segundo governo Vargas que estão presentes até hoje na lembrança dos entrevistados e por quê.

Torna-se necessário alertar para a influência das instâncias espacial e temporal na acomodação das lembranças na memória dos narradores. Conforme Marieta Ferreira,

como a gente sabe, mas sempre é importante lembrar, a memória não é uma nem fixa. Ela é fragmentada, está em constante mutação e, muitas vezes, tem elementos conflitantes. Se fizermos uma comparação entre a memória que se tem de Vargas no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em São Paulo, essas memórias apresentarão características diferentes, mecanismos de construção e atualização também diferentes. (FERREIRA, 1954)

Todos os depoentes são gaúchos e, como Getúlio Vargas também o era, ficou claro que isso também serviu como um dos elementos constitutivos da memória relativa ao estadista.

Outro aspecto do trabalho foi tentar entender como a imprensa contribuiu para influenciar a opinião dos entrevistados. Isto é, de que maneira o conteúdo de alguns jornais de grande circulação em Porto Alegre, no ano de 1954, reforçaram uma determinada imagem de Vargas na memória dos entrevistados. Porém alguns problemas surgiram durante o processo de confecção deste trabalho. Primeiro, a maioria dos entrevistados não tinha o hábito de ler jornais ou condições de adquiri-los. O rádio era o principal meio de comunicação para se tomar conhecimento dos fatos, fosse através de um aparelho convencional ou de uma “galena”(aparelho rudimentar, muitas vezes confeccionado pelos próprios entrevistados ou seus parentes). Segundo, as fontes eram escassas nos arquivos visitados. Não havia uma quantidade considerável de material, portanto, para a consulta e análise. A decisão foi partir para outras fontes, tais como revistas, resumos, livros, ..., ligados às questões teóricas e factuais, constituindo assim um conjunto de documentos, o *corpus* análise. E fazer o cruzamento com as unidades de referência pinçadas dos depoimentos.

O cruzamento das fontes orais e escritas foi feito ao longo de todo o trabalho, nos capítulos a seguir, procurando estabelecer vínculos, discordâncias ou rupturas

entre os registros escritos e os registros fixados na memória dos indivíduos que viveram na Porto Alegre dos anos cinqüenta. Por conseguinte, os caminhos percorridos pelas vozes e notícias das ruas depararam-se, indicando encruzilhadas. Percorrê-las e tentar entendê-las é uma aspiração modesta deste trabalho.

## 1 AVE DE RAPINA - VARGAS E OS ESTADOS UNIDOS

As relações entre o governo Vargas e os Estados Unidos sempre pautaram-se pelo sentido dúbio. Dispostos a amparar e até financiar o desenvolvimento brasileiro, os interesses norte-americanos condicionavam tal apoio à não intervenção direta do Estado no processo. Todavia, o desenvolvimento econômico brasileiro, por razões históricas, necessitava do amparo direto do governo, o que valia também para o restante dos países latino-americanos. Conforme Laurenza,

Afinal de contas o Brasil se tornaria um aliado e um parceiro muito melhor se sua economia crescesse. Só que a América Latina, com o Brasil à cabeça, escolheu um outro rumo, a partir da criação da Cepal [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe]. O desenvolvimento latino-americano e brasileiro foi liderado e, em parte, até operacionalizado diretamente pelo Estado. (LAURENZA, 1998, p. 14)

Porém, as alterações estruturais seriam realizadas com a participação efetiva dos empréstimos internacionais, concedidos pelos bancos de fomento, o que contribuía para as relações ambíguas entre os governos brasileiro e norte-americano.

Portanto, nunca houve o rompimento de Vargas com os EUA. Prova disso foi a negociação do financiamento da siderurgia nacional com os norte-americanos. Mas os conflitos sempre ocorreram nos bastidores, ficando explícitos na Carta-testamento de 54. Mesmo na época dos discursos de campanha de Vargas para a presidência, nas eleições de 1950, já havia um monitoramento norte-americano. O memorando confidencial que os secretários de Estado Dean Acheson enviará ao presidente Truman, em 1º de maio de 1950, alertava para a política nacionalista que seria implementada pelo futuro presidente do Brasil. Se Vargas ganhasse as eleições, segundo Dean Acheson citado por Laureza, entraria em confronto com a “política que estamos tentando propagar no campo das relações internacionais.” (LAURENZA, 1950, 114)

Portanto, a situação nos anos cinqüenta era diferente daquela do primeiro governo de Vargas. Entre 1930 e 1945, o governo varguista pautou-se por uma tentativa consciente de tirar proveito da conjuntura internacional e da redefinição da economia brasileira, por meio da utilização da política externa como um instrumento estratégico para lograr a industrialização do país. Segundo Vizentini,

A diplomacia pendular do Brasil, entre Washington e Berlim, buscava, em essência, reativar a velha ‘aliança privilegiada’ com os Estados Unidos, inovando-a com outras formas de cooperação econômica. Em suma, Vargas ensaiava uma nova política externa em uma situação ainda dominada por velhas estruturas de alcance regional. (VIZENTINI, 2003, p. 16)

Já a partir da segunda metade do século XX, a sociedade brasileira passava por um novo perfil sóciopolítico: houve o incremento da urbanização e da industrialização, a afirmação de uma burguesia industrial, de segmentos médios urbanos, de uma jovem classe operária e outros trabalhadores urbanos e rurais. A

participação popular e os conflitos sociais forçavam o governo a uma tomada de atitude. O que também contribuiu para que Vargas retomasse o projeto de desenvolvimento industrial por substituição de importações, incrementando a indústria de base.

Todavia, nesse novo contexto mundial, a obtenção de capitais e tecnologia só poderia concretizar-se com o apoio dos Estados Unidos, então a potência hegemônica no mundo capitalista, no quadro mais amplo da Guerra Fria. O que colocava para o Brasil, em termos de relações internacionais, um espaço de manobra muito limitado. Esboçando uma reação a tal adversidade, Vargas assinou o Decreto 30.363 limitando as remessas de lucros de empresas estrangeiras para o exterior. Segundo José Augusto Ribeiro,

O decreto de 3 de janeiro limitava a remessa de lucros das empresas estrangeiras a 8% sobre seu capital registrado, isto é, o capital efetivamente transferido do exterior para o Brasil. O decreto permitia igualmente o retorno do capital investido, à razão de no máximo 20% ao ano.

[...] Os Estados Unidos reagiram com o automatismo de sempre, embora as cabeças menos embotadas de sua diplomacia tivessem percebido que o decreto não era tão radical quanto parecia e que Getúlio visava a um alvo que poderia ser objeto de negociações razoáveis e mais equânimes que o regime de privilégios absolutos para os capitais estrangeiros no país” (RIBEIRO, 2002, p. 112-113)

As relações entre Brasil e Estados Unidos acirraram-se, como nos relata Valentim Bouças, em carta enviada, de Nova Iork, a Vargas:

Encontrei uma atmosfera de confusão nos meios comerciais e bancários, pois o seu Decreto 30.363 de 5 de janeiro deste ano não foi devidamente amparado aqui como deveria ter sido, isto é, com a apresentação das razões, motivos etc. Foi um ato isolado, que aqui apareceu, causando uma situação muito desagradável, mormente porque existe neste país grande admiração pelo Dr. Getúlio. Seu nome é popular, pois, suas relações de amizade com o Presidente Roosevelt não se apagaram. Nada disso foi feito e assim seu nome ficou em evidência como perseguidor do Capital estrangeiro. E daí esse amontoado de discursos em associações locais e ondas de telegramas de protesto aos grandes Bancos e ao Departamento de Estado<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Anexo 1.

A eleição do republicano Dwight Eisenhower, em 1953, complicará ainda mais as tentativas de negociações do Brasil, pautadas por uma *barganha nacionalista*. Isto é, Vargas daria apoio internacional aos Estados Unidos, apoiando-o na Guerra Fria, e, por outro lado, exigiria ajuda ao desenvolvimento econômico brasileiro. A situação era desfavorável para o governo brasileiro. Conforme Vizentini:

Basicamente, toda tentativa de retomar a diplomacia da barganha do período 1930-1945 esbarrou, a partir de então, na intransigência do novo governo republicano, que demonstrou grande insensibilidade em relação às demandas pelo desenvolvimento latino-americano. (VIZENTINI, 2003, p.17)

Ainda, conforme Boris Fausto:

Em janeiro de 1953, o general Eisenhower assumiu o mandato presidencial, chamando para as Secretarias do Tesouro e do Estado respectivamente George Humphrey e John Foster Dulles. Além de converter o anticomunismo em uma verdadeira cruzada, o governo dos Estados Unidos adotou uma postura rígida diante dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento. A linha dominante consistia em abandonar a assistência estatal dada a esses países e dar preferência aos investimentos privados. As possibilidades de o Brasil obter créditos públicos para obras de infra-estrutura e para cobrir os *déficits* do balanço de pagamentos encolheram sensivelmente. (FAUSTO, 1999, p 411)

Em junho de 1953, Eisenhower extinguiu unilateralmente a Comissão Mista Brasil-EUA, emprestando somente 180 dos 400 milhões de dólares prometidos. Confirmava-se, portanto, a estratégia republicana no plano das relações internacionais.

Diante desse quadro, o nacionalismo varguista, inicialmente voltado para a unidade interna necessária ao projeto industrializante, visando a “união capital-

trabalho”, mudou seu perfil. Novamente citando Vizentini, sobre tal mudança de enfoque desse nacionalismo:

Galvanizado pela participação popular que crescia no meio urbano, veio a assumir um caráter genuinamente antiimperialista, o que ficou patente quando a questão da Petrobrás evoluiu em direção à campanha ‘O Petróleo É Nosso’, gerando inúmeros atritos com os Estados Unidos e com as forças sociais de direita dentro do Brasil. Vargas chegou a declarar, em 7 de setembro de 1953, que ‘o imperialismo era a falta de investimentos dos países ricos nos pobres, impedindo o desenvolvimento. [ ] âmbito dos delicados equilíbrios de poder existentes no plano interno, o nacionalismo e a política externa acabaram por formar um dos ângulos de confronto que emergia tanto no plano doméstico como no internacional. (VIZENTINI, 2003, p.18)

Ressalta-se que essa relação de oposição crescente entre o governo varguista e os interesses norte-americanos está presente na memória dos entrevistados. Alguns destes, que viveram os dilemas do segundo governo Vargas, têm uma perspectiva desfavorável aos norte-americanos, às vezes identificando-os diretamente ou como “estrangeiros”.

Porque muitos estrangeiros, muitos países tavam contra o Getúlio porque ele era um ditador. Mas não viam que ele era um ditador amigo do povo. (NORENDINA)

Era um homem honesto, um brasileiro, ele não tinha nada de estrangeiro. Ergueu a pátria ou qualquer coisa. (MANOEL)

A associação entre o suicídio e os interesses norte-americanos também consta no relato de uma das entrevistadas.

Ah, o Getúlio se matou porque não queria entregar a Petrobrás pros americanos. Eles queriam tomar conta. Aí, depois que ele se matou, todo mundo ficou amigo dele. Mas eu pensei, cá comigo, será que ele se matou mesmo? Porque os americanos queriam se assenhorar de tudo, né? (DONATÍLIA)

## **2 SUFOCANDO A VOZ - VARGAS E AS PRESSÕES INTERNAS**

**O período que se iniciou em 1945 e terminou em 1964 foi o primeiro em que o país ingressou realmente em um cenário político democrático, mesmo diante da precariedade institucional, política e social que o país viveu anteriormente. Marcada secularmente pelas disputas regionais e pelos interesses privados das elites que se confundiam com o interesse público, a estrutura política nacional a partir desse momento alcançou outro perfil, com o funcionamento das instituições democráticas, dos partidos e a participação das camadas populares. A modernização do país proporcionou a participação da população no processo político e nos movimentos sociais, ainda que em pequena escala e com certa relatividade, pois a tutela populista e a hegemonia das elites era evidente. Por outro lado, a instabilidade política e o populismo também marcaram fortemente o período.**

**Contudo, o cenário de relativa estabilidade política e econômica do governo de Gaspar Dutra proporcionou uma sucessão pacífica para o novo presidente. Vargas e o getulismo ressurgem, dando a conotação do eixo central da campanha sucessória. O PSD (Partido Social Democrático) lança**

candidato próprio, Cristiano Machado. Eduardo Gomes disputa pela UDN (União Democrática Nacional) e João Mangabeira pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). Apoiado por uma aliança PTB-PSP (Partido Trabalhista Brasileiro – Partido Social Progressista), este último liderado por Ademar de Barros, Vargas vence as eleições presidenciais em 1950 com 48,7% dos votos, tendo como vice-presidente Café Filho. Concorreu para isso a falta de bases populares dos partidos majoritários, PSD e UDN, que tiveram dificuldades em formar coligações fortes para concorrer às eleições. Nesse sentido, Vargas conseguiu ganhar o apoio das maiores lideranças do PSD, que sabiam da inviabilidade da candidatura de Cristiano Machado. Conforme Moraes, “daí nasceu o neologismo ‘cristianizar’ entre os políticos brasileiros, um sinônimo de abandono/traição eleitoral” (MORAES, 2000, p. 455). A derrotada UDN tentou impugnar eleição e impedir sua posse, fato que vai se repetir em outras eleições futuramente.

Eleito, em sua maioria, pelos trabalhadores urbanos, porque os trabalhadores do campo eram analfabetos e por isso não tinham o direito de votar, Vargas recebeu grande quantidade de votos marcados pelo protesto contra a política do governo Dutra, de austeridade e repressão ao movimento operário. Visto com desconfiança pelos políticos de oposição e pela imprensa, temerosos diante da possibilidade de um novo golpe, Vargas tentou atrair os diversos segmentos políticos da sociedade: aproximou-se da UDN; organizou um ministério conservador; reforçou a política trabalhista, para atrair as camadas populares, através do Ministério do Trabalho, com a gestão de João Goulart, e compôs com a ala nacionalista do Exército. Getúlio procurou conciliar, até onde foi possível, das duas principais correntes políticas, cuja

divergência dizia respeito ao modelo de desenvolvimento que o país deveria seguir: um modelo nacionalista de defesa das riquezas nacionais e outro baseado na articulação com o capital externo. A oscilação de suas posições refletia as contradições existentes na base de sustentação do governo e criava insatisfação interna e na oposição.

Nesse contexto, a oposição civil e militar continuou crescendo. A aproximação junto às camadas populares urbanas e sua política trabalhista aprofundavam os compromissos do governo mais à esquerda, angariando a antipatia dos grupos conservadores civis e militares do governo e da oposição. Uma forte campanha anti-getulista começou a crescer, ocupando a imprensa de modo geral e os partidos de oposição, sobretudo a UDN, que chegaram a pedir sua renúncia. A nova conjuntura política era desfavorável ao governo federal, além da força que representava a UDN, que formavam a segunda maior bancada, em 1951, na Câmara de Deputados.

Tanto a UDN quanto Carlos Lacerda são lembrados pelas testemunhas daquele tempo como inimigos ferrenhos de Vargas ou até como causadores direta ou indiretamente de sua morte em 24 de agosto de 1954:

[...] Tinha o Congresso, a Constituinte, [...], aquilo tudo deixou ele amarrado sem poder fazer o que queria. Porque já tavam querendo tirar dele o poder. [...] tu sabe que a pessoa que nasceu pra ser líder não aceita comando. Ele sabia que ia ser derrotado. Porque teve aquela morte do major, tinha o Carlos Lacerda, era o inimigo número um do Vargas. Os militares tavam querendo tomar o poder, já. Tinha a UDN, o Partido Comunista, tudo contra ele. (DALVA)

**Mas o pivô mesmo de tudo começou, essa época e uma parte interessante, que fez a pressão tudo foi o governador Carlos Lacerda. Carlos Lacerda não era brincado. (NORENDINA)**

**Houve dúvidas. Botaram a culpa no Gregório ou no Carlos Lacerda. Meu pai e minha irmã achavam que ele não tinha se matado. Ele não era homem pra fazer isso, apesar da carta-testamento, que apareceu depois. (NILCE)**

**E nos fomos avançando e veio aquela turma dizendo: “Isto e’ culpa do corvo!”, que na época era o apelido do Lacerda, dado pelo PTB [...]. Claro, tinha o Carlos Lacerda, um oportunista, mas um dos maiores oradores. (RUBEM)**

**Conforme Skidmore, sobre as dificuldades políticas que Vargas encontrou em seu novo governo,**

**o cenário político que encontrou no início da década de 50 era mais difícil de dominar que qualquer outro que já tivesse enfrentado em seus anos de poder, entre 1930 e 1945. Vargas, agora, presidia um sistema político aberto e fluído. Os votos mobilizados pelos chefões do interior estavam caindo de importância, enquanto que o eleitorado urbano continuava a crescer rapidamente. [...] Lá por meados da década de 30, Vargas tinha podido contar com o apoio final dos militares superiores, bem como dos políticos de centro e da direita, para medidas de ‘emergência’, das quais o golpe de 1937 foi a conclusão lógica. Agora, Vargas enfrentava um centro desconfiado, implacável oposição da direita e um Exército neutro, na melhor das hipóteses. Na Câmara de Deputados, em 1951, o governo enfrentava uma complexa mistura de forças políticas. O PSD ainda tinha a maioria parlamentar (112), seguido pela UDN (81), o PTB (51) e o PSP (24); as restantes 36 cadeiras estavam divididas entre oito partidos**

**menores. A maioria era 'centrista', indecisa com respeito a pontos fundamentais das diretrizes políticas, mas não inclinada a aceitar fórmulas radicais oferecidas quer pela direita, quer pela esquerda [...].(SKIDMORE, 1976, p. 133-134)**

A UDN, comandada por Carlos Lacerda, fazia forte oposição a Vargas, acusando-o de envolvimento em vários casos de corrupção, favorecimento a empresas e políticos e aliança com os comunistas. Tais acusações eram veiculadas no jornal de Lacerda, denominado *Tribuna da Imprensa*. Contrapondo-se a Lacerda, o que contribuía para o processo de agravamento das questões políticas na época, havia o jornal *A Última Hora*, de Samuel Wainer, porta-voz do governo federal. Quanto aos militares, crescia a animosidade entre os nacionalistas e aqueles de direita. As acusações formuladas por parte da oposição, de que o ministro da Guerra, Estilac Leal, teria ligações com os comunistas, acabou resultando na renúncia do ministro, em março de 1952.

Exemplificando a oscilação política do governo, nesse mesmo ano foi decretada uma lei que previa punições para aqueles que cometessem crimes contra o Estado, o que incluía a organização de comícios, greves e manifestações sem a autorização da polícia. Indiferentes à proibição, cerca de 500 mil pessoas participaram de uma manifestação que ficou conhecida como "Panela Vazia", campanha que criticava o aumento abusivo do custo de vida no país. A questão que se colocava é que o fenômeno da industrialização e da urbanização, com o crescimento dos sindicatos, mesmo controlados pelo Estado, o advento dos partidos políticos e o avanço dos meios de

comunicação, como o jornal, o rádio e o cinema, permitiu, com o passar do tempo, uma tomada de consciência das camadas populares. Portanto, tais camadas começavam a identificar-se como classes sociais distintas, com interesses próprios, sofrendo um processo de consciência de classe. Uma série de greves explodiu em 1953 em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Belém sem controle do governo e do PTB. Em São Paulo, as lideranças do extinto partido comunista Brasileiro organizaram um movimento grevista contrário à contenção governamental e à carestia. Os manifestantes, cerca de 300 mil, reivindicavam aumento salarial de 100% e controle da inflação, já que, desde dezembro de 1951, o salário mínimo estava congelado. A greve reuniu trabalhadores da construção civil, carpinteiros, vidreiros, gráficos e representantes de outras categorias. Um dos resultados dessa greve, que durou um mês, foi o enfraquecimento do governo Vargas, acusado pelos empresários de Ter fomentado o movimento. Ficou claro que a burguesia apoiava Vargas também enquanto ele mantivesse as camadas populares submissas. A UDN, na voz de Lacerda, acusava uma aliança do presidente com os comunistas, contando com a reação negativa da população a essa conexão, no contexto da propaganda anticomunista recém iniciada no Ocidente, pautada pela Guerra Fria.

Os opositoristas, liderados por Lacerda faziam uma oposição cada vez mais ferrenha, com o objetivo de por fim ao governo varguista. Frente a tais dificuldades, o governo optou pela reforma ministerial para reorientar sua política. Entre os novos ministros estavam Oswaldo Aranha, indicado para a pasta da Fazenda, e João Goulart para o Ministério do Trabalho. Goulart tinha

ligações com os sindicatos e com o PTB, do qual era presidente nacional. O que resultava na hostilidade da oposição em geral.

Procurando amparar-se cada vez mais na classe trabalhadora, Vargas tornava-se refém do populismo por ele praticado. Segundo Weffort, o populismo é a exaltação do poder público: “é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos colocados na massa.” (WEFFORT, 1980, p. 28.) Assim, o populismo varguista dava, cada vez mais, voz à população urbana e operária, que reivindicava sua participação na vida política e seu quinhão na produção econômica. Procurando atrair cada vez a massa trabalhadora para seu lado, o governo Vargas, em 1954, o governo decretou o aumento do salário mínimo em 100%, durante as comemorações do Dia do Trabalho. A reação dos empresários e de parte das imprensa foi imediata, já que o setor patronal industrial, principalmente do eixo Rio-São Paulo, pressionava para que não fosse além de 40%. No que diz respeito aos militares da alta hierarquia que se opunham ao Presidente, 82 coronéis assinaram o Manifesto dos Coronéis, de fevereiro de 1954, criticando as medidas de Vargas, principalmente o aumento do salário mínimo, que praticamente colocava os salários dos trabalhadores no mesmo nível que o dos oficiais do Exército. Por outro lado, tal Manifesto demonstrava a preocupação da alta hierarquia militar com a situação política do país:

**O clima de negociatas, desfalques e malversação de verbas que infelizmente vem nos últimos tempos envolvendo o País e até mesmo o Exército, está, por outro lado, a exigir que se oponham sólidas barreiras que lhe detenham o transbordamento dentro das classes armadas, [...].**

**E a elevação do salário mínimo que, nos grandes centros do País, quase atingirá os dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma em aberrante subversão de todos os valores profissionais, destacando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército de seus quadros inferiores.<sup>3</sup>**

O anticomunismo estava presente também em tal manifesto, como comprovam os trechos abaixo do documento dos coronéis:

**O descontentamento e as inquietações que lavram entre os quadros permanentes e semipermanentes, sobretudo nos postos menos elevados, estão a criar perigoso quadros de intranqüilidade, agravado pelo enfraquecimento da confiança nos chefes, que já se esboça e amplia. [...] Prenuncia-se indisfarçável crise de autoridade, capaz de solapar a coesão da classe militar, deixando-a inerte às manobras divisionistas dos eternos promotores da desordem e usufrutuários da intranqüilidade pública. E, com o comunismo, solerte sempre à espreita, serão os próprios quadros institucionais da nação ameaçados, talvez, de subversão violenta[...]. Perigosas só poderão ser hoje, portanto, nos meios militares, as repercussões que já se pressentem e anunciam, de leis ou decisões governamentais que beneficiam certas classes ou grupos, acarretarão pronunciado aumento do já insuportável custo de todas as utilidades. Rio de Janeiro, 8 de Fevereiro de 1954.<sup>4</sup>**

---

<sup>3</sup> Anexo 3.

<sup>4</sup> Anexo 3.

Devido à repercussão de tal documento, Vargas optou por substituir o ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, e o do Trabalho, João Goulart, que formalmente renunciou. Todavia, a pressão contra o líder populista não cessou. Identificando como elites aqueles que eram contrários a Vargas – empresários, militares da alta hierarquia e políticos de longa data – Pedro Cezar Dutra Fonseca afirma que

**A radicalização anti-Vargas demonstra o sucesso dessas elites em sua campanha contra o populismo, cujo clímax, antes do ato do suicídio, ocorreu em junho de 1954, com a proposta de *impeachment* do Presidente, encaminhada ao Congresso pelo líder da UDN e da oposição (UDN-PDC-PL-PR), Afonso Arinos. A moção foi derrotada na Câmara por 136 votos contra 35, mas, mais que a vitória de Vargas, representou desgaste e enfraquecimento do governo, além de indicar o último recurso legal para excluí-lo do poder. (FONSECA, 1989, p. 429)**

Segundo Robert M. Levine, “[...], a UDN deu início ao processo de *impeachment* de Vargas, alegando a existência de negociações com Perón e com os chilenos, visando à criação de um bloco anti-americano no hemisfério.” (LEVINE, 2001, p. 128)

Em termos econômicos, Vargas afirmava em seu primeiro discurso ao Congresso Nacional:

**[...] A elevação dos níveis de vida, num país como o Brasil, depende, assim, muito menos da justa distribuição da riqueza e do produto nacional, do que do desenvolvimento**

**econômico. A grande verdade é que temos pouco o que dividir, Devemos, portanto, por um lado, atender ao problema de justiça, corrigindo os abusos e a ostentação de uma minoria, e ainda elevar a produtividade através de melhores níveis de consumo, mas por outro lado, não de vemos permitir que uma distribuição insensata venha prejudicar o potencial de capitalização necessário ao desenvolvimento econômico geral, e assim, à criação de maiores e mais amplas oportunidades de empregos e salários. [...] O progresso nacional se vinculará solidamente ao desenvolvimento econômico. O Governo não poupará esforços para favorecer a acumulação de recursos públicos e privados, que se destinam a ampliar a produção nacional, e assim, melhorar pelo emprego e pela abundância, as condições de vida de nosso povo. [ ]. (MOTA, 2002, p. 498)**

**Tão logo assumiu o governo, Vargas encaminhou ao Congresso um programa de governo que apresentava a expansão da indústria como prioridade. Para atender essa meta, o governo dedicou especial atenção a quatro pontos essenciais: investimento na relação entre Estado e empresários; priorização da empresa pública para os investimentos industriais, visando estimular o ainda frágil capital nacional; fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE, com vistas a assegurar financeiramente o Plano de Reparcelamento Econômico – Plano Lafer; elaboração de um projeto de desenvolvimento que integrasse a agricultura, a indústria pesada e a emergência da política de massas.**

Tais medidas enquadravam-se no modelo de desenvolvimento econômico reservado aos países agro-exportadores, semi-industrializados como o Brasil. Esse modelo de “substituição de importações” visava alterar a pauta de importações e estimular a formação de um parque industrial de base, que, a longo prazo, isso capacitaria o Brasil a produzir bens duráveis (eletrodomésticos, automóveis) e, mais tarde, de produção (máquinas motrizes e equipamentos).

Todavia, os cofres públicos estavam corroídos pela elevada inflação, que diminuía o poder de compra dos salários e gerava tensões sociais, principalmente na base política do getulismo, ou seja, os trabalhadores, como vimos acima. Assim criou-se uma contradição na gestão da economia pelo governo. De um lado, havia o compromisso de dar continuidade ao projeto industrial. De outro, havia a necessidade de conter a inflação, que aniquilava o poder de compra dos salários e gerava tensões sociais. Para a execução do Plano de Governo, Vargas recorreu a empréstimos externos. Mas os Estados Unidos, um dos maiores parceiros econômicos do Brasil, decidiram suspender os empréstimos a partir de 1953, em retaliação à política nacionalista adotada pelo governo. Somou-se a tais dificuldades os protestos dos empresários diante do aumento de 15% sobre o Imposto de Renda.

Em 1952, o governo Vargas inaugurou o BNDE e estatizou a geração de energia elétrica com a criação da Eletrobrás. É importante destacar que, em termos da política de desenvolvimento nacional encontrava apoio nos círculos militares, particularmente no que diz respeito à exploração de petróleo. O que é comprovado pela mensagem entregue pelo CEDPEN (Centro de Estudos e

Defesa do Petróleo e da Economia Nacional) à Câmara de Deputados em maio de 1952, particularmente no que diz respeito à exploração de petróleo (Anexo 4). No ano seguinte, criou a Petrobrás, estabelecendo o monopólio estatal da exploração do petróleo brasileiro, evidenciando a política nacionalista de Vargas. Paralelamente, a União Nacional dos Estudantes – UNE – organizou debates visando mobilizar a opinião pública em torno da palavra de ordem “O petróleo é nosso”. Já em 1953 foi sancionada a Lei n.º 2.004, estabelecendo a Petrobrás como empresa totalmente nacional, com participação majoritária do Estado, que passou a controlar todas as etapas da indústria petrolífera, exceto a da distribuição dos produtos. Além disso, instituiu a Comissão de Desenvolvimento Industrial, de onde saiu a subcomissão de fabricação de jipes, tratores, caminhões e automóveis, estratégica para a implantação da indústria automobilística do país.

Em 1954, o atentado do dia 5 de agosto, organizado por Gregório Fortunato – chefe da guarda pessoal de Getúlio – contra Carlos Lacerda, que atingiu mortalmente o major Rubem Vaz, acelerou a crise dando novo alento ao movimento pela renúncia do presidente. Lacerda, capitalizando as repercussões do Atentado da Toneleros, organizou uma campanha contra Vargas, exigindo o apoio da Forças Armadas na retirada do presidente. O brigadeiro Nero de Moura, ministro da Aeronáutica, deu início a um Inquérito Policial Militar, para investigar o atentado. Referindo-se a tal procedimento militar, Flávio Tavares relata que

**O IPM funcionava como uma ‘república paralela’, não obedecia nem prestava contas a nenhuma das autoridades estabelecidas e não se**

**cingia a lei alguma, transformando-se, ele próprio, na única autoridade e na única lei. O brigadeiro Nero Moura, mesmo sendo o mais notório herói da FAB [Força Aérea Brasileira] durante a Segunda Guerra Mundial, teve que renunciar ao Ministério da Aeronáutica a 13 de agosto, nove dias após a morte do major Vaz, ao constatar que já não mandava na oficialidade e em nada. (TAVARES, 2004, p. 77)**

Em seguida, ocorreu a prisão de Climério Euribes de Almeida, que confessou Ter contratado o pistoleiro de nome Alcino a mando de Gregório Fortunato, chefe da segurança pessoal de Getúlio Vargas.

O Manifesto dos Generais, de 22 de agosto de 1954, expunha claramente a posição da cúpula militar em relação aos recentes acontecimentos:

**Os abaixo-assinados, oficiais-generais do Exército, consciente de seus deveres e responsabilidades perante a Nação, honrando compromissos públicos e livremente assumidos, e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, em consciência, como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual presidente da República, processando-se sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais.<sup>5</sup>**

Naquele agosto de 1954, Vargas encontrava-se totalmente isolado e sem capacidade de reação e manobra política, tornando a renúncia ou a licença as únicas alternativas aparentes. Por outro lado, a marca ambigüidade, ainda que

---

<sup>5</sup> Anexo 5.

pese uma interpretação personalista do governo em questão, se fez presente também nesse momento. Conforme Laurenza,

**Após a morte do major Vaz, Getúlio Vargas poderia Ter reagido ao golpe, que se processava, levantando as massas trabalhadoras contra a 'República do Galeão'. [...] Mas Vargas não era Fidel Castro ou Salvador Allende. Ele representava uma estranha combinação de astúcia e idealismo, manobrista e visionário. Sua desgraça foi que não conseguiu ficar acima do conflito que ele mesmo acirrou. (LAURENZA, 1998, p. 15)**

Sua resposta e última manobra política ocorreu em 24 de agosto, como suicídio. Seu tiro no coração e a carta-testamento denunciando entre outras coisas o imperialismo, as pressões e os interesses internos contrários aos interesses dos trabalhadores e do país causaram comoção. O efeito foi imediato: as camadas populares saíram às ruas; os jornais oposicionistas foram empastelados, inviabilizando as ações golpistas comandadas principalmente pela UDN. Desse modo, apesar de morto, Vargas ainda marcava fortemente sua presença na vida política do país.

### 3 ESCRAVO DO POVO - O POPULISMO VARGUISTA

O populismo varguista surgiu no Brasil configurado por uma nova conjuntura econômica de fragilidade e necessidade de crescimento do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, a ideologia do Estado varguista colocou-se como uma estratégia de poder necessária para sustentar tal crescimento econômico. Cabe aqui dissertarmos sobre o termo ideologia, a fim de compreender melhor sua aplicabilidade quanto ao tema em questão. Segundo Thompson,

**[...] estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. [...] Podemos compreender os fenômenos simbólicos como ideológicos e, por isso, podemos analisar a ideologia somente quando situamos os**

**fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais esses fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação. (THOMPSON, 1995, p. 76)**

**Assim, em um contexto de debilidade da burguesia industrial, atrasada tecnologicamente frente à forte concorrência dos outros países, por um lado, e de desorganização sindical dos trabalhadores, o populismo irá se materializar através de diferentes fenômenos simbólicos, como veremos abaixo, no sentido de estabelecer e sustentar as relações de poder do Estado representando, principalmente, os interesses da burguesia industrial, dos militares e das oligarquias – sobre as camadas populares.**

**O populismo foi uma experiência política significativa para a maioria dos países latino-americanos, nas décadas anteriores e posteriores à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Caracterizando como um fenômeno urbano, característico da passagem da sociedade tradicional ou rural para a sociedade urbana e industrial, surgiu no contexto da grande depressão dos anos trinta, provocando uma série de convulsões econômicas, sociais e políticas nos países latino-americanos. Golpes de Estado, motins, quarteladas e processos eleitorais levaram à queda dos governos oligárquicos ou ao declínio de seu poder. Como resultado, surgiram, por exemplo, governos que tornaram-se expoentes do populismo, como Lázaro Cárdenas, no México (1939-1940), Juan Domingo Perón, na Argentina (1946-1955), Victor Paz Estenssoro, na Bolívia (1951-1956), José Maria Vazco Ibarra, na Venezuela (alternando-se no poder entre 1934 e 1972), além de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954). Outro líder**

populista que surgiu foi Víctor Raúl Haya de La Torre, no Peru (eleito várias vezes, mas impedido de tomar posse devido a golpes militares).

Em face de uma burguesia industrial fraca, só um Estado intervencionista, forte, centralizador e empreendedor poderia realizar, em um espaço de tempo relativamente curto, a industrialização dos países latino-americanos. A indústria nacional, mais nova e atrasada tecnologicamente, com custos maiores não agüentaria a concorrência internacional nesse momento de crise mundial dos mercados. Assim, a cobrança de alguns impostos, o fim dos privilégios, a proteção contra a concorrência de produtos estrangeiros, a criação de uma política industrial, o investimento em indústrias de base (siderurgia, petróleo, eletricidade, ...), os créditos a juros baixos e a longo prazo, isenção de determinados impostos, as tarifas reduzidas no transporte pelas ferrovias estatais, etc., colocavam-se na ordem do dia para as indústrias nacionais.

Assim, para que esse tipo de Estado conseguisse chegar ao poder, manter-se nele e tomar tais medidas, foi que surgiu o populismo como prática política nos centros urbanos, particularmente. São algumas características do populismo: os chamados partidos populistas são partidos de massa com projetos de reformas sociais, políticas e econômicas. Suas lideranças são oriundas da burguesia, das oligarquias e das classes médias. Possuem uma base popular, formada pelas baixas classes médias e pela classe operária. Sua doutrina política é vaga, para conseguir acomodar e reunir os mais diferentes interesses em torno de um conjunto de reivindicações básicas ou de um

estado de entusiasmo coletivo inspirado nos termos de simples justiça redistributiva.

Defendia um capitalismo nacionalista, utilizando uma retórica anti-americana, contra os excessos da exploração imperialista, a fim de despertar um sentimento idêntico nos eleitores. De acordo com Thompson:

**Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los. Uma estratégia típica da qual esse modo é expresso em formas simbólicas é a estratégia da *padronização*. [...] Essa é uma estratégia seguida, por exemplo, pelas autoridades de Estado, que procuram desenvolver uma linguagem nacional, em um contexto de grupos diversos e lingüisticamente diferenciados. O estabelecimento de uma linguagem nacional pode servir para criar uma identidade coletiva entre os grupos e uma hierarquia legitimada entre línguas e dialetos dentro dos limites de um estado-nação. (THOMPSON, 1995, p. 86)**

Por outro lado, em relação ao comunismo e socialismo, conforme Cáceres,

**As lideranças populistas, quando não combatiam ou perseguiram as lideranças socialistas e comunistas, evitavam ligações com esses movimentos. Mesmo quando incorporavam a seus discursos termos de origem socialista ou comunista, os populistas o faziam apenas como manipulação dos anseios populares e não**

**pensavam na mudança de sistema. (CÁCERES, 1998 p. 197)**

Sendo partidos de massa, o líder mais importante do que as agremiações partidárias, conduzindo pessoalmente seus movimentos políticos, contribuindo para isso a própria falta de prática com a complexidade dos mecanismos políticos (eleições, voto, partidos, campanhas, comícios, discursos, etc.). Tais líderes controlavam seus seguidores, ganhavam-lhes os votos, angariavam simpatia e apoio através dos grandes comícios, das palavras de ordem, do rádio e dos *slogans*. Citando novamente Cáceres,

**As lideranças populistas utilizavam-se muito da demagogia para atrair o seu sustentáculo social – o eleitorado, formado pelas camadas populares urbanas. Fora do poder, essas lideranças se apresentavam como autênticos renovadores, dispostos a mudar tudo. Seu compromisso era o discurso de cada comício, alterável ao gosto do eleitor. No poder, enfrentavam a contingência de conciliar essa imagem com os compromissos que assumiram com respeito à preservação da ordem vigente. (CÁCERES, 1998 p. 197)**

Após eleitos, os líderes populistas pregavam a “paz social”, a “aliança entre o capital e o trabalho”. A utilização de diferentes formas simbólicas, como a retórica da conciliação, buscava a conciliação entre os diferentes grupos sociais a fim de manter as relações de dominação. Os partidos

ficavam, assim, em segundo plano nas campanhas, ressaltando-se a figura pessoal carismática e popular do candidato ou do eleito.

Por outro lado, a concessão de legislações trabalhistas e o controle dos sindicatos pelo Estado também contribuíram para que os trabalhadores urbanos identificassem positivamente os líderes populistas como aqueles que melhoraram suas vidas, criando uma dependência dos primeiros para com os segundos. No que diz respeito às questões trabalhistas, na Constituição promulgada de 14 de julho de 1934 constavam: a proibição de diferença de salários para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; os salários mínimos regionais; a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; o descanso semanal; as férias remuneradas; indenização na despedida sem justa causa; a jornada de trabalho de oito horas; o descanso semanal; a regulamentação das profissões. A sistematização e a ampliação das legislações trabalhista se deu com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em junho de 1943, aprovada por decreto. Devido a tais medidas, Getúlio ficou na memória da classe trabalhadora como o homem que ouviu a voz dos humildes, o que é marcante até hoje, passados cinqüenta anos de sua morte.

Os testemunhos são eloqüentes nesse sentido, embora alguns confundam determinados acontecimentos com épocas diferentes. De qualquer modo, uma das lembranças mais indeléveis na memória dos que viveram os acontecimentos de 1954 é aquela em que o trabalhador foi elevado à categoria de indivíduo com direitos no mundo do trabalho:

**Mas o Getúlio sempre foi um presidente sempre pelo povo. Ele era muito humanitário, ele criou tanta coisa [...] Naquele tempo não existia nem aposentadoria. (NORENDINA)**

**O povo via que o que ele fazia beneficiava o povo. [...] As leis trabalhistas, que ele votou. E uma lei trabalhista é uma coisa honesta, que não prejudicava o patrão. (MANOEL)**

**O povo gostava muito do Getúlio. Se hoje nós temos uma Carteira do Trabalho, foi graças ao Getúlio. (VIOLANTE)**

**Era o 'pai dos pobres'. Ele que fez todas essas leis de hoje. Não tinha leis do trabalho. O patrão fazia o trabalhador trabalhar muito, não tinha hora para parar de trabalhar. (JANDYOCA)**

**Porque ele mexeu muito com as raízes. Modifica isso, modifica aquilo. Salário mínimo, não existia. [...] As leis trabalhistas, CLT, não existia nada disso. (JOÃO)**

**O povo gostava muito dele, queria a volta dele. Os conhecidos nossos, todo mundo gostava. Eu gostava dele. Acho que ele fez algumas coisas boas, as leis trabalhistas. (ZAIRA)**

**O povo se revoltou porque, naquele tempo, ele era um ídolo do operariado. Tinha dado a aposentadoria, o Fundo de Garantia. Até quarenta e um, a gente não tinha nada, nenhuma segurança. [...] Eles tinham ele como protetor, depositavam muita confiança nele. Porque ele deu muitas coisas boas pro povo, como o salário mínimo, a estabilidade no emprego, [...] (NILCE)**

**Ele teve muitas coisas boas, o INSS, aposentadoria, os sindicatos [...]. (DALVA)**

**A minha família gostava muito dele. Eles eram getulistas. A mãe e o pai só votavam no PTB. E diziam que tudo que existe pro operariado era do Getúlio, as leis trabalhistas, [...]. Eu achava uma figura de respeito. (RUBEM)**

As práticas populistas assumem assim, um caráter paternalista diante das camadas populares. Tal caráter aproxima-se bastante com o sistema citado por Michele Perrot:

**O paternalismo por muito tempo foi, e por vezes ainda continua a ser um dos sistemas mais importantes das relações sociais do trabalho. Ele supõe pelo menos três elementos: 1) a presença física do patrão nos locais de produção [o que pode assemelhar-se à presença física de Vargas nos comícios e inaugurações de obras, exposições, [...]]; 2) linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e operários [como quando Getúlio descia do palanque para se aproximar do povo]; 3) adesão dos trabalhadores a esse modo de organização [Vargas até hoje é entendido como o “pai dos pobres”]. O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho a seus filhos, protege-os, associa-os [...]. (PERROT, 2001, p. 82-83)**

Assim como o patrão é visto pelos trabalhadores, da mesma maneira Vargas foi entendido como aquele que passou a proteger o trabalhador.

No caso do Brasil, Vargas, o expoente máximo do populismo na nossa história, consolidou sua figura de líder junto às “massas” durante o Estado Novo (1937-1945), ao mesmo tempo em que procurava conduzir o governo pessoalmente. Segundo Boris Fausto,

No comando do Estado, o poder pessoal de Getúlio representava a instância decisiva nas resoluções fundamentais. Para chegar a essas resoluções ele ouvia um círculo formado de amigos íntimos, elementos da Casa Civil e da Casa Militar e ministros de Estado. As relações de confiança entre o presidente e seus ministros eram muito grandes. [...] Getúlio mantinha relações próximas não com o ministério como um corpo coletivo, mas com cada um de seus elementos. Seus contatos com os ministros eram individuais e as reuniões conjuntas se davam no máximo uma vez por mês. (FAUSTO, 1999, p. 368)

Para Thompson,

[ ] Outra estratégia de construção simbólica da qual a unificação poder ser conseguida é o que podemos descrever como a *simbolização da unidade*. Essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos. Aqui, novamente, a construção de símbolos de identidade nacional tais como bandeiras hinos nacionais, emblemas e inscrições de vários tipos são exemplos evidentes. (THOMPSON, 1995, p.86)

Nesse sentido, na sua relação com as camadas populares, Vargas procurou criar a imagem de protetor dos trabalhadores, ao mesmo tempo que identificava sua própria figura com a nação. A imagem de Vargas, portanto, era um símbolo de identidade nacional. O *slogan* “Trabalhadores do Brasil” ecoava nas diversas cerimônias em que o presidente estava presente, como nas comemorações de 1º de maio, realizadas a partir de 1939 no estádio do

Vasco da Gama, em São Januário – o maior estádio do Rio de Janeiro da época. Lá, Vargas anunciava alguma medida muito aguardada de alcance social. O rádio também foi bastante utilizado na estratégia populista de Vargas. De acordo com Boris Fausto,

**A partir de janeiro de 1942, o novo ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho – um advogado paulista que na década de 1920 fora filiado ao PRP -, começou a utilizar sistematicamente o rádio como instrumento de aproximação entre o governo e os trabalhadores. Ele fazia palestras semanais na *Hora do Brasil*, ao que parece com boa audiência. Nelas, contava a história das leis sociais, apresentava casos concretos e se dirigia às vezes a audiências determinadas: os aposentados, as mulheres, os pais de menores operários, os migrantes, etc. (FAUSTO, 1999, P.375)**

Através destes e outros elementos, a figura de Getúlio como dirigente e guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores, como amigo e pai, semelhante na escala social ao chefe de família, foi construída.

A formação da opinião pública a favor do governo deveu-se, também, à censura dos meios de comunicação e à propaganda dos feitos do Estado. Para tanto foi fundamental a atuação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) no sentido de trabalhar o “culto à personalidade” de Getúlio. Criado em 1939, o DIP era um verdadeiro ministério da propaganda, com seus dirigentes diretamente escolhidos e subordinados ao Presidente. Este órgão agiu sobre o cinema, o rádio (inclusive na transmissão diária da *Hora do Brasil*), o teatro, a imprensa e a literatura social e política. Publicações

consideradas “nocivas aos interesses brasileiros” eram impedidas de entrar no país, ao mesmo tempo que procurava impedir a publicação, no exterior, de notícias consideradas negativas para o Brasil.

Por outro lado, a personalidade carismática era trabalhada conscientemente pelo próprio Vargas. Conforme Skidmore:

Vargas, mais tarde, explicou que, durante os anos de 1930 a 1945, ‘o anedotário do povo foi meu guia, indicando-me o caminho certo através do sorriso amável e do suave veneno destilado pelo bom humor dos cariocas.’ Concluiu dizendo que foi este ‘respeito profundo à inteligência popular’ que ‘criou a identidade de nossos espíritos e a comunhão entre a ação do governo e a vontade do povo. (SKIDMORE, 1976, p.61)

## 4 NA PRESSÃO - VARGAS E A IMPRENSA

Vargas era, freqüentemente, alvo dos ataques de Carlos Lacerda. Jornalista e dono da *Tribuna da Imprensa* desde 1949, Lacerda liderou uma campanha para tentar impugnar a candidatura de Vargas. E, após a eleição deste, o jornalista efetuou outra campanha visando impedir a posse do candidato eleito, sob a acusação de que Vargas não havia alcançado a maioria dos votos – que não era exigida pela constituição. Para Marina Gusmão, autora do livro *Lacerda, O Demolidor de Presidentes*, citada por Natália Viana, o jornalista era essencialmente um agitador. “Ele se aproveitava de uma conjuntura econômica, social, e acentuava isso do ponto de vista político. [...] Se não havia crise política, ele criava. Porque Lacerda tinha um projeto pessoal muito claro: ser presidente da República.”<sup>6</sup> As acusações de corrupção, autoritarismo, truculência e conspiração, disparadas sobre Vargas eram constantes nas páginas da *Tribuna*.

O fato de que os interesses do capital estrangeiro, contrariados com a política protecionista da indústria nacional, estarem ligados a alguns dos

---

<sup>6</sup> *Caros Amigos*. N.º 21. São Paulo: Casa Amarela. Agosto/2004. p. 8.

“barões da imprensa, por um lado, e, por outro lado, o passado de ditador de Getúlio, também contribuíam para que outros jornais fizessem oposição ao segundo governo varguista. A repressão e a censura, impostas anos antes aos meios de comunicação pelo DIP, ainda estavam presentes na memória dos donos de jornais. Tanto o é que *O Estado de São Paulo* só referia-se a Vargas como “o ex-ditador”. Também o jornal antigetulista *Estadão* trazia um histórico de oposição a Vargas desde 1930. Prova da animosidade entre Getúlio e o diretor Rui Mesquita é que, em 1942, o jornal foi ocupado pelo governo. Portanto, desde a posse de Vargas, o *Estadão* aliou-se aos propósitos da *Tribuna da Imprensa*. Ressalte-se que Lacerda era amigo pessoal da família Mesquita.

Diante dessa situação de forte oposição a seu governo, Getúlio tem a idéia de fazer um jornal que lhe desse amplo apoio. Conforme Natalia Viana, referindo-se a Vargas:

Um dia conversava com o amigo Samuel Wainer, repórter dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, que o trouxera à vida pública com uma estrondosa entrevista em 1949. A certa altura propõe: - Por que tu não fazes um jornal? Sabia que Wainer sonhava em ter um jornal próprio, e não poupou esforços para ajudá-lo. Três dos seus grandes aliados – Walter Moreira Salles, Ricardo Jaffet, então presidente do Banco do Brasil, e Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, deram dez milhões de cruzeiros cada um. O resto foi angariado sem maiores dificuldades com o Banco do Brasil. O resultado chegava às bancas no dia 12 de junho

de 1951: era a *Última Hora*, totalmente diferente dos jornais da época.<sup>7</sup>

Esse “diferente” aparecia no nome estampado em azul e nas grandes fotos, além de textos curtos. Atestando a íntima relação entre Vargas e a *Última Hora* estava a publicação de uma carta do próprio Getúlio na primeira edição do jornal, manifestando seus votos de êxito e afirmando que tal acontecimento era um marco na imprensa brasileira. Ainda citando Viana,

O jornal foi um sucesso. Segundo o Anuário da Imprensa Brasileira de 1952, em um ano a *Última Hora* abocanhou 13,4% do mercado de vespertinos, e em 1953/1954 chegou a uma tiragem de 74.000 exemplares. Aumentava na mesma proporção a irritação da imprensa com essa intervenção direta de Getúlio. E quem era a imprensa na época? Na capital, Rio de Janeiro, o *Diário de Notícias* era o líder dos matutinos, com 15,8% do mercado. Em seguida vinham o *Correio da Manhã*, com 8,5%, e *O Jornal*, com 3,4%. À tarde saía uma nova fornada de periódicos, liderados por *O Globo*, com 43% do mercado, seguido pelo *Diário da Noite* (13,8%). A *Tribuna da Imprensa* ocupava o sétimo lugar.<sup>8</sup>

Chateaubriand era, junto com Lacerda, outro opositor de Vargas em cinquenta e quatro, chegando a oferecer espaço nas suas televisões Tupi de São Paulo e do Rio para um programa que Lacerda, segundo Natalia Viana , “[...] de pé em frente a um quadro-negro, dava ‘aulas’ de como aconteciam as

---

<sup>7</sup> *Caros Amigos*. N.º 21. São Paulo: Casa Amarela. Agosto/2004. p. 8.

<sup>8</sup> *Caros Amigos*. N.º 21. São Paulo: Casa Amarela. Agosto/2004. p. 8.

‘negociatas sujas’ dentro do governo.”<sup>9</sup> O *Diário de Notícias*, também de Assis Chateaubriand, era outro jornal que fazia campanha contra o Presidente, embora em tom mais comedido. Tanto o é que, logo após o suicídio de Vargas, parte da população carioca sua indignação com a morte do líder populista para as empresas do dono dos *Diários Associados*. Conforme Fernando Morais,

**A comoção que o suicídio de Vargas produziu no Brasil bateu às portas dos Associados sob a forma de pânico. Chegara a hora de dar o troco à virulência com que o presidente morto havia sido tratado pelos jornais da cadeia e ao ‘contubérnio entre Lacerda e Chateaubriand’, como gritavam pelas ruas oradores trepados em capotas de automóveis. Faixas e palavras de ordem de passeatas de sindicalistas e estudantes pediam ‘morte a Lacerda e Chateaubriand’ pelas ruas da capital. (MORAIS, 1994, p. 558)**

Na *Tribuna da Imprensa* ficava patente a aversão ao governo Vargas, conforme consta na primeira edição de 6 de agosto de 1954, tratando sobre o atentado da Rua Toneleros:

**A corrupção para se manter recorre à violência. Quantas vezes dissemos, denunciemos, sustentamos isto? Aí tem a prova. O governo de Getúlio é, pois, além de imoral, ilegal. É um governo de banditismo e de loucura. Nenhum homem digno pode a ele pertencer, pode tolerá-lo sequer, sem arrastar-se com ele a lama de sua indignidade funcional e política e, já agora, no sangue do inocente que os bandidos a seu soldo, derramaram.**<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> *Caros Amigos*. N.º 21. São Paulo: Casa Amarela. Agosto/2004. p. 9.

<sup>10</sup> *Tribuna da Imprensa*, 6 ago. 1954. p. 1.

**O *Diário de Notícias* tratava o atentado com veemência:**

**Continuou repercutindo intensamente, na sessão de ontem, o selvagem atentado contra o jornalista Carlos Lacerda e que vitimou o major da Aeronáutica, Rubem, Vaz. [...] Um país onde se revida, ao que se escreve um jornalista, a tiros, facadas ou socos não é um país civilizado, não é um país onde haja senso jurídico; é uma terra de bárbaros e primários.<sup>11</sup>**

**Já o *Correio do Povo*, mais comedido mas colocando-se ao lado daquele que sofreu o atentado, relatava:**

**O atentado que sofreu, anteontem, em movimentada artéria do Rio de Janeiro, o jornalista Carlos Lacerda, estarreceu e revoltou a população inteira do país que tanto se deduz de todas as manifestações estampadas nos órgãos de publicidade. Não houve, a bem dizer, um só setor da opinião nacional, onde não se profligasse a ocorrência, em termos nos quais se revele, de fato, uma indignação sem precedentes, à semelhança do próprio crime, perpetrado friamente e de emboscada.<sup>12</sup>**

**Já na primeira página da *Última Hora* estava estampada a manchete: “ O governo é o principal interessado na apuração das responsabilidades”.<sup>13</sup>**

---

<sup>11</sup> *Diários Associados*, 7 ago. 1954, p. 2 e 4.

<sup>12</sup> *Correio do Povo*, 7 ago. 1954. p. 4.

<sup>13</sup> *Tribuna da Imprensa*, 12 ago. 1954. Pg. 1

Na edição de 12 de agosto, a *Tribuna da Imprensa* estava na sua primeira página: “Renuncie à Presidência para salvar a República”<sup>14</sup> No outro dia, a *Última Hora* estampava a manchete: “Renúncia não! A decisão do Presidente da República”<sup>15</sup> O Diário de Notícias publicava, em 14 de agosto, um Editorial que, nesse caso, divergia da proposta da *Tribuna*, expondo que oposição a Getúlio havia, mas não tão radical quanto este última manifestava:

Compreensível e justificada é a indignação despertada pelo atentado, como é o desejo de ver punidos todos os responsáveis, sem exceção. O que, contudo, não se justifica é que, antes da apuração da verdade, integral e indubitável, pela Justiça, se crie um clima passional de agitação e desordem, capaz de trazer intranqüilidades e abalos à vida do País, ao trabalho, à produção e ao normal desenvolvimento de todas as atividades ligadas ao bem comum.<sup>16</sup>

À medida que o processo contra os envolvidos no crime da Rua Toneleros avançava, Chateaubriand ameniza as críticas ao governo Vargas, a fim de manter a ordem política vigente, mais por convicção democrática do que propriamente uma posição pró-Vargas:

**Não consta que o senhor Getúlio Vargas viva armado. Pode ser que sua dissoluta guarda pessoal assim andasse, até os dentes. Mas o presidente, não. [...] Tome nota o povo brasileiro, oficiais da aeronáutica, como o brigadeiro Eduardo Gomes e do exército, como os generais Távora e Conrobert, se conduzem na grave**

---

<sup>14</sup> *idem*

<sup>15</sup> *Última Hora-RJ*, 13 ago. 1954. Pg. 1.

<sup>16</sup> *Diários Associados*, 14 ago. 1954. Pg. 4.

**conjuntura atual com um sentimento de legalidade, com um respeito ao direito escrito, como não traduzem, nas suas manifestações, os legisladores do grande partido democrático de oposição [a respeito da posição da UDN de exigir a renúncia de Vargas].<sup>17</sup>**

Já o *Correio do Povo*, de 17 de agosto, publicava “O vespertino ‘O Globo’, em seu editorial, volta a tecer comentários em torno da crise político-militar. O jornal carioca, pelas suas conclusões acaba de se colocar ao lado da tese dos que pregam a renúncia do Presidente da República”.<sup>18</sup> Na coluna “O Dia do Presidente” (o que por si só atestava a ligação de Samuel Wainer com Getúlio Vargas), de a *Última Hora*, em 20 de agosto, o Presidente declarava: “A verdade, apenas a verdade.”<sup>19</sup> Ainda defendendo os preceitos da ordem pública, o *Diário de Notícias* publicava, antes mesmo do suicídio de Vargas:

**A ordem cumpre que seja de natureza e serenidade, ao mesmo tempo que de resolução e coragem, congregando-se todos os bons patriotas e democratas em prol das instituições [...], neste conturbado mundo que vivemos, tenhamos ordem, segurança, tranqüilidade e paz e bem estar sociais.<sup>20</sup>**

Aqui cabe uma consideração sobre a abrangência do jornal na vida cotidiana das camadas populares. Em que pese o pequeno número de

---

<sup>17</sup> Diários Associados, 18 ago. 1954. p. 4.

<sup>18</sup> Correio do Povo, 17 de ago. 1954, p.4.

<sup>19</sup> Última Hora, 20 de ago. p.6.

<sup>20</sup> Diário de Notícias, 20 de ago. 1954, p.7.

**entrevistados, alguns indícios contidos nos depoimentos são esclarecedores acerca do pouco alcance que os jornais tinham na época junto a tais camadas.**

Tudo pelo rádio. Era o único meio de comunicação que tinha. Não tinha televisão. Se tinha, eu não me lembro. Era o rádio. E mesmo assim muito pouca gente tinha rádio. A maioria do pobre mesmo não tinha rádio. Não era pra qualquer um. Os rádios daquela época eram grandes. Radiozinho pequeno, de pilha, não tinha. Tudo grande. (MANOEL)

Nunca tivemos uma assinatura, mas comprávamos de vez em quando. Mas as notícias eram mais pelo rádio. (ZAIRA)

Ah, jornal era só aos domingos. Era o Diário de Notícias que a gente lia. Tinha o Correio do Povo também. Mais tarde é que o meu marido começou a trazer, todas as noites, a Folha da Tarde. (NILCE)

Meu irmão veio correndo da praça, que tinha alto-falante para dar as notícias do Correio do Povo. Muitos não tinham rádio, nem tinham dinheiro para comprar jornal. (JANDYOCA)

Não dava prá comprar jornal na época. A gente tinha um rádio tipo uma igrejinha. Era um rádio potente, dava gosto. E o rádio não era todo mundo que tinha. (DALVA)

Ora, o que se pode inferir do exposto? Que o entendimento de que certos jornais eram contra Vargas provinha nem tanto da leitura destes, mas mais de outros meios. Isto é, das notícias através do rádio ou das “galenas” e troca de informações entre as pessoas. Mesmo o aparelho não era de fácil acesso, favorecendo as notícias correrem de “boca em boca”, como nos diz um dos depoentes:

O povo não tinha rádio. A maioria não tinha. Cada quatro ou cinco casas, se dois tivessem rádio era muito. [...] Jornal mesmo assim, lê jornal, mas sabe. O povo é, como se diz, fazedor de esparro. Faz muito esparro. Então é assim: sai gritando, sai comentando. (MANOEL)

De qualquer maneira, a forma como as notícias que chegavam à grande parte da população indicavam que meios de comunicação eram contra o “pai dos pobres”. Naquela

manhã de agosto de cinquenta e quatro, foram àqueles jornais e rádios que faziam oposição a Vargas que sofreram a fúria desencadeada pela notícia do suicídio de Vargas.

Foi naquela época que tiraram do ar a Farroupilha, que era no alto do viaduto, na Duque de Caxias. Ela foi fechada, porque parece que queriam quebrar [...] Porque o presidente dessa parte aí, Chateaubriand era muito contra o Getúlio. (NORENDINA)

No Diário de Notícias, jogavam tudo pela janela, máquinas, mesas, [...], e botavam fogo. A Rádio Farroupilha também foi invadida. Quebraram a Farroupilha, disseram que a rádio começou a botar música de carnaval no dia. (JANDYOCA)

Botaram fogo, queimou tudo lá. O Diário de Notícias, que era do Assis Chateaubriand. (JOÃO)

Passamos na Praça XV, onde tinha os abrigos dos bondes. Aí ouvimos um barulhão. Jogavam discos, a bateria da Rádio Farroupilha, jogaram um piano inteiro lá de cima. Era na esquina da Duque com a Borges de Medeiros. Dali fomos à Sete de Setembro. Lá tavam quebrando o Diário de Notícias. (RUBEM)

## 5 ANOS NEM TÃO DOURADOS - A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A população brasileira havia saltado de cerca de 41 milhões para aproximadamente 52 milhões de habitantes entre 1940 e 1950 (Tabela 3). Em 1950, o Brasil abrigava uma população de 51.944.397 habitantes, da qual 20,2% moravam em cidades com 20 mil habitantes ou mais e 13% em cidades com 100 mil ou mais habitantes. O Rio de Janeiro e o Distrito Federal, antigo Estado da Guanabara, tinham respectivamente 2.297.194 e 2.377.451 habitantes. Juntos somavam 9% da população brasileira. Em 1954, a população brasileira já era de 57.098 mil habitantes. Em 1955, a população do Rio de Janeiro (somando-se a população do Distrito Federal) era de 5.333 mil habitantes; São Paulo tinha 10.330 mil habitantes e o Rio Grande do Sul tinha 4.673 mil habitantes.<sup>1</sup> Em 1950, da população total de 51.944.397, apenas 14.916.779 sabiam ler e escrever e 589.556 tinham cursado o grau médio; 230.494, o 2º ciclo e apenas 158.070 haviam ingressado na universidade. O número total da população economicamente ativa era de 17.117.362.<sup>2</sup>

A balança comercial salta de um *superávit* de US\$ 425 milhões em 1950, para um *déficit* de US\$ 286 milhões em 1952. A inflação começou a crescer a partir de 1948, contribuindo também para o desgaste de Vargas. Conforme Boris Fausto,

**A forte alta dos preços internacionais do café, em 1949, gerou um aumento das receita em divisas. Convertidas em cruzeiros, essas divisas resultaram em aumento do volume de moeda em circulação, estimulando a procura de bens e a elevação de preços. Por outro lado, ao eclodir a Guerra da Coréia, o governo se endividou no exterior, financiando importações adicionais, pois esperava-se um acentuado aumento de preços e dificuldades para as importações, em decorrência do conflito. Outro dado importante se encontra no fato de que a expansão industrial vinha sendo estimulada, apesar dos estrangulamentos nas áreas de transporte e de energia, acarretando elevações dos custos e do preço final dos produtos. Dada a natureza dos investimentos de infra-estrutura, as medidas tomadas pelo governo só produziram efeitos a médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico era incentivado pela concessão de crédito fácil ao setor privado por parte dos bancos oficiais, especialmente o Banco do Brasil, presidido por Ricardo Jafet. (FAUSTO, 1999, p. 410)**

Na Porto Alegre dos anos cinqüenta, a modernidade se manifesta através de novas obras que são aceleradas. Abrem-se as avenidas que vão ligar os bairros ao centro. A Farrapos é o corredor de entrada da cidade, e a Ipiranga, margeando um Arroio Dilúvio retificado, é considerada a obra do século na capital. Surgem os primeiros espigões. Conjuntos residenciais,

**como a exemplar Vila do IAPI, mas também as favelas – a outra face da modernidade capitalista – abrigam o homem que foge do interior. Porto Alegre chega ao meio milhão de habitantes e se apronta para virar uma metrópole moderna.**

As transformações no campo – o parcelamento da terra, o começo da mecanização da lavoura, a esperança de vida melhor na cidade e um novo ciclo de desenvolvimento gerado a partir da Segunda Guerra Mundial provocaram um ciclo de migrações constante e ininterrupto à capital, principalmente das camadas mais pobres da população. Em vinte anos, entre as décadas de 40 e 60, a população aumentara em mais de 100%, tendo como consequência a escassez de espaços para moradias. Prova disso é a verticalização da cidade, com o surgimento de prédios comerciais de dez, quinze ou vinte andares no Centro da cidade. É esse o período de consolidação das grandes empresas construtoras. Os empreendedores impuseram o modernismo, fazendo disparar a altura dos prédios e dos preços dos materiais de construção. O editorial da Folha da Tarde do dia 28 de agosto de 1954 nos informa:

Tem-se a impressão que o ritmo das construções, em Porto Alegre, continua cada vez mais intenso. [...]. Não cessam de subir os preços de tudo quanto se emprega numa construção: cimento, tijolo, cal, ferro, aparelhos sanitários, pisos diversos, esquadrias, madeiras em geral, etc [...]. A continuar assim, a crise de habitação só poderá agravar-se na capital, mantendo a grande valorização que se verifica nos negócios imobiliários de Porto Alegre.<sup>21</sup>

A cidade se moderniza, mas as residências se afastam do Centro, resultando num deserto noturno e no silêncio de ruas que durante décadas foram animadas. Por outro lado, a capital gaúcha cidade começa a ganhar favelas, com os primeiros bolsões de pobreza se pendurando nos morros ou em bairros mais periféricos. São casas simples de madeira que surgem a partir não só do êxodo rural, mas também da política pública de destruição de

---

<sup>21</sup> *Folha da Tarde, 28 de agosto de 1954. P. 2.*

cortiços e construção de avenidas. As classes pobres deixam o Centro para ir para os bairros Navegantes, São João, Partenon e Azenha e, mais tarde, para as vilas Ipiranga e Floresta. Pouco depois surgem as favelas Vila dos Marítimos (Caída do Céu), Ilhota, Mato Sampaio, Vila Conceição (ou Vila Maria Degolada) e Vila Teodora, na Zona Norte. Conforme Costa,

Em 1951, segundo dados da Secretaria Municipal do Planejamento, havia 3.965 barracos em 41 vilas populares. Em 1965, as vilas já eram 56, com 13.388 barracos em 65.595 habitantes, o equivalente a 8% da população de 749 mil habitantes. (COSTA, 1997)

Lembremos que Porto Alegre também passava por um processo de exclusão social fortemente marcado pelas mudanças no mercado imobiliário e pelo acentuado êxodo rural, este em decorrência da expulsão dos trabalhadores do campo pelo parcelamento da terra e pelo começo da mecanização da lavoura.

Essa modernidade da década de cinquenta também é manifestada através do crescimento das cidades vizinhas e sua ligação com Porto Alegre: Alvorada, Cachoeirinha, Canoas e Gravataí. A zona industrial de São João-Navegantes se liga via BR 116 com Canoas, Esteio, Sapucaia, e São Leopoldo. Do outro lado, Viamão e Gravataí tornam-se cidades-dormitório.

Nessa época também se materializa com a influência do modo de vida americano e o crescimento da oferta de lazer, embora não fossem todos que dela usufruísem: havia trinta e três “Dancings”, boates cabarés, cinemas,... A inauguração do estádio Olímpico também é um atestado do crescimento populacional da cidade.

Outro exemplo é a profusão de anúncios nos jornais da época. Em 1954, apenas para citar apenas em dois jornais – Folha da Tarde e Diário de Notícias -, a profusão de anúncios dos mais variados produtos demonstra que a metrópole gaúcha definitivamente estava fazendo parte da modernidade capitalista.. Máquinas de costura, lojas de confecções, anúncios médicos, máquinas agrícolas (um sintoma da modernização no campo), produtos alimentícios, instrumentos musicais (relação direta com a vida noturna, também), aparelhos de rádio (veículo ligado à rapidez de informações que o ritmo vertiginoso da modernidade impunha), eletrodomésticos (geladeiras, batedeiras, etc.), restaurantes, louças, filmes em cartaz (vários deles norte-americanos), produtos de higiene pessoal, motores, refrigerantes, ... Nomes como Kolin, Quaker, Coca-cola, entre outros, se afirmam no cenário publicitário dos jornais. E nos confirmam a crescente penetração do capital e da cultura norte-americana entre os porto-alegrenses.

O PIB (Produto Interno Bruto) caiu de 7 para 6% entre 1950 e 1960 (Tabela 1). A inflação aumentou de 12,9%, em 1952, para 20,8% em 1953 (Tabela 5), chegando a 43% em 1960 (Tabela 4). O salário médio mensal saltou de Cr\$ 1,257, em 1951, para Cr\$ 2,184 em 1954, passando do índice de 419 (considerando 1939=100) para 728. Contudo, diante de uma variação do custo de vida de 462 (considerando 1939=100) para 713, de 1951 para 1954, o salário real apenas passou de 91 para 102 entre os mesmos anos (Tabela 6). Dentre os entrevistados, representando as camadas populares, alguns reconhecem que havia dificuldades para sua sobrevivência na época em questão; outros relembram que tinham uma vida estável. Apesar disso, quando havia tais

dificuldades, estas sempre foram sendo contornadas, por um lado e, por outro lado, não foram associadas ao governo de Vargas.

**Eu tenho lembranças boas. A gente, naquele tempo, foi muito getulista. E, depois, eu me casei, que eu morei em Cruz Alta, meu marido era militar depois deu baixa e nós viemos prá cá. Mas a vida continuava, a gente tinha dificuldade na vida. Hoje em dia tem, que é mais, não é? (NORENDINA)**

**Era uma beleza, uma maravilha. Eu trabalhava poucos dias da semana e vendia bem. Hoje a Prefeitura castiga muito a gente. Mas a Prefeitura não tem nada a ver com o governo federal. Trabalhava poucos dias e ganhava muito mais do que hoje. Eu trabalhava como ambulante. Não gostava, e até hoje eu não gosto. Mas era aonde eu ganhei mais. (MANOEL)**

**Existia mais fartura, porque as pessoas eram mais humanas. Sobrava o almoço e a cozinheira podia levar para casa a comida dos filhos. Os pobres convidavam os patrões para serem padrinhos dos filhos. Isso acontecia muito em Camaquã, São Lourenço, Pelotas, [...] Morria a empregada da família, a empregada era velada em casa, como um membro da família deles. (VIOLANTE)**

**A vida era boa para mim. Para mim bastava. O que eu ganhava seria, hoje, menos de quatrocentos, quinhentos reais. Mas dava prá comprar verduras direto das carroças, tinha carroças que vendiam várias coisas. A gente comprava o que dava. Mas dava prá viver, sempre controlando o dinheiro. Quando veio o aumento de mil e oitocentos cruzeiros, a inflação pegou. Mas sempre dava prá adquirir alguma coisinha. (JANDYOCA)**

O dinheiro valia. E, em virtude de tudo isso, estava bem. Se tinha dinheiro forte. Cinqüenta centavos, naquela época, era um montão de dinheiro. Se tinha de tudo, era uma fartura. Acho até que se tinha mais fartura que hoje. A gente, lá no cais do porto, onde é o Palácio do Comércio, anos atrás, via que chegavam frutas e verduras. (JOÃO)

“Olha, eu acho que era mais acessível, apesar da gente ganhar pouco [...]. Era uma vida que não faltava nada, mas a gente não esbanjava em nada. Os filhos estudavam no Dom Diogo, que era estadual. (ZAIRA)

Ah, era uma vida calma, boa. A gente vivia melhor. Não tinha desemprego, greve, [...]. Greve não existia, era um ditador. O custo de vida era baixo. A gente ia na venda e comprava duzentos réis de café, de açúcar, [...] A gente pegava dos sacos, sabe? Porque era tudo a granel, podia comprar a quantidade que quisesse. Ficava tudo na porta, feijão, arroz, pinhão, [...] E ninguém pegava nada. Os pobres compravam pouco. E vendia mesmo! [...] A nossa casa era alugada e com muita dificuldade. Tive oito filhos, né? A gente ganhava brinquedos, presentes, [...], do Pão dos Pobres. E tinha a Igreja São Pedro, o padre ia lá em casa, de bicicleta. Levava presentes, cobertores, [ ]. (DONATILIA)

A gente era pobre, mas as coisas não faltavam. Não é que nem hoje, cheio de favelas. Claro que a gente comprava só o que necessitava. Não tinha a mídia pra influenciar. Só quando começou essa coisa de televisão, aí começou um consumismo. Eu ganhava acho que uns três salários mínimos, mas não vivia mal. Hoje o dinheiro é desvalorizado. Nos criamos eu e mais três primas e a gente se mantinha. E dava bem, a gente não passava fome. (DALVA)

**Ah, tudo era bem contadinho, a gente contava os troquinhos. Meu marido era tipógrafo, ganhava alguma coisa, mas a gente tinha que saber “jogar os dados”. Mas parece que a vida era mais fácil, a gente tinha mais segurança. Não aumentava tanto o custo de vida, não havia tantos aumentos que nem hoje. (NILCE)**

**Era difícil, mas o salário mínimo até que dava prá minha idade. As aspirações eram poucas, né? O padrão de vida da minha família era médio, não se passou privações nunca. E também não tinha essa onda de desempregado, como hoje. Com relação ao preço das coisas, não se comentava muito. Só quando subia o preço do bonde, um centavo, [...], aí comentavam. (RUBEM)**

**Na memória dos entrevistados, o passado lembrado não é visto como totalmente negativo, portanto. Por outro lado, o passado é confrontado com o presente, sendo o primeiro, de certa maneira, denotado pelo segundo. As dificuldades atuais, como o desemprego, o dinheiro desvalorizado, o aumento dos preços, as dificuldades impostas pelos órgãos públicos à atividade dos trabalhadores autônomos, as favelas e o consumismo configuram, por comparação, o passado.**



## 6 SACRIFÍCIO GRAVADO NA ALMA - AS TESTEMUNHAS

**Entrevista efetuada em 16 de novembro de 2003.**

**Entrevistador:** Paulo Sergio Fioravanti Jardim.

**Entrevistada:** **Norendina de Quadros Santos, nascida em oito de setembro de mil novecentos e dezenove, em Santa Bárbara do Sul, Rio Grande do Sul.**

**Local:** Rua Augusto Porto Alegre, 316, Sarandi, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.  
Residência da depoente.

**P. Dona Norinha, eu queria lhe perguntar o que a senhora lembra não da época do suicídio, por que isso eu vou lhe perguntar depois, mas da época do Getúlio Vargas. A senhora tem lembranças boas, [...]?**

R. Eu tenho lembranças boas. A gente, naquele tempo, foi muito getulista. E, depois, eu me casei, que eu morei em Cruz Alta, meu marido era militar depois deu baixa e nós viemos prá cá. Mas a vida continuava, a gente tinha dificuldade na vida. Hoje em dia tem, que é mais, não é? Mas o Getúlio sempre foi um presidente muito pelo povo. Ele era muito humanitário, ele criou tanta coisa[...] Naquele tempo não existia nem aposentadoria.

P. E que mais que a senhora lembra que ele proporcionou para a população?

R. Essa parte da saúde. Não sei se foi em todos os estados, mas aqui no Rio Grande do sul funcionava muito bem.

P. Dona Norinha, a senhora não lembra assim, por que tem uma época que muita gente que critica o Getúlio Vargas por que ele foi um ditador. A senhora não tem essa impressão?

R. Às vezes eu converso com amigos e digo: - “Santa ditadura daquela época!” Foi uma ditadura, talvez, para os contrários.

P. Então senhora tem essa impressão dele, isso não ficou marcado na sua vida?

R. Só tenho boa impressão. Tanto que depois ele foi reeleito. Acho que não teve ninguém dentro de casa aqui em Porto Alegre que não fosse seguir quando ele esteve aqui antes de se eleger. Era o povo seguindo os carros. Ele levou horas prá chegar ao ponto, até o hotel em que ele sempre se hospedava quando vinha aqui, na Rua da Praia. Foi muito linda aquela chegada. Estava coberto de flores e enfeites nas janelas. Eu lembro bem porque eu estava lá. Um trajeto coberto de flores, de emoção prá eles. Prá ele e os companheiros dele, o Alberto Pasqualini, [...] <sup>122</sup>

P. Isso antes dele se eleger, na época já da campanha?

R. Foi a última visita da campanha dele. Foi maravilhoso aqui. Claro, e a gente já tinha certeza que ia voltar o Getúlio. Mas foi prá morte, não é?

---

<sup>22</sup> Um dos fundadores do PTB; senador pelo PTB/RS em 1950-58.

P. Dona Norinha, o que a senhora lembra da época do suicídio dele, como é que foram as repercussões aqui em Porto Alegre, [...]?

R. Aqui foi horrível, a aflição do povo. Porque foram os empregados, os portuários, em firmas, saíam prá ruas e saíam armados de cassetetes, de barras de ferro, [...]E iam quebrando as firmas que tinham nomes estrangeiros. Me lembro muito bem da Guaspary. Ali trabalhava, no segundo andar, um salão só de costureiras, uma confecção toda, que eles confeccionavam [...]

P. A senhora trabalhava ali?

R. Eu não trabalhei ali. Tinha uma amiga que trabalhava ali. Eu era costureira, mas fui costureira do exército. Entraram uma quantidade de gente, subiram escada acima, empregados de firmas, e muitos eram ali do porto. Eles quebraram e jogaram, eles jogavam pelas janelas, uns homens fortes, não é? Levantavam as máquinas de costura assim e jogavam pela janela lá na calçada. O povo que tinha ali, lá embaixo, tinha que fugir. Todas as peças de tecido, tecidos finos, tecidos para confecção de roupas prá homem, tudo era jogado, e as peças e a quantidade de máquinas. E as costureiras ficaram ali, porque não sabiam o que fazer, o que ia acontecer com elas.

E isso é uma das coisas que mais me lembro. E as ruas que eles sabiam que tinha cafés, bar com nomes estrangeiros, (porque tinha muito disso, não é?) ou fechavam e se sumiam dali, os proprietários, ou quebravam tudo. E assim mesmo quebravam vitrinas. Foi uma demolição.

O meu marido era funcionário da 3ª Região Militar e o meu filho tinha quinze anos naquele tempo, ele trabalhava lá dentro como aprendiz de linotipista. Ele estudava no Parobé

à noite e durante o dia ele passava lá no exército, lá na Rua da Praia, pegado na Igreja das Dores. Fui funcionária ali trinta e dois anos. Sou lotada lá, e a minha pensão vem de Brasília mas passa por ali. Eu costurava em casa. Eles mandavam as costuras prá casa e eu costurava. Quanto mais eu pudesse costurar melhor prá mim e prá eles também, não é? Primeiro eu comecei a costurar uniformes de instrução, depois eu passei a costurar só gabardina, calças de gabardina, que já era uma coisa mais, tinha que ter mais prática e jaquetas. Até hoje ainda usam. Sempre minha vida foi ligada ao exército.

P. Bom Dona Norinha, nesse dia do suicídio a senhora estava onde?

R. Eu morava numa zona nova que tinha no Alto Petrópolis.

P. E a senhora recebeu essas notícias como?

R. Pelo rádio. Naquele tempo não existia televisão. Então eu sempre gostava de ficar com o rádio ligado. E naquele dia escutei o noticioso das oito, desliguei e fui atender a menina, que tinha um ano, minha filha. Mas assim me deu uma coisa, atendi, fiz a mamadeira, botei ela a deitar, voltei e liguei. Já era umas oito e meia passada. Aí eu não pude acreditar, cheguei a ficar primeiro paralisada ali. Aí gritei prá uma vizinha nossa, que nós tínhamos cedido umas peças prá ela, tinha um porão, um porão grande. E ele vieram de fora, parando ali. Aí eles vieram ver o que era. Eles também não acreditaram, porque eles também eram getulistas doentes. Isso deve ser dos inimigos.. Porque a gente sabia a armação que estavam fazendo. Um que perseguia ele era o próprio genro. Tu sabe que era, não é? Era o Amaral Peixoto<sup>23</sup>. Eu conhecia a filha do Getúlio, a Alzira Vargas<sup>24</sup>. Fazia também campanha contra ele.

---

<sup>23</sup>. Deputado Federal do PSD/DF; 1951-1955.

Mas o pivô mesmo de tudo começou, essa época é uma parte interessante, quem fez a pressão tudo foi o governador Carlos Lacerda. Carlos Lacerda não era brincado. E o Getúlio tinha um moreno, um preto criado na fazenda, era um cão de guarda, chamava-se Gregório. E parece que ele tentou contra a vida do Lacerda e houve troca de tiros. E quem morreu foi um da Aeronáutica, era o Rubem Vaz. Ele morreu baleado pelos agentes do moreno esse, do preto esse.

Então aquilo foi um “pão recheado” contra o Getúlio. Saiu aqueles oficiais que eram tudo contra. Tinha o Zenóbio Costa<sup>25</sup>, era militar, ele era um dos que sempre estavam arrumando armação pro Getúlio. Ele era general. E tem muitos e muitos que estou esquecida, nomes que eu sabia tudo decor[...] O Amaral Peixoto era de posto alto da Marinha, não me lembro qual era o posto mas era um dos mais altos postos da Marinha. E parece que ele estava de senador, ele ocupava um cargo fora da Marinha. Porque ali já não estava a ditadura mais, não é? E o Amaral Peixoto foi um dos bem acusados.

P. Bom, Dona Norinha, o que mais a senhora lembra? A senhora teve essa impressão, seus vizinhos também. E depois ficaram acompanhando as notícias pelo rádio, [...]

R. Aqui em Porto Alegre era um quebra-quebra que custaram a acomodar. A ponto de meu marido e meu filho, que trabalhavam dentro do quartel, ficarem presos lá, eles vieram bater em casa às cinco da tarde. Mas porque o Exército fez uma linha de segurança em todos os quartéis. Não saía e nem entrava. E bem pertinho, poucos metros de distância da linha do Exército, tava uma quantidade, principalmente os portuários, tudo armado de barras de ferro.

---

<sup>23</sup>Filha de Getúlio Vargas e esposa de Ernani do Amaral Peixoto

<sup>24</sup> Placa de bronze sobre pedra com transcrição da carta-testamento. Localizada na Praça da Alfândega, Centro de Porto Alegre.

Então as autoridades, os oficiais e os sargentos, tudo lá, se reuniram e acharam que não podiam largar os funcionários. Podia até haver morte.

P. Prá segurança dos funcionários, não liberaram eles.

R. Não liberaram. Eu passei o dia todo, a sacada tinha uma sacada alta que a gente enxergava a cidade, cuidando, aflita. Passei o dia todo tomando chimarrão. Hoje eu ainda tava me lembrando daquele dia, eu só tomei chimarrão, nem almoçar eu não quis almoçar. Fiz um almoço ligeiro prá quando eles chegarem e fiquei na sacada. Fiquei nervosa pelo choque da morte do Getúlio e por causa do marido e o filho, que eu não sabia o que tava acontecendo. Tu sabe que notícia é notícia, não é? O rádio só faltava sair do lugar de tanto que falavam; chegava a pular de tanta notícia.

Foi naquela época que tiraram do ar a Farroupilha, que era no alto do viaduto, na Duque de Caxias. Ela foi fechada, porque parece que queriam quebrar[...] Porque o presidente dessa parte aí, Chateaubriand era muito contra o Getúlio.

Mas então eles pesquisavam tudo que era os contrários que era prá sacrificar, era loja, bar, tudo que tinha nome estrangeiro. Só deu gente fechando. Isso eu posso lhe dizer com certeza. Até nos bairros arrancavam as placas que tinham nomes estrangeiros de lojas, propagandas,[...] Começou com a Guaspary, dali se espalhou, e o povo intimidado, só dava gente trepado numa escada arrancando placa.

P. Dona Norinha, a senhora lembra se, quando aconteceu isso, claro que é um detalhe, mas a senhora lembra se tinha alguém liderando essas pessoas ou era uma coisa mais espontânea?

R. Essas manifestações, isso vinha do povo. Não adiantava o patrão dizer “não vá” por que aí a coisa ficava [...]. Ele nem dizia, não é? Eles saíam do mesmo jeito, das lojas, das firmas, [...] Uma coisa chamou muito a atenção foram os portuários, que naquele tempo era a quantidade que tinha. E homens fortes, esses carregadores de sacas, naquele tempo, não é? Foi um dia muito marcado prá gente.

P. E por que essa paixão dos portuários pelo Getúlio?

R. Eles eram getulistas, a maioria era getulista. E eles tavam vendo a pressão que tavam fazendo prá ele. Aí começaram, a primeira coisa que as rádios fizeram foi ler a Carta do Getúlio. Aquilo, quem não era virou Getúlio.

P. Mas quando foi lida a Carta do Getúlio[...]?

R. É que explodiu mais ainda. Por isso que essa Carta é famosa, tem até lá na pedra.<sup>4</sup> Agora, há muito tempo que não passeio lá, porque eu quase não saio sozinha. Mas de primeiro, no dia vinte e quatro de agosto eu gostava de ir lá, ver se tava limpinho lá, eu sempre limpava, [...].

P. Dona Norinha, a senhora lembra se houve mortes naquele dia e como é que foi a repressão, como é que a polícia agiu? Isso durou muito tempo, quanto tempo duraram as manifestações sobre o suicídio de Getúlio?

R. Parece que durou dois dias. Não houve mortes. Porque se fosse matar todos os que [...], aí teria que arrasar com Porto Alegre. E fora aquilo que aconteceu nessas cidades pequenas, também, não é? Onde pegavam a notícia dali. Mas aqui foi, foi uma coisa[...] Olha,

foi um dia, uma semana bem dizer, enquanto não houve o enterro o povo não ficou sossegado. E pode botar que era um povo triste. O comentário era aquele.

P. Ainda mais que ele era gaúcho.

R. Sim, ele era um filho daqui. E ele fez muitas leis que favoreceram, inclusive os que, naquele tempo eram funcionários do Exército. Por exemplo, meu marido custou muito a ser nomeado, era um empregado assim[...] Mas ele [Vargas] não nomeou, porque não tava no cargo dele, tinha que passar pelo Exército. Mas ele deu um bom aumento, no que melhorou a situação dele.

P. A senhora tinha um objeto em casa, alguma foto dele, alguma coisa assim em casa, as pessoas tinham isso em casa[...]?

R. Ah, eu tinha muito retrato do Getúlio. Hoje em dia, prá falar a verdade, não sei bem onde está. Eu tenho ainda a folha de uma revista do casamento do Getúlio e tenho um retratinho assim desse tamanhinho, bem pequenininho, bem barrigudinho e tá escrito: “Ele voltará”. Foi quando logo botaram ele prá candidato, não é? Até tem um vereador do, naquele tempo era o PTB, um vereador do PTB é que me deu esse retratinho bem pequenininho. Eu tenho guardado. Às vezes, a filha: - “Mãe, a senhora anda[...]?” Ah, eu guardo junto com os cartões do banco. E ela acha graça: “Ah, tem que tá muito bem guardado..” (risos) Ela acha graça. Me criei querendo bem o Getúlio.

P. A senhora disse que morava no alto Petrópolis. As manifestações chegaram até ali ou ficaram mais localizadas no centro?

R. Não era no Alto Petrópolis. Hoje em dia, lá onde eu morava era uma zona nova, inclusive a casa era nova, era uma casa grande, uma casa de aluguel. Foi de lá que nós viemos morar aqui no Sarandi. Hoje em dia, lá pertinho, ali já pertence ao Jardim Botânico, perto da Ipiranga, mas no alto. A gente enxergava os barquinhos no Guaíba. Não tinha prédios altos. Era lindo. Me lembro quando meu pai veio me fazer uma visita, a única vez que veio me visitar, ele já tava bem idoso, ele não saía daquela janela. As manifestações não chegaram no meu bairro. Mas tinha nos bairros. Logo adiante, até perto de uma rua onde eu morei uns quantos anos, a Barão do Amazonas, logo adiante houve manifestações. Era só ter um nome que os caras não gostassem, eles davam um jeito de fazer ou iam lá obrigar o cara a tirar a placa ou eles quebravam. É, foi muita manifestação. Então, a zona de Petrópolis, onde hoje em dia é o Hospital de Clínicas, aquilo tudo foi devassado, foi horrível.

P. Dona Norinha, e por que esse ódio contra o que tinha nomes estrangeiros, o que a senhora acha?

R. Por que muitos estrangeiros, muitos países que tavam contra o Getúlio porque ele era um ditador. Mas não viam que ele era um ditador amigo do povo. O Getúlio foi, foi um ditador amigo do povo. E foi o que derrubou ele. Isso que ele diz na Carta. Aquela Carta ele escreveu já ciente que tava nos últimos minutos dele. Eu acho que foi, acredito que aquela carta ele escreve entre sete e oito horas. Porque diz que ele se fechou lá no [...], eu não me lembro quem que encontrou ele. Tinha gente que dizia que tinha sido o Amaral Peixoto, mas não foi o Amaral. Aquilo que ele disse, aquilo foi uma coisa que calou na gente, era uma verdade que ele tava dizendo, sabendo que tava no fim. Ele não teve medo de dizer. Tinha gente que dizia: “Ah, matou-se por covarde!” Não, acredito que não foi por covarde.

P. Teve gente que disse que ele se matou por covardia.

R. É, teve gente que dizia que ele tinha se matado por covardia, os contrários.

**P. E na opinião da senhora?**

R. Na minha opinião, acho que não. Ele matou-se por mágoa. Porque ele não devia nada daquilo que diziam que ele devia. O estopim mesmo foi a morte aquela, a briga com o Lacerda.

P. Mas antes disso já havia uma campanha contra ele[...]

R. Já vinha uma campanha há muito tempo! Mas muito tempo! Ele já não era mais convidado para ir aqui e ali[...]. Já não convidavam ele para ir nos lugares e às vezes ele não queria, porque sabia que ia ser mal recebido. Já prevendo até, porque podia até dar um conflito. Porque tinha muita gente a favor e muita gente contra. Ele foi um homem muito assim, gostava de ser bem respeitado, não é? Agora, o povo paulista é que tinha muita raiva dele. Sempre foram contra Getúlio, eles tinham aquela mágoa porque ele tinha tirado o Washington Luís do poder. O Getúlio tirou ele, compreende? Não mandava mais nada ali[...].

P. Dona Norinha, como é que a senhora definiria o que foi o Getúlio para a senhora, para a sua vida em termos financeiros, políticos, [...]? Como é que a senhora classifica o Getúlio?

R. Olha, na época, depois que eu vim morar aqui, ele foi bom porque ele ajudou lá no serviço do meu marido. Aquilo era parado, não tinha aumento, não tinha nada,[...] Foi quando ele deu um bom aumento. Meu marido ganhava praticamente uma miseriasinha. Teve um bom aumento, mas, a vida da gente melhorou cem por cento, o guri estudava no colégio dos padres e tudo, não é? Então a vida foi melhorando[...]

Entrevista efetuada em 27 de maio de 2004.

Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.

**Entrevistado: Manoel dos Santos Lopes. Nascido em dezessete de junho de mil novecentos e vinte e sete, Capão do Leão, Rio Grande do Sul.**

Local da entrevista: Rua João Maboli, 103, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de moradia do entrevistado.

P. Seu Manoel, por que o senhor veio para Porto Alegre?

R. Pela situação financeira, à procura de trabalho.

P. Em que ano o senhor chegou em Porto Alegre?

R. Quatorze de maio de mil novecentos e quarenta e sete.

P. Quais são as lembranças boas e ruins, como era a situação econômica do país na época do Getúlio Vargas?

R. Eu lembro em parte, né? Era mais o comentário do povo. Por exemplo, nós “era” criança ainda, só ouvia falar dele. Em Pelotas, ele foi uma vez. Houve uma passeata muito grande. O povo aplaudia muito ele. O povo era dele mesmo. O povo apreciava, adorava ele. Ele foi o presidente mais querido de todo o Brasil.

P. Essa é a lembrança que o senhor tem dele?

R. É a que eu tenho e o que eu li.

P. Quando o senhor chegou em Porto Alegre, em mil novecentos e quarenta e sete, aí ele já não estava mais no governo.

R. Em quarenta e seis, parece que ele foi deposto.

P. Ele foi deposto, exato. O General Dutra era o presidente.

R. Eurico Gaspar Dutra.

P. Eurico Gaspar Dutra. Bom, como o senhor ficou sabendo do suicídio de Getúlio Vargas?

R. Às oito horas da manhã. Naquele tempo eu era casado com uma outra mulher. Às oito horas da manhã ela abriu a janelinha da cozinha. Do lado tinha uma vizinha. E a vizinha disse assim: “Eu acho que o presidente suicidou-se.” Mas ela era meio ignorante, nem sabia o que significava essa palavra. “Suicidou-se, o que é isso?” Ele se matou. Deu um tiro na cabeça e se matou. Era um alvoroço na rua. Aí, quando eu levantei e tal, eu tomei o café e saí prá rua. Foi aí que eu vi que estava tudo cheio. Tava um quebra-quebra. Há dias antes, já estava no jornal. Todos os dias saía a matéria, que chamava “As novidades do dia.” Já estavam cutucando ele, acusando disso e daquilo. Andavam dizendo que o Gregório já estava traindo ele. Já estava saindo no jornal, não me lembro se na Folha da Tarde, Zero Hora ou Última Hora, que saía muito. Mas, em todo jornal saía. Aí, em seguida ele se suicidou. Teve um quebra-quebra muito grande em Porto Alegre.

P. E o senhor morava onde em Porto Alegre?

R. Eu morava na Rua São Joaquim, na Glória, número três, se não me engano. Esquina Rua Nunes.

P. E o senhor estava trabalhando neste dia ou estava em casa?

R. Eu estava em casa nessa hora. Eu vendo cachorro-quente. Sempre trabalhei nisso. Eu trabalhava de noite. Naquele dia eu acordei mais cedo e, quando eu levantei, já se falava naquele negócio. Eu nem rádio tinha e, naquele tempo, não existia televisão. E nós nem rádio tinha. A vizinha do lado era quem tinha e escutou no rádio.

P. Então o senhor ficou sabendo pela vizinha do lado. Nessa época o senhor não tinha acesso a jornal?

R. Não, e nem rádio a gente tinha. Então, a gente ficou sabendo pela vizinha do lado.

P. E o senhor chegou a ir para o Centro nessa manhã?

R. Fui.

P. Ah, o senhor foi neste dia, de tarde?

R. Sim, eu ia todo dia trabalhar. A gente trabalhava mal neste dia, porque, de vez em quando dava um negócio lá. Levantava um bolo lá, quebrando. Vinha a polícia abafar. Não foi muita coisa, mas deu. De manhã deu um quebra-quebra, quebraram vitrines de lojas. No Bom Fim, foi bastante grande.

P. E as pessoas que o senhor lembra desta época. Como a maioria ficou sabendo? Pelo jornal, pelo rádio?

R. Tudo pelo rádio. Er o único meio de comunicação que tinha. Não tinha televisão. Se tinha, eu não me lembro. Era o rádio. E mesmo assim muito pouca gente tinha rádio. A maioria do pobre mesmo não tinha rádio. Não era prá qualquer um. Os rádios daquela época eram grandes. Radiozinho pequeno, de pilha, não tinha. Tudo grande.

P. Deste período que o Vargas ficou no poder, de cinqüenta e dois até cinqüenta e quatro, o senhor lembra de alguma coisa de ruim que tenha acontecido?

R. Eu lembro normal. Era bom porque, até terminar a Segunda Guerra Mundial, a situação do Brasil era terrível. Tinha uma miséria tremenda. Mas, neste caso, o culpado não era ele. Isso aí era geral. Todas as nações sofreram miséria. Depois que terminou, melhorou muito, mas nas cidades grandes. Eu morava no interior. Daí que vim para Porto Alegre, eu e meu pai. Em seguida veio o resto da minha família. Aqui tava muito bom. Bastante serviço, e se ganhava bem.

P. E o senhor lembra, então, que saía bastante na imprensa essas notícias, que tinha gente contra ele?

R. Saiu nos últimos dias. Foram poucos dias, muito pouco. Eu creio que não chegou a um mês, uma duas semanas por aí.

P. Então o senhor morava nesse bairro, na Glória, e ia todas as manhãs trabalhar, vender cachorro-quente. Então ali, pelo Centro, a agitação durou quanto tempo?

R. Foi só aquele dia.

P. Só aquele dia?!

R. Que eu me lembre, foi. Mas não era muita coisa. Só em algum ponto isolado. Mais era gente prá roubar, se aproveitando da situação. Às vezes, esse quebra-quebra era mais prá roubar.

P. E a polícia, como é que agia? Agia com firmeza ou deixava prá lá?

R. Não, não deixava prá lá. Não tinha nada de deixar prá lá naquele tempo. Não é como agora, não. Ela chegava e ele corriam tudo. Não sei se pagavam alguém. Isto eu não tenho certeza.

P. E pela sua vizinha e seus familiares, a gente que o senhor conhecia: como é que eles sentiram a morte dele.

R. Isso foi o maior drama para o povo brasileiro, que eu sei, até hoje. Não tem coisa que mexesse tanto com a sensibilidade do povo com a morte dele. Ele era um pai para o povo brasileiro. O povo considerava mesmo isso. Tinha muito pouca gente contra ele. Noventa por cento dava a vida por ele. Eu creio que foi o único presidente que o povo brasileiro realmente fazia qualquer coisa prá defender ele.

P. E porque o senhor acha que era assim?

R. Não é porque eu acho. O povo via que o que ele fazia beneficiava o povo.

P. O que, por exemplo?

R. As leis trabalhistas que ele votou. E uma lei trabalhista é uma coisa honesta, que não prejudicava o patrão. Eu trabalho com um empregado e, por causa das leis de hoje, eu sofro muito. Eles dão encargo para o patrão e, quanto menor o patrão, menos possibilidades,

maior os encargos, que se tornam um peso. Então, as leis trabalhistas de hoje prejudicam o próprio empregado, porque elas prejudicam as firmas. Í, quem não consegue trabalhar mais, melhor, por causa disso. E o próprio salário[...] As firmas, às vezes, não pode pagar um salário maior porque têm muitos encargos trabalhistas. Passa dos limites, sabe? O código trabalhista, primeiro nem décimo terceiro não tinha, eu acho. Bom, o décimo terceiro ainda é uma coisa boa, ainda serve. Mas tem outras coisas aí que[...] Muitos encargos para o empresário, né? Para o patrão, e o maior prejudicado é o próprio trabalhador.

P. Então, o senhor, desde aquela época, trabalha com cachorro-quente?

R. Quando eu cheguei em Porto Alegre, eu trabalhei só um ano numa firma, numa construtora.

P. E hoje tem gente que trabalha para o senhor?

R. Hoje eu sou aposentado, mas eu tenho um carrinho e continuo trabalhando. [...] Tenho dois funcionários cadastrados.

P. E aí o senhor sustentou a família com esse trabalho?

R. Graças a Deus! Eu não tenho do que me queixar disso daí. Minha família, né? Senão eu estaria melhor, um pouco.

P. Bom pelo o que o senhor lembra, viu, naquela época, enfim, na sua opinião, por que ele se suicidou?

R. Dizem muitas coisas, mas ele não ia se suicidar por tão pouca coisa. Ele foi muito acusado e ele não teve defesa, não teve quem defendesse ele. Mas eu creio que ele foi acusado

de coisas que ele não devia. Talvez à volta dele, aqueles ministérios. Talvez gente do ministério dele tivesse alguma coisa de errado e a culpa caiu nele. E ele não teve como se defender. Não teve, [...] não teve, [...] Ali foi uma coisa bem feita, viu?

P. E o senhor lembra do que ele era acusado? Enfim, qual era a pressão que tinha em cima dele?

R. Não, isso eu não me lembro bem, não[...] Tinha acusação de coisas que ele não fez. Anda tem alguma coisa disso hoje. Embora tenha muito corrupto aí, às vezes uma coisinha muito menor parece muito mais. E tem outros atrás disto. Agora, no caso dele, não. Ele não fez nada. Era um homem [...] Tanto que, quando ele morreu, os bens que ele tinha não “aumentou” em nada. Ninguém achou nada de riquezas dele, de ele Ter ganho desonestamente. Quantos anos ele trabalhou? Ele morreu, acho, com sessenta anos, por aí. Desde os vinte anos o homem trabalhou na política. Ele parece que foi governador do Rio Grande do Sul, não é, primeiro?

P. E o que o senhor viu, além dessas manifestações de raiva e desses tumultos? Como as pessoas reagiram, além da raiva? O senhor viu alguém do povo mais sentido?

R. Não houve uma reação muito [...] Comentando, tudo mais, e lamentando [...] Porque houve lamentação. Se o povo brasileiro lamentou por alguma coisa, eu acho que a maior lamentação que o povo brasileiro levantou foi perder o pai do país. Porque, não adianta, não veio outro igual e eu não sei, acho que não vai vir. Era um homem honesto, um brasileiro, ele não tinha nada de estrangeiro. Ergueu a pátria ou qualquer coisa. Os próprios produtos nossos, como está sendo agora. O Brasil está vendendo coisas que amanhã ou depois não vai ter aqui. [...] Depois dele, olha, eu acho que todos foram maus governos. Não sei se tem algum aí que possa [...], que governasse esse país bem não teve mais ninguém, nenhum. Se

tivesse algum que tivesse governado bem, o povo teria, também, reconhecido e a gente veria pela manifestação. Não houve nada, né? Nenhum governo a gente houve: “- Esse aí tem que ficar.” Nunca, nunca.

P. Nessa época, o senhor tinha uma vida “legal”, se mantinha bem?

R. Era uma beleza, uma maravilha. Eu trabalhava poucos dias da semana e vendia bem. Hoje a Prefeitura castiga muito a gente. Mas a Prefeitura não tem nada a ver com o governo federal. Trabalhava poucos dias e ganhava muito mais do que hoje. Eu trabalhava como ambulante. Não gostava, e até hoje eu não gosto. Mas era aonde eu ganhei mais. E o negócio é ganhar mais. [...]

P. Em cinqüenta e sete o senhor tinha vinte e sete anos. E o senhor trabalhava no Centro, viu esses tumultos todos acontecerem. Mas não foi uma coisa de causar pavor?

R. Não, nem aqui, e [...] No próprio jornal, mesmo, lá prá cima no Rio de Janeiro, não foi muita coisa. A polícia baixava, vinha o exército. Ainda mais que era com o exército mesmo.

P. E o senhor lembra se foi só naquele dia?

R. Que eu saiba, foi só naquele dia. [...] Poderia ser uma coisinha que outra. Grandes coisas, não[...] Grande coisa, não.

**P. E por que quebravam? A população ficou com ódio?**

R. Mais era gente desordeira que fazia isso. Isto não era gente, não era nada, nem gente.

P. Não tinha político no meio, não tinha nada de político?

R. Isso aí eu não sei. Não dá para a gente dizer que não. Mas parece que não. Mais é gente desordeira. Desordeiros sempre existiram e as pessoas se prevalecem dessas coisas. Por que isso aí? Porque a pessoa, se era político ou gostava dele, não ia fazer isso. Não tem nada a ver uma vitrina com [...] Nada a ver. Só esse tipo de gente[...].

P. E no Centro, ali, pelo o que o senhor lembra, tinha muita gente desocupada ou não?

R. Não, não tinha. Muito pouca gente desocupada. Naquele tempo só não tinha serviço quem não queria. São não trabalhava quem não quisesse. Não faltava serviço. Não tinha desemprego. [...]

P. Bom, o senhor recebeu a notícia pela sua vizinha. Jornal o senhor não lia, não tinha acesso?

R. Não, eu lia. Eu lia jornal, também, mas eu não tinha muito tempo prá ler. Então, mais era o jornal e o rádio. O povo mesmo sabia pelo jornal. [...] O povo não tinha rádio. A maioria não tinha. Cada quatro ou cinco casas, se dois tivessem rádio era muito. [...] Jornal mesmo assim, lê jornal, mas sabe. O povo é, como se diz, fazedor de esparro. Faz muito esparro. Então é assim: sai gritando, sai comentando. Então é aonde[...] O jornal então mais gente fica sabendo por ele. Agora sim.

**Entrevista efetuada em 14 de outubro de 2004.**

**Entrevistador:** Paulo Sergio Fioravanti Jardim.

Entrevistada: **Violante Sá, nascida em vinte e três de novembro de mil noventa e dois, em Pelotas, Rio Grande do Sul.**

**Local da entrevista:** Escola Municipal Presidente Vargas. Rua Ana Aurora do Amaral Lisboa, 60. Passo das Pedras, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de trabalho do entrevistador.

**P. D. Violante, quando a senhora veio para Porto Alegre e por quê?**

**R. Vim com vinte anos para Porto Alegre. Eu vim através do meu irmão mais velho, que trabalhava com uma família de judeus, na fábrica de móveis ali no Bom Fim. Aí, de repente, essa família queria uma empregada para a família. Aí fiquei trabalhando com esse judeu uns dois anos.**

**P. Mas então a senhora veio sozinha?**

**R. Vim, para a casa do meu irmão mais velho.**

**P. A senhora veio morar em que bairro?**

**R. No São Manoel, na rua São Luís, na casa do meu irmão. A família do judeu me deu uma semana para conhecer a cidade. Meu irmão me mostrou o centro todo. Andamos prá cima e prá baixo, conhecendo tudo.**

**P. E qual era o seu grau de escolaridade na época, em cinquenta e quatro, mesmo?**

**R. Eu tinha a terceira série do primário.**

**P. Bom, D. Violante, o que a senhora lembra do suicídio do Getúlio Vargas?**

**R. O suicídio começou[...] Primeiro era o rádio. A gente ligava o rádio e era só o comentário. Getúlio dizia que só sairia morto de lá, até bolaram uma marchinha de carnaval. Foi uma coisa que abalou muito, muito, muito mesmo. Principalmente o Rio Grande do Sul. Ninguém esperava uma coisa daquela, mesmo ele tendo dito que do Palácio só sairia morto.**

**P. O que a senhora lembra daquele dia. Aqui em Porto Alegre?**

**R. Violento, moço. Tinha uma padaria, a Bijú, na Praça XV, quase com a Otávio Rocha. Coincidentemente eu estava lá. Era a padaria com mais movimento na época. Daí vim, fiz as compras à tardinha. Aí, quando nós saímos para pegar o bonde para vir para o Bom Fim, era uma loucura. Povo quebrando casa, correndo, [...] Lembro bem, a casa que me marcou muito era a Importadora Americana. Carros finíssimos, quebraram, bom, destruíram tudo! Aquela área do Bom Fim era toda de judeus. Eles ligavam para as famílias e pediam para colocar a bandeira do Brasil na janela. Não existia casa que não tinha uma foto do Getúlio. As pessoas levantavam os vidros das casas e do comércio, botavam a foto do Getúlio ou a bandeira nacional. Aí eles respeitavam. Recolheram os bondes. Descia a polícia nos caminhões abertos, eles usavam capacetes vermelhos, dando-lhe pau nas pessoas. Aonde sabiam que tinha casas de estrangeiros, eles quebravam, saqueavam. Na frente do Pronto Socorro tinha tanque de guerra, metralhadora, era uma área de guerra. Os soldados perguntavam: - Onde é que tu vai? Aí a gente tinha que**

responder, mostrar a identidade, [...] Aí, cheguei no serviço, minha patroa, o pessoal todo apavorado. Quando ela me enxergou: “- Dadá, tu tá bem? Não te machucaram?” “ – Não, não fizeram nada comigo.”

**P. Como a senhora ficou sabendo da morte do Getúlio?**

**R.** Aí veio o boato de que o Getúlio tinha se suicidado. Tinha um rapaz que trabalhava no cinema, no mesmo prédio da confeitaria. Ele que veio trazer a notícia. O povo não acreditava, na rua. Mas houve uma coisa, que acusavam esse negrão, motorista do Getúlio. Uns dois ou três meses ele se matou. O povo gostava muito do Getúlio. Se hoje nós temos uma carteira de trabalho, foi graças ao Getúlio. Aí já todo mundo começou a chorar. O povo, no centro, gritava: “- Ele não se matou, mataram ele!”

**P. Que idéia a senhora tinha do Getúlio?**

O Getúlio inaugurou a Escola Técnica de Pelotas. Me lembro dele, ele bem baixinho, passando por aquele povo todo, que é a Universidade de Pelotas. O Getúlio lutou muito pelo pobre. O que mais me marcou foi em ser gente. A partir dele pude ser registrada como filha de mãe solteira. Antes não podia. Não tinha nome da mãe na Certidão de Nascimento. E também passou a ser branco, preto ou pardo. Existia mais fartura, porque as pessoas eram mais humanas. Sobrava o almoço e a cozinheira podia levar para casa a comida dos filhos. Os pobres convidavam os patrões para serem padrinhos dos filhos. Isso acontecia muito em Camaquã, São Lourenço, Pelotas, [...] Morria a empregada da família, a empregada era velada em casa, como um membro da família deles.

**Entrevista efetuada em 23 de outubro de 2004.**

**Entrevistador:** Paulo Sergio Fioravanti Jardim.

**Entrevistada:** **Jandyoca Eliza Azevedo Vitalini**

**Local da entrevista:** Colégio Militar de Porto Alegre. Avenida José Bonifácio, 363. Bom Fim, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de trabalho do entrevistador

**P. D. “Jane”, onde e quando a senhora nasceu?**

**R. Nasci em São Borja, no dia vinte e três de setembro de mil novecentos e trinta e quatro, no Hospital dos Pobres, hoje São Francisco de Borja. Era tipo uma Santa Casa. Meu pai foi convidado para ser administrador do hospital por Getúlio. Minha mãe tinha vários filhos adotivos. Então minha família tinha negro, branco, índio, [...].**

**P. Qual é o seu grau de instrução e sua profissão atualmente?**

**R. Moro na Rua José do Patrocínio, 550, apt. 301, Porto Alegre. Sou formada em contabilidade, de técnico, no curso noturno. Naquele tempo não tinha faculdade noturna. Eu não tinha dinheiro. Me formei pelo Sindicato dos Comerciários.**

**P. D. Jane, por que a senhora veio para Porto Alegre?**

**R. Meu pai faleceu e meus irmãos me trouxeram. Morava na Vila Pampeiro. Ali não tinha condições, faltava água, luz, [...] Quando eles saíram do quartel, aí eles, depois de darem baixa, resolveram vir para Porto Alegre. Eu**

vim com dezesseis anos para cá. Aí depois minha mãe faleceu e a gente continuou aqui. Cheguei aqui em outubro de mil novecentos e cinqüenta e dois.

P. Qual era a sua profissão na época, em mil novecentos e cinqüenta e quatro?

R. Eu já trabalhava na Rua da Praia, na “bomboniéri” Ópera. Ficava entre a Rua Uruguai e a Praça da Alfândega.

P. Qual era o seu grau de instrução na época?

R. Eu já estava no 3º ano ginasial. Eu tinha vinte anos em mil novecentos e cinqüenta e quatro. Eu tava atrasada nos estudos. Tinha o exame oral e escrito.

P. Onde a senhora morava na época?

R. Morava na Rua Demétrio Ribeiro, número 234. Ainda tinha o Presídio, o Gasômetro. A água batia onde hoje é a Washington Luiz, onde a água batia. Tinha uma serraria, muitos barcos carregados de mercadorias. Ali era muito bonito.

P. D. “Jane”, quais são as suas lembranças daquela época, de mil novecentos e cinqüenta e quatro, do Getúlio Vargas [...]?

R. As minhas lembranças são lembranças de antes de eu nascer. Meus pais falavam muito do Getúlio. Eu nasci na era do Getúlio. Em mil novecentos

e cinqüenta e quatro todo mundo era getulista, toda a família, do avô ao neto. Na escola chamávamos ele de Dr. Getúlio Dorneles de Vargas. Era o “pai dos pobres”. Ele que fez todas essas leis de hoje. Não tinha leis do trabalho. O patrão fazia o trabalhador trabalhar muito, não tinha hora para parar de trabalhar. Os ricos não gostavam dele. Era um “ditador-mãe”, porque ele tratava bem o povo, para o povo ele foi muito bom.

P. Mas bem em cinqüenta e quatro, do suicídio, o que a senhora lembra?

R. Em mil novecentos e cinqüenta e quatro, pouco antes, a coisa começou a ferver. As rádios iam de acordo com os donos, davam as notícias de acordo com os donos. Aí houve o atentado do major. E o Getúlio tinha o “anjo negro”, o tal de Tenório. Ele era um agregado de Getúlio, seu guarda-costas. E aí, quando acontece aquela briga, diziam que foi a mando de Gregório. Acho que o Getúlio não ia fazer algo tão aberto, seria um “trabalho” não tão aberto. Aí começou a “fechar o bolo”. Os militares já estavam em cima do Getúlio também. Todo mundo tava com medo, a coisa “fervia, mas não borbulhava”. E eu tô trabalhando e tinha um motorista do dono do prédio. Ele veio correndo e disse: - O “baixinho” se matou! Eu tinha um irmão que rodava o filme no cinema, no mesmo prédio da confeitaria. Tinha um “rolo” que dizia que os soldados iam matar todo mundo. Eu fiquei pasma, porque parecia que o Getúlio não ia morrer nunca. Meu irmão veio correndo da praça, que tinha alto-falante para dar as notícias do Correio do Povo. Muitos não tinham rádio, nem tinham dinheiro para comprar jornal. Isso já tinha alguns dias, porque a coisa já vinha “esquentando”. A oposição dizia que ele tinha um caso com a Carmem Miranda, a Virginia Lane, [...] Começou aquele bolo, surgiu tanta gente

na Rua da Praia que a gente não conseguia andar. Eu acho que levei umas quatro horas dali até a Borges. As lojas começaram a fechar para evitar tumulto. O povo começou a quebrar tudo o que era contra Getúlio. Aí começou a aparecer os soldados. O Ernesto Dornelles, que era governador, dizem que ele disse isso: - Deixa o povo extravasar. Depois de uma hora é que ele mandou a polícia. No Diário de Notícias, jogavam tudo pela janela, máquinas, mesas, [...], e botavam fogo. A Rádio Farroupilha também foi invadida. Era uma confusão, cada um dizia uma coisa. Minha mãe dizia que tinham matado o Getúlio.

P. As notícias da morte de Getúlio não chegavam pelo jornal?

R. Muitos jornais se acabaram. Apareciam bandeiras do Rio Grande do Sul, do Brasil[...] Aí veio a cavalaria, a Rua da Praia, a Borges de Medeiros, Riachuelo, Caldas Júnior, os bondes trazendo as pessoas. A notícia veio forte. O comércio demorou para abrir. Aí fizeram uma máscara mortuária, dizem que roubaram. Aí, quando começou a acalmar a coisa, o povo fazia muita piada. Quebraram a Farroupilha, disseram que a rádio começou a botar música de carnaval no dia. O povo invadiu a rádio. Como podem provar que ele se matou, ninguém viu. Hoje são suposições. Como podem dizer que ele veio por aqui, passou por ali, [...]? Ninguém estava lá. Aí, quando veio a carta testamenta, muita gente chorou, se escabelando.

P. D. “Jane”, como era o nível de vida naquela época?

R. A vida era difícil. Porque meu pai não deixou nada. No segundo mandato de Getúlio, ele derrubou com todo mundo. O João Goulart era o

ministro do Trabalho. O salário era oitocentos cruzeiros, por aí. A primeira medida foi aumentar o salário para mil e oitocentos cruzeiros. O comércio se escabelou. Teve briga, gente que mandou trabalhador para a rua. Mas tinha os direitos trabalhistas.

**P. Como a senhora define Getúlio Vargas?**

**R. Ele melhorou a situação do povo, sancionou as leis trabalhistas a favor do povo. Ao menos ajudou o povo. Naquele tempo os militares tinham muito poder. Pressionavam e conseguiam aumento. A vida era boa para mim. Para mim bastava. O que eu ganhava seria, hoje, menos de quatrocentos, quinhentos reais. Mas dava prá comprar verduras direto das carroças, tinha carroças que vendiam várias coisas. A gente comprava o que dava. Mas dava prá viver, sempre controlando o dinheiro. Quando veio o aumento de mil e oitocentos cruzeiros, a inflação pegou. Mas sempre dava prá adquirir alguma coisinha.**

**Entrevista efetuada em 30 de outubro de 2004.**

**Entrevistador:** Paulo Sergio Fioravanti Jardim.

**Entrevistado: João dos Santos Souza Neto. Nascido em quatorze de outubro de mil novecentos e vinte e nove, Alegrete, Rio Grande do Sul.**

Local da entrevista: Acesso S, 309. Restinga, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de moradia do entrevistado.

**P. Onde o senhor nasceu?**

R. Alegrete [RS].

P. E quando o senhor nasceu?

R. Quatorze de outubro de mil novecentos e vinte e nove.

P. Por que o senhor veio para Porto Alegre?

R. Para trabalhar.

P. O senhor veio sozinho?

R. Sim.

P. “Solito no más?”

R. “Solito”. Eu tinha uns familiares aqui, uma irmã e um cunhado. Ele me arrumou um emprego. Custou, mas consegui.

P. O seu primeiro emprego foi no Cartório?

R. Primeiro e único. Segundo Tabelionato Notariado de Porto Alegre. Naquela época era Segundo Notariado. Naquela época era mil novecentos e cinqüenta e três. Setembro de cinqüenta e três. Com as mudanças passou a ser Segundo Tabelionato. E eu continuo lá.

P. Continua lá, claro.

R. Meio século e mais um ano. Foi passando o tempo [...].

P. Meio século e mais um ano?

R. Setembro do ano passado fez meio século. Agora fez meio mais um ano. Foi passando o tempo e eu “deixa prá lá”. Fiz boas amizades, a gente tá sempre aprendendo, continuo aprendendo, tem muita coisa nova, por incrível que pareça. E com o novo Código Civil, então, alterou muito mais ainda a vida das pessoas.

P. Seu João, vou lhe fazer uma pergunta: Como o senhor lembra do nível de vida em Porto Alegre naquela época? O tipo de vida, se era fácil, se era difícil, [...] Não do governo Vargas, ainda, mas como era viver em Porto Alegre naquela época. Era difícil, era fácil, como o senhor sentia isso?

R. O dinheiro valia. E, em virtude de tudo isso, estava bem. Se tinha dinheiro forte. Cinquenta centavos, naquela época, era um montão de dinheiro. Se tinha de tudo, era uma fartura. Acho até que se tinha mais fartura que hoje. A gente, lá no cais do porto, onde é o Palácio do Comércio, anos atrás, via que chegavam frutas e verduras.

P. Isso em cinquenta e poucos, quando o senhor chegou aqui.

R. Quando em vim prá cá.

P. Atrás do Palácio do Comércio?

R. Naquela faixa toda ali. Ali tinha de tudo. Verduras e frutas. Do outro lado tinha também. Depois do Gigantinho, por ali tinha também. Por que vinha muito de barco, essas coisas. Era uma maravilha a vida. Tudo era fácil. Eu me lembro que, num fim de semana, eu passei, eu morava numa pensão, um fim de semana com cinquenta centavos. Dava para ir ali, aqui e tal, e sobrava dinheiro, uma moedinha bem pequenininha.

P. Com cinquenta centavos e sobrava dinheiro?

R. Se sobrava dinheiro.

P. E onde o senhor morava na época?

R. Bom[...].

P. Morava alugado? Qual era a rua?

R. Eu morava na rua General[...] João Manoel? É General João Manoel? Pr' cá do Correio do Povo. É General ali?

P. É General, General João Manoel.

R. É, eu morava ali. Quem ia para o fim da rua, à esquerda.

P. Numa pensão?

R. Eu estive uns tempos, com o meu cunhado e a minha irmã, mas depois fui me estabelecer. Quando eu arrumei o serviço no cartório, me mudei prá lá, acertei bonitinho, e a senhora me perguntou onde eu trabalhava. Eu disse: - No cartório Moura. E, por incrível que pareça, foi uma mentira, eu não estava trabalhando. No outro dia é que deu certo a coisa. Eu tinha um dinheirinho que meu pai tinha me dado. Então, eu tinha que espremer. Mas deu tudo certo. Uma senhora muito querida. Tinham residentes e tinha outros que só iam fazer a refeição. Maravilha. Logo, conheci uma turma de Jaguari, que faziam refeição lá também. Tinha um italiano mesmo, só que o cara veio de Rondinha. Até hoje o cara existe, italiano mesmo. Era mecânico. Os outros trabalhavam, tinham seus empregos públicos. E tinha um de Mariana Pimentel. Então, lá a gente chegou ao acordo de morar e fazer as refeições no mesmo local. Começamos a procurar. Aí surgiu um apartamento

P. O senhor foi morar com essa turma? Reuniu um grupo?

R. Depois. Em frente à Capitania dos Portos. [Rua dos Andradas] à vezes eu passo por lá. [...] É o Ferrari, o 467. Nós morávamos no apartamento três, de frente. Não tinha problema. Só uns milicos lá. Aos poucos fomos montando. Prá conseguir, era difícil. Um deles tava melhor de vida, trabalhava no SENAC. Então foi no Banco e, prá solteiro, não. E aí foi lá, o proprietário, e ele autorizou. O Banco de Crédito Real do Rio Grande do Sul, um banco chato. Ficava na Praça XV, o banco. Aí ele conseguiu autorização e logo nós nos mudamos prá lá. E, aos pouquinhos, a gente foi montando. Compra isso, compra aquilo, [...] Tinha um que trabalhava na Mesbla e pegava alguma sobre ou peça com defeito. Um bom tempo, aí arrumamos uma empregada.

P. Entre quantos?

R. Entre seis.

P. Me diga uma coisa. Agora a gente vai entrar naquela parte que é o centro da nossa entrevista, que é o que o senhor lembra daquele dia, quando chegou a notícia do suicídio do Vargas. O que aconteceu ali, enquanto o senhor estava trabalhando, ou quando chegou lá, ou antes de sair de casa [...]? Enfim, o que aconteceu naquele dia?

R. Eu estava trabalhando. Aí inventei de olhar a rua, aquele corre-corre prá lá e prá cá. Aí lojas e repartições fecharam as portas. Em cinqüenta e quatro. Não, mas eu não estava ainda no apartamento. O apartamento foi depois. Eu acho que eu ainda estava lá, mas [...] Bom. Mas porque o Getúlio Vargas foi uma pessoa muito querida, era muito popular, muito simpático, uma pessoa muito aberta, tinha facilidade de comunicação. Então, era uma pessoa muito querida, porque fez muita coisa pro país. Voto popular secreto, voto prá mulher, CLT,

como é que é nome daquelas coisas lá do Rio, não me recordo o nome, Siderúrgica Nacional, o negócio do aço lá, que eu não me lembro o nome. Isso é criação dele. Enfim, é isso. Salário mínimo. Como todo administrador, e governante, que também é um administrador, cometeu erros, teve suas falhas. Mesma coisa que ocorre ainda hoje, algo que serve para alguns, outros acham que não é bom, embora seja bom. Pode errar, mas não tem a intenção de errar.

P. Como o senhor ficou sabendo que ele tinha morrido? Porque o senhor desceu na rua e ouviu ou [...]?

R. As notícias assim correm rápido. Escutei no rádio.

P. O senhor lembra se alguém chegou e lhe disse, o senhor escutou no rádio, o senhor saiu na rua e viu aquele tumulto e aí ficou sabendo? Claro, é um detalhe, não sei o senhor [...]

R. É um detalhe. Foi dentro do cartório que eu fiquei sabendo. Alguém deve Ter vindo da rua e trouxe a notícia, Mas, era aquela coisa, quem era do lado dele, ficavam incomodados com aquela oposição tremenda que havia contra ele. Quem não era, ficou lamentando, assustado com o que poderia acontecer no país, não se sabe. Realmente, foi uma maneira do povo extravasar aquele sentimento, aquela mágoa. E ao mesmo tempo, querendo mostrar seu reconhecimento, seu afeto por Getúlio Vargas. Então, começou aquele quebra-quebra. Tudo o que dizia respeito a americano, porque ele era anti-americano, ele era nacionalista, [...] Então, tudo aquilo o que dizia a respeito, uma palavra americana, que não tinha nada a ver com americano, só porque eles achavam bonito. Que nem hoje, não temos aí a nossa cidade cheia de palavras inglesas? Então, quebraram tudo o que viam pela frente. Mas, dentro desse grupo, havia gente que simplesmente queria fazer baderna, quebrar uma loja ali, Transportadora Americana, ou outras, muitas casas de comércio. Tinha uma palavrinha assim, então já tavam lá.

P. E o senhor lembra se a Guaspari foi quebrada assim?

R. A Guaspari[...].

P. Eu sei, é claro, a Rádio Farroupilha, o Diário de Notícias, [...].

R. Botaram fogo, queimou tudo lá. O Diário de Notícias, que era do Assis Chateaubriand. Isso aí tudo veio abaixo, um vandalismo. Não adiantou nada. Não resolveu nada. É que nem ocorre hoje. Veja bem, o dia que deu aí, do Grêmio. Tá mal, um barbarismo. Prá quê? Não resolveu nada. Não vai resolver nada. Só deu prejuízo. Acontece toda hora essas coisas aí. É uma turma assim, que não são esportistas. E lá também tinha aquelas turmas dos infiltrados, prá saque, isso e aquilo. “Vamos defender o Getúlio!”, coisa assim, “Mataram nosso presidente!” Foi horrível! E eu passando pela Praça. No Grande Hotel, que hoje é onde fica o “shopping” em diagonal com o Correio do Povo.

P. Ali, no “Shopping Rua da Praia”?

R. É, ali era o Grande Hotel. Prenderam fogo. Coisa triste, pegou fogo. E, naquela parte ali da Caixa Econômica [Federal], bem na esquina, ali tinha loja que faziam e vendiam roupa. Eu comprava roupa lá. E eu andava por lá, sujeiro a levar uma paulada. Eu tava lá, olhando aterrorizado com aquilo, com aquela correria. Eles pareciam uns loucos, aquelas ondas, [...] E aquelas ondas iam prá lá e prá cá, pela Borges de Medeiros.

P. Mas o seu patrão lhe dispensou?

R. Não. Fechou tudo. Não teve mais trabalho. Que nem hoje, pra quê as pessoas vão ficar correndo risco? Fechou tudo. Acabou. Roubaram o que tinha.

P. E aí o senhor foi lá para o lado da Renner, para olhar?

R. Andei por tudo lá. Tu vê, a gente, como diziam meus pais: “Quem mal não pensa, mal não faz.” Eu andava, mas sujeito a levar uma paulada, um tiro, quem sabe uma facada. Quem anda na rua tá sujeito a tudo. Ainda mais assim, com uma turma de enfurecidos quebrando tudo. Iam passando, não tinha choro: tá ali, tá ó.

P. E como foi a ação da polícia? Demorou, foi violenta ou não foi? O que o senhor lembra? O pessoal fazia tudo aquilo, mas e aí? Deixaram fazer, a polícia?

R. A repressão houve, mas não assim, como vamos dizer, repressão violenta. Eles queriam acalmar o pessoal. Esta era a intenção. O governo do estado, não me lembro quem era[...] Ah, talvez fosse o Ernesto Dornelles. [...]. Primo de Vargas. Conheci ele. Mas não foi repressão violenta. Eles tentavam contornar a situação para não agravar mais o que já estava armado. Era muito [...] Dizia Vargas que ele não era criticado, ele era agredido. E ele acabou ficando só, né? Porque ele tinha a gente da família dele, pessoas ligadas à família, que era o ministro João Goulart. E mais a guarda pessoal dele, que era comandada por um preto, Gregório Fortunato. Então, isso tudo veio, estourou lá na história de um ataque a Carlos Lacerda, onde acabou morrendo um major da Aeronáutica. Aquilo tudo foi uma bola de neve. E ele acabou ficando só. Ele dizia que não saía de lá. Foi o que deu. Aí surgiu aquela tal de carta testamento, que até hoje dizem que não é verdadeira. Talvez alguém que queira se aproveitar dele, não se sabe. Como muitas coisas nesse país, prá lá, prá cá, não se sabe. Como hoje, também tem coisas que andam por aí. Alguém disse, alguém falou, alguém viu, [...] Agora, realmente o que é, não se sabe e continua isso. Isto não vai Ter fim nunca, e continua isso. Estamos aí, nossa política está aí. Um cara diz que fez, o outro diz que não fez, eu tenho prova disso, [...]

P. O que o senhor lembra da opinião das pessoas que cercavam o senhor, de seus amigos e pessoas de seu serviço? O que o senhor lembra da opinião geral, é claro, de onde o senhor vivia, sobre o Vargas? O que eles achavam? Porque, a gente, hoje, tem uma visão do Vargas. Mas a gente sabe tudo o que ele fez. Mas o que as pessoas da época achavam dele? O que elas pensavam dele?

R. Pois é, havia, como eu já te falei, os que gostavam dele e os que não gostavam dele. Então, as opiniões se dividiam.

P. Mesmo entre pessoas com quem o senhor convivia?

R. Exatamente. Olha, falando do Brasil, agora, sem Vargas. Uns diziam: O Getúlio Vargas já era, esqueçamos do Vargas. E outros se reservavam a partilhar daquele sentimento que, por exemplo, eu era contrário a ele. Mas sempre achei que quem é democrata é quem batalha para alguém. Quem não vence tem que desejar que aquele que foi escolhido faça um bom governo, consiga realizar um pouco daquelas muitas coisas que diz que iria fazer. E eu lamentei profundamente. Achei que não foi um bom fim para ele. E as pessoas que tavam com a gente, tinha gente que era de um lado e que não era de outro lado. Outros ficavam tristes, aborrecidos. Que a verdade é essa, naquele momento não se sabia o que seria do país no outro dia. Não se sabia. De fato, ficou aquela história de alguém interinamente na presidência. Como é que fica? Interino, e aí? E as Forças Armadas, aqueles que eram contra o Vargas? Como é que vão fazer? Então, a opinião das pessoas se dividia. Mas havia um consenso: o país precisa de uma diretriz, uma orientação para continuar trabalhando. Este é o senso. Na hora acontece de gente a favor e de gente contra. Porque, naquela época, existe gente que nem agora, aquela gente muito ferrenha. Pessoas que, naquela época, como agora também. Não dá prá gente falar, chegar a discutir. Porque tem gente que hoje que são assim

agressivos, são muito violentos. Acha que ele é que tá certo, os outros estão tudo errado, não pode discordar. Hoje isso acontece com a gente da nossa prosa política. Não dá nem prá falar contra o seu Antônio e o seu Pedro. O melhor é “sim, senhor”, “sim, senhora”. E “é”, “não é, não é”.

P. Em cinqüenta e quatro, quando aconteceu isso, qual era o seu grau de escolaridade?

R. Bom, eu cheguei até o Ginásio, só. E continuo nele.

P. Mas o senhor chegou em cinqüenta e quatro ou já veio lá, de Alegrete, com esta escolaridade?

R. Não, esse grau. Embora eu tenha o Ginásio, o resto foi só início. Eu queria tirar o Científico. Mas não cheguei a terminar nem lá, nem aqui. Só estudos mesmo e parou. Então meu grau era e continua sendo daquela época. Naquela época não era brincadeira.

P. Então, o senhor, prá se interar das coisas, naquela época: rádio ou jornal? Mais rádio ou mais jornal?

R. Mais rádio.

P. Jornal o senhor comprava de vez em quando?

R. Se eu não comprava, no meu serviço sempre tinha alguém que comprava.

P. O jornal chegava no seu serviço, circulava lá dentro, [...]

R. Sempre tinha alguém que comprava, Ali, por exemplo, na Rua da Praia com a Ladeira, como é o nome da Ladeira, [...]? [...] Ali existia uma vendedora de jornal conhecida

como Maria Chorona. Ela muito cedo tava lá, essa senhora. E tava sempre de branco, vendendo jornal. Era o Diário de Notícias, a Folha da Tarde, o Correio do Povo, [...]

P. Estes que o senhor falou eram os mais lidos?

R. Os mais. Tinha aquela banca que ainda existe hoje, ali na praça. Parece que é do mesmo pessoal. [...] Aquela ali sempre teve jornais lá do centro do país, sempre e continua tendo. É impressionante.

P. A lembrança que o senhor tem dessa época, do Vargas, é que ele era um presidente assim, que tinha aqueles que eram contra e os que eram a favor. Mas, no geral, as pessoas gostavam dele?

R. Sim. [...] Porque ele mexeu muito com as raízes. Modifica isso, modifica aquilo. Salário mínimo, não existia. O cara diz, mas se pagar o salário mínimo, tem que recolher isso, aquilo, aquilo outro. Sindicatos, coisa que não existia. Que mais? As leis trabalhistas, C.L.T., não existia nada disso. Quando entrou essa coisa aí, era aquela grita. O pessoal não aceitava. Não aceitavam. Mas, aqui, em Porto Alegre, existia uma pessoa. Eu lembro que era o seu Antônio Jacob Renner, mais conhecido por A. J. Renner. Esse aí, antes de que alguém fizesse essas coisas, ele já fazia. Eu conhecia o seu A. J. Renner. Muitas vezes, em função do cartório, eu fui lá na fábrica.

P. Lá na Farrapos, Navegantes, naquele lado de lá?

R. Navegantes, Farrapos. Aquilo era grande. Ele era um homem muito atarefado. Eu chegava lá e tinha que aguardar porque ele não tava no gabinete dele. Ele tava prá cá e prá lá,

prá lá e prá cá. Era daqueles que, como e diz lá fora, pegava no pesado junto com o empregado[...].

P. Seu João, só mais uma perguntinha. Em que momento a coisa foi se aclamando. È claro, a notícia da morte dele chegou de manhã cedo. E aí fechou o cartório, o senhor foi passear ali pelo Centro, ver como estava a coisa. Aí, em que momento o senhor lembra que foi diminuindo, que foi reduzindo aquele tumulto todo?

R. Bom, a coisa ferveu muito. É verdade que aquele quebra-quebra diminuiu, pararam, mas havia aquela reação popular do ocorrido, em que diziam assim: “ Os militares e a oposição mataram Vargas!” Ficou prisioneiro, não teve saída. Ele disse que não saía de lá. E ele acabou se matando. E resultou nisso aí.

P. Na cabeça das pessoas, tinham matado ele ou, pelo menos, provocado a morte dele?

R. Foi, exatamente. Houve aquela provocação. A provocação levou ele longe. [...]

P. [...] O que mais o senhor viu? Houve mortes nesse período, nesse tumulto? Será que alguém morreu?

R. Pois, olha, isso eu não me lembro.

P. O senhor lembra de alguma pessoa chorando na rua?

R. Chorando, sim. Não por ferimentos, mas as pessoas choravam copiosamente. Era como se fosse um familiar. Por exemplo, “mataram o nosso pai!” Ele era considerado o pai dos pobres, porque era o regime que ele implantou. Foi em trinta e quatro, a Ditadura. Fechou

tudo e ficou sozinho. Mas sempre com aberturas. Aos pouquinhos foi conquistando o povo, foi ficando lá.

P. O que o senhor chama de aberturas?

R. Ele dava espaço, hora restrito, reservado, ele dava espaço para que houvesse o trabalho de equipe, que criava uma imagem diferente do país. Era uma ditadura disfarçada. E o desenvolvimento foi muito grande para o país. Muito grande, não tenha dúvida. Há pouco tempo andou passando umas novelas sobre o café em São Paulo. Queimaram o café. O Getúlio queimando muito café. Tinham umas novelas que contavam essa história. Inventaram tudo. Isso já é outra coisa. Uma história que, por exemplo, eu peguei depois. Mas nós estamos aqui, desde mil novecentos e cinquenta e quatro. Mas foi muito bom mesmo, não há dúvida.

P. Em cinquenta e quatro, o que o senhor ganhava em termos de salário? É uma pergunta sobre salário, mas se o senhor quiser também, não é? O que o senhor ganhava em cinquenta e quatro equivaleria a quanto hoje, mais ou menos? O que o senhor acha que conseguiria fazer hoje em dia, com o que o senhor fazia naquela época?

R. Eu ganhava como datilógrafo. Eu ganhava dez centavos, ou um pouquinho menos, por linha datilografada. Mas, tinha que bater muito dedo para fazer um salário para poder comer. E, naquela época, no cartório, a gente não descontava nada. Absolutamente nada. Não tinha Previdência. Descontava no fim do mês aquele dinheiro que tivesse pego adiantado, como até hoje é um adiantamento. [...]

P. [...] Não existia um salário fixo para o senhor? Era um salário por produção, então?

R. Por produção.

P. Não tinha um salário mínimo pro senhor?

R. Não tinha nada. Era só aquilo. Produziu, ganhou; não produziu, chupava o dedo. Tinha que viver.

P. Mesmo com aquelas leis trabalhistas, salário mínimo, [...]?

R. Mas é que as leis trabalhistas não chegavam ao cartório. Cartório era extrajudicial.

P. Tinha autonomia, podia fazer isso?

R. O Tabelionato sempre foi assim. Cartório é muito bom pro dono e prá aqueles mais graúdos. Agora, para o empregado comum, não. Tinha que trabalhar mesmo. Lá, no Tabelionato do José Pedro Moura, ao fim do ano, ele fazia uma distribuição, vamos dizer assim, de lucros. Pros bons e pros demais também. Ele fazia isso. Não sei se outros cartórios faziam, mas ele fazia. Moço alto, muito camarada. Bom mesmo, jóia de pessoa.

P. Mas, de qualquer jeito, ao longo do ano, tinha que trabalhar, trabalhar, [...]?

R. Se queria tirar férias, tinha que trabalhar muito mais. Porque esse dinheiro que ganhava durante o mês, era pro mês. Agora, imagina se tinha que sair? Tinha que cobrir a despesa de agora e a despesa do mês seguinte que ia estar fora. Ó, apertar[...]

**Entrevista efetuada em 22 de novembro de 2004.**

**Entrevistador:** Paulo Sergio Fioravanti Jardim.

**Entrevistado:** **Zaira Henriqueta Woelfert Medaglia.** Nascida em quatro de novembro de mil novecentos e vinte e três, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul.

**Local da entrevista:** Rua Coronel Feijó, 1031/401, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.  
Local de moradia da entrevistada.

**P. Dona Henriqueta, quando a senhora veio para Porto Alegre, por que, onde veio morar, [...]?**

**R. Vim porque meu pai veio trabalhar aqui em Porto Alegre, com meu tio, no chamado Passo da Mangueira, em cima do morro. Meu tio tinha uma empresa de ônibus. Aí meu pai foi trabalhar lá. Isso começamos lá, depois nos mudamos para a Assis Brasil, perto da Estrada do Forte.**

**P. Que idade a senhora tinha na época?**

**R. Acho que eu tinha uns seis anos. Era por volta de mil novecentos e vinte e oito, mil novecentos e vinte e nove, [...] Fui conhecer o lugar onde eu morei faz pouco, há uns dois anos. A casa que meu pai fez ainda está de pé.**

**P. Qual era o seu grau de escolaridade na época.**

**R. Eu tinha o Magistério. Tirei no Instituto de Educação.**

P. Bom, agora vou lhe fazer umas perguntas bem sobre cinqüenta e quatro mesmo. Como era sua vida naquela época, tinha dificuldades, era uma vida fácil, [...]?

R. Eu já era casada, tinha um filho de cinco anos e uma filha de três anos. Eu trabalhava, meu marido trabalhava. Eu lecionava no Dom Diogo de Souza, no Primário, no prédio antigo. Meu turno era das onze às duas. Levava as crianças para a casa da minha mãe, era na Assis Brasil, esquina Honório Dias. Eu morava na Dona Sebastiana, defronte à Igreja. Ali morei durante trinta e dois anos. A casa foi meu marido que fez. Foi difícil. Logo que eu casei, fui morar em uma casa alugada. Meu marido começou a procurar uma casa. Ai, um dia, um vizinho da minha mãe disse: “-Olha, vem cá, vou achar um terreno que tu vai gostar. Era um dia de chuva forte. Ele era grande, gordo, seu Betial. O dono vendeu o terreno em três anos, sem juros. Eu tava de licença por causa do meu filho, que tinha nascido. Era puxado pagar por três anos os mil cruzeiros, mas eu comecei a trabalhar e aí aliviou. Mas tudo o que eu recebia ia pro terreno. Aí meu marido começou a fazer a casa. Ele conheci o Zachia, o pai dele. Ele comprou as “chaves” do nosso sobrado, que era alugado, prá ele ficar com a casa. Naquela época se chamava assim. O Zachia tava noivo, ia casar. Aí ele foi prá lá logo que ele casou.

P. Como era o nível de vida daquela época, as coisas eram caras, como é que era?

R. Olha, eu acho que era mais acessível, apesar da gente ganhar pouco.

P. O que o povo achava do Getúlio Vargas, gostavam dele, não gostavam[...]?

R. O povo gostava muito, queria a volta dele. Os conhecido nossos, todo mundo gostava. Eu gostava dele. Acho que ele fez algumas coisas boas, as leis trabalhistas. Era um homem que tinha fibra.

P. Dona Henriqueta, como é que a senhora ficou sabendo do suicídio do Vargas? Porque foi de manhã, não é? Até a notícia chegar[...].

R. Eu fiquei sabendo assim. Mau marido saía cedo para trabalhar. Eu saía de casa às dez e meia e às onze eu tava no colégio. E aí eu não sabia, porque eu não ligava o rádio. Eu não tinha tempo. E tava um dia de ventania, um dia muito ventoso. Quando eu cheguei no colégio tava aquele alvoroço.

P. E as pessoas, como estavam, lá no colégio?

R. Suspenderam as aulas. Tava todo mundo abalado, as pessoas chorando. Aí voltei prá casa. Meu marido também voltou. A gente ligava o rádio e era só a Carta-Testamento, e contavam tudo da morte dele.

P. E como as pessoas receberam a morte dele, o que falavam dos motivos que levaram ele a se suicidar?

R. Tinha opiniões diversas. Que foi morto, que ele se suicidou. Parece que teve um quebra-quebra, eu não me lembro bem. Aí nós ficamos escutando no rádio as notícias. Mas não fomos ao Centro. Aí ficou, parece, que três ou quatro dias não funcionava nada.

**P. Como era sua vida? Tinha dificuldades, [...]**

**R. Era uma vida que não faltava nada, mas a gente não esbanjava em nada. Os filhos estudavam no Dom Diogo, que era estadual.**

**P. Sua família, a senhora, liam jornal.**

**R. Nunca tivemos uma assinatura, mas comprávamos de vez em quando. Mas as notícias eram mais pelo rádio. Naquela época não tinha geladeira. Comprava gelo, mas só no fim-de-semana. Colocava na banheira prá crianças brincarem e usava na casa também. Depois é que meu marido, em cinqüenta e sete, é que começou a ser corretor. Aí a vida melhorou.**

**P. Quais são as lembranças dos dias que vieram depois do suicídio?**

**R. Só lamúria, cada um dava uma opinião. Depois ficou o Café Filho.**

**Entrevista efetuada em 23 de novembro de 2004.**

**Entrevistador:** Paulo Sergio Fioravanti Jardim.

**Entrevistado:** **Donatilia Senandes. Nascida em quatorze de junho de 1910, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.**

**Local da entrevista:** Rua Octacílio José Dias, 125, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Local de moradia da entrevistada.

**P. Dona Tilinha, onde a senhora nasceu?**

**R. Nasci aqui mesmo, em Porto Alegre, na Rua Marcílio Dias, no Menino Deus. Fui criada lá,**

**P. Como era a vida, lá por mil novecentos e cinqüenta e quatro?**

**R. Ah, era uma vida calma, boa. A gente vivia melhor. Não tinha desemprego, greve, [...] Greve não existia, era um ditador. O custo de vida era baixo. A gente ia na venda e comprava duzentos réis de café, de açúcar, [...] A gente pegava dos sacos, sabe? Porque era tudo a granel, podia comprar a quantidade que quisesse. Ficava tudo na porta, feijão, arroz, pinhão, [...] E ninguém pegava nada. Os pobres compravam pouco. E vendia mesmo!**

**P. A senhora trabalhava na época?**

**R. Trabalhava em casa, era dona de casa, uma costurinha, um crochezinho, [...] Aí vendia pros vizinhos.**

**P. Seu marido trabalhava?**

**R. Meu marido era pedreiro, trabalhava por empreitada.**

**P. Dona Tilinha, como a senhora ficou sabendo da morte de Getúlio Vargas?**

**R. Meu marido trouxe a notícia. Ele saiu do trabalho mais cedo. Deu no jornal, também.**

**P. O que o povo achava do Getúlio na época?**

R. Tinha gente que gostava dele, tinha gente que não gostava, não é? Ele fez esse negócio, pro operário: indenização, férias, [...] Antes, botava prá rua, não tinha nada. Caiu, ficava. Ficou. Quem botava prá rua, botava sem nada.

P. Nessa época, do suicídio, a senhora morava na Marcílio Dias ainda?

R. Não, eu já morava na Rua Três de Maio, no Quarto Distrito, uma travessinha da Doutor Timóteo.

P. O que a senhora lembra do povo fazendo no dia do suicídio do Getúlio?

R. Meu marido veio embora do serviço. Todo mundo começou a fechar. Aí começaram os assaltantes. Assaltaram as lojas, até casas de família. Isso já era anarquia. Era por ali mesmo. O armazém do Seu Schneider, assaltaram. O armazém Aurora, assaltaram, que era na outra esquina. Era gente prevalecida. Assaltavam venda, lojas, [...]

P. O que a senhora lembra do que aconteceu lá no Centro, nesse dia do suicídio?

R. Olha, não chegou a ser uma revolução, porque logo saiu uma guarnição prá guarnecer o Palácio do governo. Lá na Rua da Praia, morreram algumas pessoas, com granada. Um até era meu conhecido, um guarda civil. Agora, ali no Quartel General, não morreu ninguém. Ali, naquele pedaço da Azenha, tava todo mundo preparado.

P. Mas o que a senhora lembra da reação do povo quando soube da notícia que Vargas havia morrido?

R. Todo mundo saiu prá rua. Tudo revoltado, mas já se prevaleciam. As pessoas ficavam assustadas, tudo chorando. Carro, nas ruas, o senhor não via, só nas praças. Era bonde, né? Por exemplo, a gente ia pro Cristal, era só de vaporzinho, de barco né?

P. E depois, Dona Tilinha, a senhora e o seu marido, em casa fizeram o quê? Ficaram acompanhando pelo rádio, conversavam com os vizinhos, [...]?

R. A gente veio prá casa e ficou acompanhando[...] O Getúlio era maravilhoso[...] Ele fez tanta coisa[...] Eu tinha té um retrato dele a cavalo. Minha irmã sumiu com o retrato, não sei onde foi parar.

P. O que mais a senhora lembra das manifestações, do povo nas ruas, [...]?

R. Ah, meteram fogo no Correio do Povo, atiraram até um piano lá de cima. O rádio não parava. Cada um botava uma galena no ouvido e ficava escutando. O rádio tinha feito de igreja, lá em casa.

P. Dona Tilinha, por que a senhora acha que o Getúlio se matou?

R. Ah, o Getúlio se matou porque não queria entregar a Petrobrás pros americanos. Eles queriam tomar conta. Aí, depois que ele se matou, todo mundo ficou amigo dele. Mas, eu pensei cá comigo, será que ele se matou mesmo? Porque, os americanos queriam se asenhorar de tudo, né?

**P. Qual foi o sentimento da senhora na época, quando ele se matou?**

**R. Eu gostava dele. Quando tinha desfile, todos os colegiais iam prá lá. Até que ele veio bastante prá Porto Alegre. Ele foi bom., mas era um ditador. Não podia falar de comunismo na época, né? Eu senti muito a morte dele, porque eu gostava muito dele.**

**P. Como era o seu padrão de vida na época? A senhora vivia bem, vivia com dificuldades, como é que era?**

**R. A nossa casa era alugada e com muita dificuldade. Tive oito filhos, né? A gente ganhava brinquedos, presentes, [...], do Pão dos Pobres. E tinha a Igreja São Pedro, o padre ia lá em casa, de bicicleta. Levava presentes, cobertores, [...].**

**P. Dona Tulinha, qual era o seu grau de escolaridade na época, como era a sua família, [...]?**

**R. Meu pai ficou viúvo muito cedo. Meu pai tinha trinta e poucos anos. Meu pai nunca me deu um tapa. Nós moráva na Vila Nova. Primeiro estudei na Azenha. Havia uma casa de família onde a gente estudava, era um colégio que uma família abriu lá, né?, da comunidade. Nós dava uns presentes prá eles, prá ajudar, assim. Depois, fui morar com minha vó, na Vila Nova. Era muito longe. Minha vó não deixava eu estudar, mas aí, eu peguei uma amiga minha, uma companheira, e fomos ao colégio sozinhas. Eu mesma me matriculei. Nós íamos estudar de carreta. Aí, eu parei na quarta série do Primário.**

**P. Dona Tilinha, o que mais a senhora lembra, assim, do Getúlio? Que lembrança a senhora tem dele, o que ele representou para a senhora?**

**R. Olha, os “tubarão”, os ricos, não gostavam dele. Porque ele fez muitas coisas pro pobre, né? Mas eu gostaria que ele tivesse vivendo até hoje, sabe?**

**Entrevista efetuada em 29 de novembro de 2004.**

**Entrevistador:** Paulo Sergio Fioravanti Jardim.

**Entrevistada:** Dalva Pacheco. Nascida em dezenove de dezembro de mil novecentos e trinta e quatro, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

**Local da entrevista:** Rua Domingos Crescêncio, 651/303. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de moradia da entrevistada.

P. Dona Dalva, onde a senhora morava nessa época, em cinqüenta e quatro?

R. Morava no Bairro Rio Branco, na Rua Cassemiro de Abreu, trezentos e dezenove. Era um chalé, uma casa de madeira. Porque, na época, os pobres eram em chalé, sabe?

P. A senhora trabalhava, era dona de casa, [...]?

R. Eu era solteira e nova. Trabalhava na Casa Lyra, lá na Andradas. Os donos eram os Langher.

P. E como era seu nível de vida , na época?

R. A gente era pobre, mas as coisas não faltavam. Não é que nem hoje, cheio de favelas. Claro que a gente comprava só o que necessitava. Não tinha a mídia prá influenciar. Só quando começou essa coisa de televisão, aí começou um consumismo. Eu ganhava acho que uns três salários mínimos, mas não vivia mal. Hoje o dinheiro é desvalorizado. Nos criamos eu e mais três primas e a gente se mantinha. E dava bem, a gente não passava fome. A casa era delas, era uma casa de herdeiros. Então, elas moravam ali e eu também. No outro ano eu saí, porque eu cresci, né? Como eram poucos os casos em que a mulher trabalhava fora, eu logo depois parei de trabalhar, por causa do meu marido, virei uma “rainha do lar”. Nós tínhamos carro, morávamos em casa alugada. Hoje a mulher tem que trabalhar. Meu marido não ganhava mal, mas também não ganhava bem. Só quando começou essa coisa de televisão, aí começou um consumismo.

P. Qual era o seu grau de escolaridade na época? Até que nível a senhora estudou?

R. Era o Ginásio. Seria o segundo grau, hoje Estudei no Rui Barbosa, em frente ao Instituto de Educação. Eu não consegui entrar no Instituto de Educação, aí fui prá lá.

P. E como é que a senhora ficou sabendo do suicídio do Vargas?

R. Pelo rádio. Meus irmãos, que eram meus primos. Porque nós fomos criados como irmãos, todos juntos, tavam escutando rádio. Aí eu fiquei parada no portão. Prá te dizer a verdade, acho que nem fui trabalhar naquele dia. Aí, depois, fiquei sabendo que as lojas fecharam, com medo de quebrarem as lojas. Depois foi o dia inteiro acompanhando as notícias, o que vinha e o que não vinha. Claro, tava tudo de prontidão, as forças do governo. Mas mesmo com a Carta Testamento, ninguém acreditava que tinham matado ele.

P. A senhora, sua família, na época, tinha acesso a jornais, liam jornal ou mais escutavam rádio prá saber as notícias?

R. Não dava prá comprar jornal na época. A gente tinha um rádio tipo uma igrejinha. Era um rádio potente, dava gosto. E o rádio não era todo mundo que tinha. Tinha muita gente com galena. Eu não sei direito, botava uns fios numa pedra e botava os fones de ouvido e ficava ouvindo. O nosso rádio pegava até a BBC de Londres, mas só de noite. Até na época da guerra vinha gente da vizinhança só prá saber da guerra.

P. E o que a senhora lembra das reações das pessoas quando souberam da morte do Getúlio?

P. Choravam muito. Como hoje fazem por qualquer coisa, como foi o caso do Senna. Tinha pessoas que odiavam ele e o amavam. Os trabalhadores e os operários achavam que tinham matado ele. Que ele não era homem de se suicidar. Isso levou dias, que tinham matado ele. Assim como tinham atirado no Lacerda e matado aquele major. Não me lembro o nome dele [...] Naquele tempo não é que nem hoje e nem tudo se sabia pelo rádio. A mulher não participava muito da política. Não é que nem hoje, os guris de doze anos sabem o que se passa do outro lado do mundo. Agora, as pessoas antigas veneravam ele. Os operários, as mulheres deles é que o veneravam. Prá mim não abalou muito, mas porque eu só tinha vinte anos. Mas, naquela época, a gente ia muito nos comícios.

P. E qual era a opinião que as pessoas tinham do Vargas na época?

R. Tinha o Prestes, tinha aquela briga do Getúlio com o Prestes, [...] Eu fui criado pela minha tia e os meus tios eram comunistas. Então, eles saíam à noite prá

colar cartazes. E o Getúlio era contra os comunistas. Bom, [...] mas o Rio de Janeiro é que sofreu mais. As pessoas foram prá rua fazer manifestações de afeto, de carinho. Já nos estados mais distantes, claro, as pessoas tinham manifestações, mas o Rio de Janeiro era a capital, [...] Lá sentiram mais. Sem comparação com aqui, por exemplo. Ele teve um governo que fez muita coisa errada. Porque ele era um ditador, não é? Então, na segunda gestão dele, ele não sabia ser comandado. Ele nasceu pra ser um ditador. Mas tinha muita coisa escondida, teve mortes, [...] Ele teve muitas coisas boas, o INSS, aposentadoria, os sindicatos, [...] Mas fez muitas coisas escondidas, com aquele “negrão” dele, o Gregório, a camarilha dele. Por isso que muita gente não gostava dele. Era só ele que mandava. Desde mil novecentos e trinta ele se mexeu pra chegar ao poder, não é? Depois ele saiu do poder e voltou com as eleições.

P. A senhora lembra se houve algo mais violenta aqui, em Porto Alegre, por causa da morte do Getúlio, se houve quebra-quebra, alguma reação mais séria da população?

R. Não, não me lembro se houve algo mais violento aqui. Porque lá, no Rio de Janeiro, aquilo ferveu mais. Claro, o Rio Grande do Sul era o berço dele, já começavam a pensar em trazer o corpo dele prá cá, aqueles preparativos todos, faziam homenagens aqui, [...] Mas não me lembro se houve quebra-quebra. A maior parte das notícias era do Rio de Janeiro. Se houve alguma coisa aqui, foi pouquinho.

P. Mas houve muita comoção no dia [...]?

R. As pessoas ficaram muito paralisadas porque perderam um pai. Todo mundo falava. E tinha os políticos que odiavam ele, era gente do Prestes. Claro, esses aí odiavam ele. Deram

graças a Deus que ele morreu. Mas o povo pobre, [...] Era gente desmaiando, isso e aquilo, os homens achando que morreu o pai dos pobres. Era um sentimento muito forte.

P. E, Dona Dalva, na sua opinião, por que ele se matou? Que é a sua opinião sobre isso?

R. Eu acho que ele não tinha conseguido fazer o que ele queria, sendo obrigado a fazer coisas que ele não queria fazer. Tinha o Congresso, a Constituinte, [...], aquilo tudo deixou ele amarrado, sem poder fazer o que ele queria. Porque já tavam querendo tirar ele do poder. Daí ele foi pro quarto e se matou. A irmã dele ouviu o tiro e aí já tava morto. Isso saiu na Revista Cruzeiro até. Tu sabe que a pessoa que nasceu prá ser líder não aceita comando. Ele sabia que ia ser derrotado. Porque teve aquela morte do major, tinha o Carlos Lacerda, era o inimigo número um do Vargas. Os militares tavam querendo tomar o poder, já. Tinha a UDN, o Partido Comunista, tudo contra ele.

P. E que opinião a senhora tem do Vargas, se ele foi um bom governante, se não foi, [...]? O que ficou marcado na senhora sobre a figura dele, a pessoa dele?

R. Eu acho que ele foi um homem com muita vontade própria de vencer. Ele conseguiu até um certo ponto. Se comprometeu a si mesmo. Queria deixar o Brasil muito melhor do que ele queria, queria ajudar a classe pobre, [...] Mas como nem tudo na vida é perfeito [...] Ele era um idealista, mas aquele caminho dele teve vários cruzamentos. Começou o choque com as idéias de outras pessoas, [...] Mas eu acho que ele foi um grande homem, principalmente para a classe trabalhadora. Até há pouco tempo atrás teve dúvidas se ele se matou. Eu sempre fiquei na dúvida. Eu sou espírita e há pouco tempo atrás eu li um livro de Eça de Queiróz, psicografado por um médium. E nesse livro que o Getúlio narrou pro Eça de Queiróz, ele disse que ele tinha se suicidado. Aí eu comecei a acreditar que ele se matou

mesmo. Aquilo me confirmou. E ninguém vai escrever que se matou, um espírito, né, se não for verdade, né? Porque isso do espiritismo é verdade, não é? Até apareceu na televisão que muitos crimes foram solucionados pelo Chico Xavier.

**Entrevista efetuada em 02 de dezembro de 2004.**

**Entrevistador:** Paulo Sergio Fioravanti Jardim.

**Entrevistada:** Nilce Jancoski Rosenstengel. Nascida em vinte e seis de dezembro de mil novecentos e vinte e seis, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

**Local da entrevista:** Rua Eduardo Bastian, 252. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.  
Local de moradia da entrevistada.

P. Dona Nilce, onde a senhora morava em 1954?

R. Eu morava na Álvares Cabral, 206. Era uma casa alugada e eu morava com meu marido e três filhos.

P. A senhora trabalhava na época?

R. Trabalhava como professora primária, no Colégio Rodrigues da Silva, uma escola estadual na Vila SESI. Depois, meu marido adoeceu e fiz concurso para o município. Eu trabalhei trinta e quatro anos no Estado e vinte e cinco no município. Aí comecei a criar uma menina e decidi parar prá criar ela. Fiz depois Pedagogia e pós em Folclore. Eu fiz o Magistério Normal no Instituto de Educação.

P. Como era o seu nível de vida em cinqüenta e quatro? A senhora e sua família tinham alguma dificuldade[...]?

R. Ah, tudo era bem contadinho, a gente contava os troquinhos. Meu marido era tipógrafo, ganhava alguma coisa, mas a gente tinha que saber “jogar os dados”. Mas parece que a vida era mais fácil, a gente tinha mais segurança. Não aumentava tanto o custo de vida, não havia tantos aumentos que nem hoje.

P. Como a senhora ficou sabendo do suicídio do Getúlio Vargas? A senhora escutou no rádio, alguém lhe falou, [...]?

R. Minha irmã chegou em casa toda assustada, chorando: - Olha, o Getúlio se matou! Ou mataram, não me lembro bem. Eu tava em casa, tomando banho. Aí fomos pro Centro. Então tinha todas as casas de comércio fechadas. Porque o povo se revoltou muito. A gente tava subindo a Caldas Júnior e vinha um batalhãozinho, com as baionetas caladas. Meu marido tinha uma tipografia ali perto e a gente se abrigou ali. Arrebentaram casas e tudo, assim, [...] A Renner, fecharam, a Guaspary, fecharam, [...] Tinha muita guarnição, as pessoas tavam horroizadas que dali fossem fazer um levante, uma coisa maior.

P. Na sua opinião, porque o povo se revoltou tanto?

R. O povo se revoltou porque, naquele tempo, ele era um ídolo do operariado. Tinha dado a aposentadoria, o Fundo de Garantia. Até quarenta e um a gente não tinha nada, nenhuma segurança. Aí ele arrumou o IAPI, se chamava Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários. Então, o povo se revoltou, se desesperou. Eles chamavam o Getúlio de pai deles. Meu pai tinha um busto do Getúlio em casa, no balcão. Ele era getulista “de carterinha”.

P. E como é que a senhora reagiu diante da notícia do suicídio?

R. Eu tava em casa, atendendo as crianças. Eu trabalhava de tarde, né? Olha, eu reagi meio angustiada, mas eu não tinha tempo prá isso. Porque eu não era muito envolvida em política, assim que nem meu pai. Mas também eu fazia parte da Juventude Católica. A gente ia de casa em casa prá qualificar as pessoas, prá fazer o título eleitoral, né?

P. A senhora, sua família, tinham acesso a jornal naquela época, liam muito ou mais escutavam rádio?

R. A gente tinha um rádio, sim. Até a minha irmã ficou sabendo da morte do Getúlio pelo rádio. Eu não fiquei sabendo, na hora, porque eu tava atendendo as crianças. O rádio era uma galena, que minha irmã tinha. Ela morava com meu pai, na época. Meu próprio pai é que fez o rádio. Tinha uma bobina com fios, tinha também uns fones ligados num cristal. Mas o meu pai adaptou um alto falante prá todos escutarem. Era sem pilha e sem luz, só com uma pedra de cristal e uma agulha. Tinha até um som bem chiado. A gente só pegava a Difusora, a Farroupilha e, não sei se era, a Gaúcha.

P. E como seus familiares ficaram quando souberam do suicídio?

R. Meu pai ficou muito chocado e minha irmã também, embora ela fosse mais nova que eu. Naquele tempo eu era mais da parte da elite, era mais elitista, tipo a UDN, né? A minha irmã é que eram mais da parte do operariado.

P. A senhora lia jornal na época?

R. Ah, jornal era só aos domingos. Era o Diário de Notícias que a gente lia. Tinha o Correio do Povo também. Mais tarde é que o meu marido começou a trazer, todas as noites, a Folha da Tarde.

P. E as pessoas, pelo o que a senhora lembra da época, achavam que ele tinha se suicidado mesmo ou que tinham matado ele?

R. Houve dúvidas. Botavam a culpa no Gregório ou no Carlos Lacerda. Meu pai e minha irmã achavam que ele não tinha se matado. Ele não era homem prá fazer isso, ele não era homem prá fazer isso, apesar da carta Testamento, que apareceu depois.

P. E que opinião as pessoas tinham do Getúlio, o que achavam dele?

R. Então! Eles tinham ele como um protetor, depositavam muita esperança nele. Porque ele deu muitas coisas boas pro povo, como o salário mínimo, a estabilidade no emprego, [...].

P. E a senhora, que idéia a senhora tinha do Getúlio, na época?

R. Olha, eu acho que ele foi um dos melhores. Eu acho. Ele era bem interessado, mesmo, pelo operariado pelo Brasil. Ele era um nativista, um nacionalista. Embora tenha outras coisas aí, porque ele se meteu na guerra, ele colocou o Brasil como colaborador do Eixo, teve todo aquele problema com a Olga Benário, [...] Mas ele foi um que qualquer pessoa gostava. Tanto que a gente tinha bastante estabilidade naquela época. Também, ele foi presidente desde trinta. Depois começou a época dos militares, com muitas conseqüências boas e más.

**Entrevista efetuada em 04 de dezembro de 2004.**

**Entrevistador:** Paulo Sergio Fioravanti Jardim.

**Entrevistado:** Rubem Clos Carmanim. Nascido em quatro de março de mil novecentos e trinta e sete, Itaqui, Rio Grande do Sul.

**Local da entrevista:** Rua Sepé Tiaraju. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de moradia do entrevistado.

P. Seu Rubem, onde o senhor morava em cinquenta e quatro?

R. No Bairro Petrópolis, na Avenida Montenegro. O número eu não me lembro, faz tantos anos. Era uma casa de material, alugada. Na rua, era tudo calçado de pedra irregular. A maioria das ruas era de barro vermelho. E as casas, a maioria era tudo chalezinho de madeira, ali naquelas ruas. As ruas melhores eram mais prá cima. Na Lavras ficava um bairro de lavadeiras, de gente mais pobre. Era um gueto. Pegava o bonde todos os dias prá ir pro serviço. O fim da linha era ali na Carazinho com a Protásio Alves, atravessa aquele campo e ia até a Montenegro. Eu morava com o pai e a mãe. Eles já tavam aposentados. Morreram já há muitos anos.

P. E no que o senhor trabalhava na época, onde trabalhava?

R. Eu trabalhava como auxiliar numa firma de armarinhos e miudezas, na Senhor do Passos. Naquela época era uma série de armarinhos naquela rua. Ainda não tinha o Plazinha, tinha uma cervejaria famosa na época, [...]

P. E como era a sua vida na época? Tinha alguma dificuldade, era uma vida fácil, [...]

R. Era difícil, mas o salário mínimo até que dava prá minha idade. As aspirações eram poucas, né? O padrão de vida da minha família era médio, não se passou privações nunca. E também não tinha essa onda de desempregado, como hoje. Com relação ao preço das coisas,

não se comentava muito. Só quando subia o preço do bonde, um centavo, [...], aí comentavam.

P. E o seu grau de escolaridade, lá na época, em cinqüenta e quatro, qual era?

R. Eu não tinha nem o segundo grau. No Colégio Rosário tinha aula noturna, era um Centro Acadêmico, acho que era Tomás de Aquino, que financiava as aulas e eu estudava lá, de noite. Seria o primário, hoje em dia. Naquela época era até a Quinta série.

P. Seu Rubem, como o senhor ficou sabendo da morte do Getúlio, alguém lhe trouxe a notícia, o senhor escutou no rádio, [...]?

R. A loja abria quinze prás oito. Se varria, se arrumava, [...] Eram quatro pessoas trabalhando. Corria normal o movimento. Tinha freguês aqui, ali, [...] Vinha até gente do interior. Levavam mercadorias no “lombo” até a Rodoviária, que era na Praça Rui Barbosa. Daqui há pouco, acho que era nove e meia, dez horas, veio aquela gritaria: “- Fecha! Fecha que tão quebrando! Quebraram, quebraram tudo!” E se ouvia as cortinas de ferro fechando. Aí se ouviu: “- Mataram o Getúlio!” E o barulhão, né? Minha esposa, na época, tava estudando no Sevigné, e as freiras não deixaram ninguém sair. Ficaram assutadíssimas. Aí, alguém deu um chute na porta de ferro. Tinha loja com mercadorias na calçada. Não sobrou nada. Aí, por volta das dez e trinta, meu colega abriu a porta de serviço e ficou sabendo que ele tinha se suicidado. Aí eu e outro funcionário saímos, assustados. Nos liberaram. Quando nós saímos, na esquina da Otávio Rocha, ali na praça, já havia um tanque do 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada (2º RCMq). E na Dr. Flores tinha uma loja chamada Importadora Americana, dos Axelrud, que eles atacaram. Aí fomos caminhando. Tinha aquela “bagacerada” e gente normal, comum. Descemos até a Vigário José Inácio e, perto da Casa Pimenta, tinha um restaurante bem famoso, o Mário. Na rua, derrubaram tudo de azeite, tinha azeite pelo

tornozelo, que eles quebraram todo o restaurante Mário. E nós fomos avançando e veio aquela turma dizendo: “ - Isto é culpa do “corvo!””, que, na época, era o apelido do Lacerda, dado pelo PTB. Passamos na Praça XV, onde tinha os abrigos dos bondes. Aí ouvimos um barulhão. Jogavam discos, a bateria da Rádio Farroupilha, jogaram um piano inteiro lá de cima. Era na esquina da Duque com a Borges de Medeiros. Dali fomos à Sete de Setembro. Lá tavam quebrando o Diário de Notícias. Voltamos e aí: como é que nós vamos voltar prá casa? Não tinha condução nenhuma. Fomos caminhando e vamos ver se pegamos uma carona. Vinha um caminhão de carga, cheio de gente, da Salgado Filho. Ele parou em frente ao necrotério da Santa Casa, na Praça Argentina, entre a Escola de Engenharia e o necrotério da Santa Casa. Parou ali e nós fomos. Aí parou na Carlos Gomes com a Protásio Alves. Lá de cima a gente via a fumaceira do Centro. No outro dia, foi normal, no dia vinte e cinco de agosto. Porque, no dia vinte e quatro, parou tudo em Porto Alegre.

**P. Seu Rubem, além disso que o senhor relatou, o que o senhor lembra da reação das pessoas, se ficaram também muito sentidas ou não, [...]?**

**P. Foi um sentimento, um dia triste mesmo, em cinqüenta e quatro. Ele era respeitado demais. Ninguém teria nada contra ele, era um probo, um homem correto. Era essa a opinião que eu tinha. E nessas caminhadas tinha gente chorando, com lágrimas nos olhos. Outras com tarja preta no braço ou na lapela, que o povo chamava de “fumo”. Tinha gente também com gravata preta. Naquela época, na família mesmo, se usava tarja preta e gravata preta. Era da cultura da época. Na lapela usavam um “fumo”, aqui na lapela.**

**P. E o senhor, a sua família, o que achavam dele, do Getúlio?**

R. A minha família gostava muito dele. Eles eram getulistas. A mãe e o pai só votavam no PTB. E diziam que tudo que existe pro operariado era do Getúlio, as leis trabalhistas,[...] Ele era um ídolo. Claro, tinha o Carlos Lacerda, um oportunista, mas um dos maiores oradores. A gente tinha até retrato do Getúlio, tinha uma foto, chamavam ele de Gegê. Eu achava uma figura de respeito. Era um nacionalista. A gente já tinha claro isso, na consciência. No próprio colégio mesmo, era uma figura de respeito.

## CONCLUSÃO

Passados cinquenta anos do suicídio de Vargas, o estadista gaúcho sobrevive no imaginário do povo. Conforme Bertholdo de Castro, quanto a Vargas:

Nos grandes temas nacionais que ontem e hoje ainda provocam debates, ele marca presença. Se o assunto é a reforma trabalhista, vem à lembrança a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 1943, reunindo e sistematizando a vasta legislação produzida no país após a Revolução de 1930. Caso o assunto seja o desenvolvimento ou a participação do Estado na economia, alguém cita a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento, que mais tarde ganhou um caprichoso S de social), da hoje privatizada (CSN) Companhia Siderúrgica Nacional e da Petrobrás, com acento na última sílaba. Getúlio Vargas ainda paira sobre o cenário social, político e econômico do Brasil, mesmo depois de ter saído 'da vida para entrar na história'. (CASTRO, 2004, p. 20)

Desde as atuais questões trabalhistas – em que o Estado busca suprimir cada vez os direitos conquistados pelos trabalhadores -, passando pelo papel do governo na economia, até o plano das relações internacionais do Brasil com outros países, tudo remete às seguintes interrogações: que rumos tomar e quais diretrizes o País deve seguir? Quais as propostas a serem resgatadas do passado ou não e por quê? O trabalho de resgatar da memória aqueles tempos vividos através dos testemunhos diretos de quem os presenciou e estabelecimento uma reflexão sobre tais lembranças pareceu-nos pertinente para a busca de algumas respostas a tais inquietações.

Dessa maneira, condições vividas no presente servem como um indicador rumo ao passado. Muitas das lembranças desse passado guardam um conjunto de imagens e falas, onde um pretérito é resgatado com uma conotação de segurança e até bem-estar: “Existia mais fartura, as pessoas eram mais humanas” (Violante Sá).

Por outro lado, é importante destacar a noção que o senso comum tem sobre o de que as camadas populares consideravam – e consideram – o governante Vargas como sendo totalmente idôneo e isento de críticas foi sendo desconstruída pelos próprios testemunhos de quem viveu naqueles tempos: “Como todo administrador, e governante, que também é um administrador, cometeu erros, teve suas falhas” (JOÃO NETO); “Ele foi bom, mas era um ditador” (DONATILIA SENANDES); “Ele teve um governo que fez muita coisa errada. Porque ele era um ditador, não é? Então, na Segunda gestão dele, ele não sabia ser comandado” (Dalva Pacheco) Conforme Ângela de Castro Gomes,

o que se precisa aceitar, para lidar com a política e com os mitos políticos, é que eles não cabem em esquematismos simplistas e maniqueístas, e que sempre perdemos muito ao tentar isso. É dessa complexidade e ambigüidade, inclusive, que nasce muito de sua força e permanência. Vargas é, nessa perspectiva, um grande mito. (FAUSTO, 2004, p. 43)

De qualquer forma, o nome, a figura e os feitos de Vargas ainda impregnam positivamente a memória dos que viveram na época. Inclusive servindo de parâmetro para muitas pessoas acerca de como deve agir um governante no comanda da Nação. Todavia, parece-nos que a discussão primordial passa por outra interrogação: o ponto em que as relações entre os cidadãos e o Estado passam pela dependência dos primeiros para com o representante político do segundo. Em outras palavras, trata-se de discutir sobre os indivíduos alçarem-se à cidadania por seus próprios méritos e forças ou condicionarem esta às benesses

de um determinado estadista, subordinando-se a este. Nesse sentido, parece-nos esclarecedor citar novamente Boris Fausto:

[...], estamos hoje cada vez mais convencidos de que políticas responsáveis de médio e longos prazos, inclusive no plano social, são o caminho mais seguro para garantir a estabilidade e reduzir consideravelmente a iníqua distribuição de renda. Esse caminho passa, sem dúvida, por figuras políticas que tenham a capacidade de trilhá-lo, mas depende bem menos, como se acreditava até anos recentes, do papel de heróis salvadores – que tiveram em Getúlio seu expoente máximo. (GOMES, 2004, p. 19)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**CÁCERES, Florival.** História da América. **São Paulo: Moderna, 1998.**

CÂMARA DE DEPUTADOS. Mensagens presidenciais – 1947-1964. Brasília, 1978. In MOTA, Myriam B. **História: das Cavernas ao Terceiro Milênio.** São Paulo: Moderna, 2002. P. 498.

CASTRO, Berthlido. A herança de uma era Vargas. In: **Conjuntura Econômica**, 58:8, agosto de 2004.

CEPEDOC/FGV. Impasses da democracia brasileira. Coletânea de documentos. Rio de Janeiro: FGV, 1983. In MOTA, Myriam B. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio.** São Paulo: Moderna, 2002.

**CONSTANTINO, Núncia Santoro.**

**FAUSTO, Boris.** História do Brasil. **São Paulo: USP, 1999.**

FAUSTO, Boris. A formula getulista esgotou-se. In: **Exame**, 38:16, 18 de agosto de 2004.

**FERRO, Marc.** Falsificações da História. Lisboa: Europa-América, 1981. Citado por **MONTENEGRO, Antônio Torres.** História Oral e Memória: **A Cultura Popular Revisitada.** São Paulo: Contexto, 1992.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: **O Capitalismo em Construção.** São Paulo: Brasiliense, 1989. P. 429.

Foreign Relation of United States, 1950, v. II, p. 759-760, em LAURENZA, Ana Maria de A., op. cit., p. 114.

GOMES, Ângela de Castro. A última cartada. In: **Nossa História**, 1:10, AGOSTO DE 2004.

**GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica, in: Revista Brasileira de História, vol. 1, 28, 1994, p. 191.**

LAURENZA, Ana Maria de A. Lacerda X Wainer. **O Corvo e o Bessarabiano**. São Paulo: SENAC, 1998. P. 14.

LEVINE, Robert M. Pai dos pobres? **O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

**MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.**

**MORAES, José G. V. Caminhos da Civilização. São Paulo: Atual, 2000.**

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

**PERROT, Michelle. Os Excluídos da História. São Paulo: Paz e Terra, 2001.**

RIBEIRO, José Augusto. **A Era Vargas**. V. 2: 1950-1954. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2002. P. 112-113.

**SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.**

TAVARES, Flávio. **O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

**THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995..**

**VI Recenseamento Geral de 1950, IBGE, Rio de Janeiro, 1956. Citando por LAURENZA, Ana Maria de A., op. cit., p. 23.**

VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

**WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.**

## **ANEXOS**

### **ANEXO A**

## CRONOLOGIA

**1882 19 de abril: nasce, em São Borja (RS), Getúlio Dornelles Vargas. Ainda jovem, altera o ano de seu nascimento para 1883, o que só foi descoberto durante a comemoração de seu centenário.**

**1898 Alista-se no 9º Batalhão de Infantaria, alcançando as divisas de 2º sargento. Após passar pela Escola Preparatória de Tática de Rio Pardo, acaba servindo no 26º Batalhão em Porto Alegre, que segue para Corumbá. De volta ao Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas desiste da carreira militar.**

**1899 Alista-se no 6º Batalhão de Infantaria, sediado em sua cidade natal. Rapidamente é promovido a segundo-sargento.**

**1906 Em nome dos universitários da Faculdade de Direito, o acadêmico Vargas recepciona o Presidente da República recém-eleito, Afonso Pena.**

**1907 3 de Junho: o Bloco acadêmico Castilhista, da Faculdade de Direito, lança o jornal acadêmico *O Debate*, do qual Getúlio é um dos redatores.**

**Dezembro: formado em Direito, Vargas é nomeado segundo promotor público.**

**1909 É eleito deputado estadual, reelegendo-se em 1913 e em 1917.**

**1922 28 de outubro: deputado estadual e líder do PRP na Assembléia Legislativa gaúcha, Vargas é eleito para a Câmara dos Deputados na vaga aberta com a morte de Rafael Cabeda.**

**1923 25 de Janeiro: proclamação da quinta reeleição de Borges de Medeiros, sendo Getúlio Vargas o relator do parecer.**

**Inicia-se um movimento no RS em protesto pela posse da Borges.**

**12 de Julho: o deputado federal Getúlio Vargas considera legítima a intervenção federal no Rio de Janeiro.**

**Dezembro: assinado o Pacto de Pedras Altas, que põe fim ao violento movimento armado gaúcho. Entre abril e outubro aconteceram batalhas nas cidades de Vista Alegre, Santa Rosa, PonchoVerde, Quaraí, São Lourenço, Olhos d'Água, e outras.**

1924 5 de Julho: irrompe em São Paulo um movimento revolucionário liderado pelos "tenentes". Alastrando-se pelo interior paulista e detonando também no Rio Grande do Sul, o movimento geraria, em outubro, a famosa "Coluna Prestes". Getúlio Vargas torna-se líder da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados.

1926 24 de fevereiro: fundação do Partido Democrático de São Paulo.

15 de novembro: Washington Luis toma posse na Presidência da República.

Getúlio Vargas assume o Ministério da Fazenda.

1927 27 de setembro: fundação do Partido Democrático Nacional.

25 de novembro: Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura são eleitos presidente e vice-presidente do Rio Grande do Sul.

1928 22 de outubro: João Pessoa toma posse no governo da Paraíba.

1929 Junho: Antonio Carlos, presidente de Minas Gerais, propõe o nome de Getúlio Vargas como candidato oposicionista à Presidência da República, enfrentando a indicação oficial de Júlio Prestes.

Agosto: início da campanha das oposições reunidas na Aliança Liberal.

1930 1 de janeiro: Getúlio Vargas, candidato à Presidência da República, apresenta a plataforma da Aliança Liberal em comício realizado na Esplanada do Castelo (RJ).

26 de julho: João Pessoa é assassinado no Recife, por João Dantas.

3 de outubro: explode, no Rio Grande do Sul, a revolução liderada por Getúlio Vargas. Minas e Paraíba também participam do movimento.

24 de outubro: Washington Luís é deposto pelos chefes das Forças Armadas. Uma Junta Provisória assume o poder.

3 de novembro: Getúlio Vargas é empossado como chefe do Governo Provisório.

São criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública.

1931 Maio: é fundado, no Rio de Janeiro, o Clube 3 de outubro, organização tenentista, para cuja direção são escolhidos Pedro Ernesto (presidente), Góis Monteiro, Herculino Cascardo e Oswaldo Aranha (vice-presidentes).

**Novembro: o governo determina uma queima geral dos estoques de café.**

1932 13 de janeiro: o Partido Democrático de São Paulo rompe com Getúlio Vargas, emitindo um manifesto.

16 de fevereiro: é criada a Frente Única Paulista, que incluiu o Partido Democrático, o Partido Republicano Paulista e a Liga de Defesa Paulista.

24 de fevereiro: Vargas publica o novo Código Eleitoral, estabelecendo o voto secreto e o direito das mulheres votarem e serem votadas.

29 de março: os partidos do Rio Grande do Sul rompem publicamente com Vargas.

9 de julho: início da Revolução Constitucionalista em São Paulo. O comando militar dos revoltosos é formado pelos generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger, além do coronel Euclides Figueiredo.

Agosto: começa a reação governista, sob o comando do general Góis Monteiro.

1 de outubro: termina o movimento paulista, com a vitória das forças federais.

7 de outubro: Plínio Salgado lança manifesto criando a Ação Integralista Brasileira (AIB).

São criadas a Previdência Social e a Carteira de Trabalho.

1933 3 de maio: são realizadas as eleições para a Constituinte.

14 de julho: o general Valdomiro Lima demite-se do cargo de interventor de São Paulo. Em manobra conciliatória para com os paulistas, Vargas escolhe para substituí-lo um político ligado ao movimento constitucionalista: Armando de Salles Oliveira.

15 de novembro: começam os trabalhos da Assembléia Constituinte.

Dezembro: Vargas candidata-se a um mandato constitucional como Presidente da República.

1934 16 de julho: é promulgada a nova Constituição brasileira.

17 de julho: Getúlio Vargas é eleito para a Presidência da República através do Congresso.

7 de outubro: 10.000 integralistas tentam fazer manifestação na praça da Sé, em São Paulo, e entram em choque com os comunistas.

1935 Janeiro: um manifesto lido na Câmara Federal anuncia a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), entidade que reúne as correntes antifascistas, envolvendo milhares de militantes.

**30 de março: cerimônia de lançamento da ANL no Teatro João Caetano (RJ), tendo Luís Carlos Prestes como presidente de honra.**

11 de julho: após uma intensa mobilização nacional durante quatro meses e apresentando uma crescente radicalização, a ANL acaba sendo declarada ilegal, através de um decreto governamental.

23 de novembro: início da insurreição militar da ANL em Natal, liderada por civis e militares. Três dias depois, a revolta é derrotada. 25 de novembro: o Congresso Nacional estabelece o estado de sítio em todo o país, aumentando os poderes de Getúlio Vargas. 27 de novembro: revolta no Rio de Janeiro, do III R.I. e da Escola de Aviação Militar, também sufocada pelas forças do governo.

1936 Janeiro: estabelecidas as normas de atuação da Comissão de Repressão ao Comunismo.

5 de março: Luís Carlos Prestes é preso no Rio de Janeiro. Durante todo o ano de 1936, milhares de pessoas irão para o cárcere, acusadas de serem comunistas ou de terem pertencido a ANL.

8 de setembro: aprovado pelo Senado o projeto da Câmara criando o Tribunal de Segurança Nacional.

1937 Março: intervenção federal em Mato Grosso e no Distrito Federal. Getúlio Vargas, alimentando suas pretensões continuístas, começa a "cercar" os poucos governadores dissidentes.

Abril: é lançada, pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, a candidatura de Armando de Salles Oliveira à presidência da República nas eleições de 3 de janeiro de 1938. A Ação Integralista Brasileira lança Plínio Salgado. Na esfera oficial, começa a ser articulado o nome de José Américo de Almeida, comprometido com Getúlio.

12 de junho: 30.000 integralistas desfilam pela avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.

30 de setembro: o general Dutra e Getúlio Vargas divulgam o Plano Cohen, documento forjado pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho, referindo-se a uma pretensa conspiração comunista para tomar o poder. Pretextando a ameaça do Plano Cohen, o governo faz aprovar no Congresso o estado de guerra, suspendendo os direitos constitucionais.

Outubro: intervenção federal no Rio Grande do Sul. Flores da Cunha, o governador, foge para o Uruguai.

10 de novembro: as tropas cercam o Congresso, que é dissolvido. Vargas anuncia a implantação do Estado Novo e outorga uma nova Constituição, a "Polaca", de inspiração fascista.

**3 de dezembro: um decreto extingue todos partidos, inclusive a Ação Integralista Brasileira.**

1938 10 de maio: os integralistas tentam um assalto ao poder, que já havia sido planejado dois meses antes, investem contra o Palácio Guanabara, mas são derrotados e presos.

7 de setembro: Getúlio Vargas discursando à Nação prega a "correção das desigualdades de classe", a "luta contra as ideologias extremistas" e louva a "dissolução dos quistos raciais".

1939 Fevereiro: o general Góis Monteiro é convidado oficialmente a tomar parte em manobras militares do Exército nazista, na Alemanha.

10 de novembro: Getúlio Vargas discursa na abertura da Conferência Nacional de Economia e Administração, enfatizando a luta pela implantação no país da indústria do aço.

27 de dezembro: é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado da Censura aos meios de comunicação e entregue à chefia de Lourival Fontes.

**1940 25 de março: a polícia invade o jornal *O Estado de São Paulo*, acusando seus diretores de participarem de uma conspiração contra o Estado Novo. O jornal passa a fazer parte das empresas do governo e será restituído aos Mesquita apenas em 1945.**

**4 de março: Decreto-Lei nº 2.054, criando a Comissão do Plano Siderúrgico Nacional, a quem caberá constituir uma companhia de capital para a construção e exploração da usina siderúrgica.**

**Abril: a polícia investe furiosamente contra o enfraquecido Partido Comunista do Brasil, prendendo todo o seu Comitê Central.**

**19 de abril: o aniversário de Vargas toma-se data nacional.**

**1º de maio: é instituído o salário mínimo.**

**11 de junho: Getúlio Vargas pronuncia polêmico discurso, a bordo do encouraçado "Minas Gerais", contendo elogios ao fascismo.**

**Pouco depois explicaria que seu pronunciamento não representa um afastamento dos EUA.**

**8 de julho: é estabelecido, por decreto do governo federal, imposto sindical. Setembro: o governo norte-americano aprova empréstimo de 20 milhões de dólares ao Brasil, para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda.**

**26 de setembro: vasos de guerra ingleses aprisionam, em Lisboa, o navio brasileiro "Siqueira Campos", que traz armas alemãs para o Brasil. O fato provoca um incidente diplomático, fazendo com que o navio só seja liberado em dezembro. Vargas discursa às Forças Armadas, reafirmando a neutralidade do Brasil perante a guerra na Europa.**

1941 Janeiro: o governo funda a Companhia Siderúrgica Brasileira e inicia a construção da usina de Volta Redonda.

20 de janeiro: é criado o Ministério da Aeronáutica e organizada a Força Aérea Brasileira (FAB).

Maior: é instituída a Justiça do Trabalho, medida que desagradou o empresariado nacional.

Agosto: Getúlio Vargas, "escritor e sociólogo", é eleito para a Academia Brasileira de Letras.

8 de dezembro: Getúlio Vargas reúne o Ministério para decidir a atitude brasileira face ao ataque a Pearl Harbour. É resolvido, por unanimidade, total solidariedade aos EUA.

1942 15 de janeiro: instala-se, no Rio, a Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas.

28 de janeiro: o governo de Vargas rompe relações com a Alemanha e a Itália.

14 de fevereiro: o navio brasileiro “Cabedelo” é torpedeado por um submarino alemão. Morrem 54 tripulantes. Esse é o primeiro de uma série de ataques alemães à Marinha Mercante brasileira. Vargas formula protestos oficiais pelos atentados contra a navegação brasileira.

1º de maio: Getúlio Vargas sofre acidente de automóvel na praia do Flamengo (RJ).

31 de agosto: após uma intensa campanha de opinião pública, o governo brasileiro declara guerra à Alemanha e à Itália.

1943 29 de janeiro: Vargas encontra-se com Roosevelt, presidente dos EUA, em Natal (RN).

1º de maio: o governo institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reunindo todas as resoluções tomadas desde 1930 na área trabalhista.

Agosto: criada a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

24 de outubro: é lançado, em Belo Horizonte, o "Manifesto dos Escritores", documento por líderes liberais reivindicando o direito dos direitos democráticos no Brasil.

1944 Março: militares começam a se distanciar do governo, entrando em conflito com as oposições civis.

16 de julho: chega a Nápoles (Itália) o 1º escalão da FEB (Força Expedicionária Brasileira), para combater as forças nazi-fascistas.

**Agosto: articula-se a formação da futura União Democrática Nacional (UDN).**

Outubro: o general Góis Monteiro volta de Montevideú, onde esteve em contato com oficiais norte-americanos. Fala uma linguagem diferente de quando partiu, pedindo a democracia.

1945 Janeiro: realização do Congresso Brasileiro de Escritores.

22 de fevereiro: entrevista de José Américo de Almeida ao *Correio da Manhã*. É o fim da censura A imprensa durante o Estado Novo. 28 de fevereiro: Getúlio Vargas assina a Lei Constitucional nº 9 que prevê eleições, com data a ser marcada dentro de noventa dias.

1.º de abril: Decreto-lei nº 7.474 concedendo anistia a todos os presos políticos.

7 de abril: é organizado, no Rio de Janeiro, a União Democrática Nacional (UDN), cujo candidato à presidência é o brigadeiro Eduardo Gomes.

8 de abril: fundado, em Belo Horizonte, o Partido Social Democrático (PSD), apoiado pela máquina política do Estado Novo. Seu candidato é o general Dutra.

18 de abril: Prestes é solto, depois de cumprir dez anos de prisão.

15 de maio: é fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cujos organizadores são funcionários do Ministério do Trabalho, fiéis a Vargas.

23 de maio: 100.000 pessoas assistem, no estádio do Vasco da Gama, a um comício do PCB, com a presença de Prestes.

28 de maio: fixada a data de 2 de dezembro para as eleições presidenciais.

21 de junho: assinado o Decreto-Lei 7.666 (lei antitruste).

13 de agosto: líderes sindicais do governo e orientados por Hugo Borghi promovem a primeira manifestação "queremista", no Rio. "Queremos Getúlio", gritam em coro os manifestantes.

29 de outubro: Vargas parte para o exílio em São Borja (RS).

17 de novembro: o PCB lança a candidatura de Yedo Fiúza para a presidência.

25 de novembro: em São Borja, Getúlio emite manifestos apoiando a candidatura do general Dutra.

**2 de dezembro: realizam-se eleições para a Presidência da República e para o Congresso Nacional. Com 3.250.000 votos Dutra é o novo Presidente da República. Eduardo Gomes recebe 2.040.000 e Yedo Fiúza, 600.000. No parlamento, o PSD é majoritário, com 151 representantes, seguido pela UDN, com 77. O PTB elege 22 de seus membros e o PCB, 14. Outros partidos menores elegem 30 representantes. Getúlio é eleito deputado por 9 estados e senador por 2, Rio Grande do Sul e São Paulo. opta pelo cargo de senador.**

1946 31 de janeiro: posse do general Eurico Gaspar Dutra na Presidência de República.

2 de fevereiro: instalação dos trabalhos da 4ª Assembléia Nacional Constituinte. Foram eleitos 320 parlamentares: 177 do PSD, 87 da UDN, 24 do PTB, 15 do PCB e as 17 cadeiras restantes preenchidas pelos representantes dos partidos menores.

27 de maio: apresentação de anteprojeto da Constituição.

16 de setembro: promulgação da nova Constituição.

21 de setembro: reúne-se no Rio de Janeiro o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, com a presença de 2.400 delegados. Criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Outubro: reordenação no gabinete ministerial de Dutra, aumentando a influência da UDN.

Dezembro: ruptura de Vargas com o general Dutra.

1947 19 de janeiro: eleições para governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O grande vencedor foi o PSD, fazendo seis governadores e 364 deputados.

11 de março: Ademar de Barros empossado no governo do Estado de São Paulo, eleito por uma coligação entre seu partido, o Partido Social Progressista (PSP), e o PCB.

7 de maio: cancelamento do registro eleitoral do PCB. Ponto culminante de uma intensa campanha travada no Congresso e com o beneplácito do governo Dutra. Intervenção, por ordem do Ministério do Trabalho, em 14 de sindicatos, e fechamento da CGTB. Alguns dias depois seriam lacradas todas as sedes do PCB, presos vários de seus militantes apresentado um projeto de lei propondo a extinção dos mandatos de seus parlamentares.

Outubro: rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética.

1948 10 de janeiro: cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas.

19 de maio: Dutra envia ao Congresso Nacional o projeto de lei que institui o plano SALTE.

15 de outubro: decreto presidencial criando o embrião da futura Escola Superior de Guerra definitivamente institucionalizada através de uma lei aprovada em 20 de agosto de 1949.

**11 de novembro: estabelecimento de uma Comissão Mista Brasil EUA, com a finalidade de traçar um programa de desenvolvimento do país.**

1949 28 de julho: formação de um acordo interpartidário de PSD, UDN e PR visando a sucessão presidencial.

10 de julho: Getúlio Vargas aconselha a bancada do PTB paulista a prestigiar o governador Ademar de Barros, rejeitando o seu "impeachment".

Outubro: fim da tentativa de coalização conservadora (PSD e UDN). A UDN começa a agitar a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes e o PSD articula um candidato próprio.

14 de novembro: a Convenção Estadual do PTB da Paraíba lança a candidatura presidencial de Getúlio Vargas.

13 de dezembro: Ademar de Barros conferencia com Getúlio na fazenda de Santos Reis (RS).

1950 30 de abril: Getúlio Vargas dirige mensagem aos trabalhadores.

15 de maio: o PSD indica o nome de Cristiano Machado à Convenção Nacional.

16 de maio: realizam-se as eleições no Clube Militar. Iniciada a ascensão da corrente nacionalista.

3 de junho: o presidente Dutra declara que dará posse a quem for eleito.

6 de junho: o Diretório Nacional do PTB encaminha à Convenção Nacional a candidatura de Getúlio Vargas.

15 de junho: Ademar de Barros lança em comício a candidatura de Getúlio Vargas. Está firmado o acordo PTB-PSP.

26 de julho: o PTB, após homologar a candidatura de Vargas, dá entrada no seu registro eleitoral junto ao TSE.

3 de outubro: realizam-se as eleições presidenciais. Getúlio Vargas é eleito com 3.849.040 (48,70% de total), Eduardo Gomes recebe 2.342.384 votos (29,70%) e Cristiano Machado apenas 21,50% do total de votos: 1.697.193. O PTB comemora ruidosamente sua vitória.

**1951 18 de janeiro: a Justiça Eleitoral proclama Getúlio Vargas e João Café Filho, Presidente e Vice-Presidente da República.**

**27 de janeiro: o PSD emite nota anunciando seu apoio ao novo governo.**

**31 de janeiro: entrevista coletiva à imprensa concedida por Vargas, onde anuncia seu novo ministério. Poucas horas depois toma posse como novo presidente da República. 12 de fevereiro: nomeação do general Góes Monteiro para o cargo de chefe do Estado Maior das Forças Armadas.**

**1° de maio: Getúlio Vargas discursa no estádio do Vasco da Gama, estimulando a sindicalização e a organização dos trabalhadores.**

**19 de junho: mensagem de Getúlio Vargas ao Congresso, propondo a criação do Serviço Social Rural.**

**27 de junho: o Itamarati recebe nota do Secretário-Geral da ONU, requisitando soldados brasileiros para combater na Coreia.**

**8 de agosto: mensagem de Vargas ao Congresso Nacional, propondo a criação do Plano Nacional do Carvão.**

**25 de outubro: mensagem de Vargas ao Congresso, propondo a criação do Banco do Nordeste do Brasil.**

**8 de dezembro: Getúlio Vargas propõe o Programa de Petróleo Nacional e a criação da Petrobrás.**

**24 de dezembro: Getúlio assina a nova lei do salário-mínimo.**

**1952 4 de janeiro: Vargas assina decreto dispondo sobre o retorno do capital estrangeiro.**

**7 de fevereiro: mensagem ao Congresso Nacional, propondo a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).**

**23 de março: O general Estillac Leal, um dos expoentes da corrente nacionalista, demite-se do cargo de Ministro da Guerra, sendo substituído pelo general Espírito Santo Cardoso.**

**21 de maio: Alcides Etchegoyen líder da facção ultra-direitista das Forças Armadas e presidente da chapa "Cruzada Democrática", vence as eleições para o Clube Militar, derrotando os nacionalistas reunidos em torno de Estillac Leal e Horta Barbosa.**

**3 de julho: encontro do Secretário de Estado norte-americano Dean Acheson com Getúlio Vargas, no Palácio do Catete. Discute-se a política econômica do governo brasileiro.**

**2 de setembro: Vargas sanciona lei do Congresso Nacional proibindo a exigência do atestado ideológico.**

**3 de outubro: o presidente assina decreto criando no I.A.P.I. a Carteira de Acidentes de Trabalho e outros benefícios aos segurados do mesmo Instituto.**

**16 de outubro: enviada ao Congresso mensagem acompanhada de projeto de lei que dispõe sobre a instituição do salário adicional para os que trabalham em condições de perigo e insalubridade.**

**Dezembro: novo aumento do salário-mínimo.**

**1953 5 de Janeiro: sancionada a nova lei que define os crimes contra o Estado e a ordem política e social.**

25 de fevereiro: são restabelecidas as eleições diretas para a Prefeitura do município de São Paulo. É eleito para o cargo Jânio Quadros.

26 de março: eclosão da maior e mais importante greve do período Vargas, em São Paulo. Cerca de 300,000 operários de diversas categorias profissionais paralisam suas atividades.

Junho: o governo Eisenhower, eleito em 1952, extingue unilateralmente a Comissão Mista Brasil-EUA.

17 de junho: reformulação no gabinete ministerial. Oswaldo Aranha, João Goulart e José Américo de Almeida são empossados, respectivamente, nos Ministérios da Fazenda, do Trabalho e da Viação.

24 de junho: Tancredo Neves assume a pasta da Justiça.

3 de outubro: termina a longa e inflamada campanha pelo petróleo brasileiro. Getúlio Vargas sanciona a Lei nº 2.004, institucionalizando a Petrobrás.

9 de outubro: criação da Instrução 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), encarecendo os bens de produção importados, estimulando a fabricação de similares nacionais.

20 de dezembro: falando no Paraná, Vargas ataca duramente a remessa de lucros das empresas estrangeiras, radicalizando sua posição nacionalista.

1954 3 de Janeiro: Getúlio assina o decreto nº 34.839, apresentando certas restrições ao capital intencional.

8 de fevereiro: oitenta e dois coronéis do Exército enviam ao Ministério da Guerra um memorial protestando contra o governo de Vargas. Dez dias depois, o general Espírito Santo Cardoso é exonerado do cargo de Ministro da Guerra, sendo substituído por Euclides Zenóbio da Costa.

10 de abril: mensagem de Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, propondo o plano Nacional de Eletrificação e a criação da Eletrobrás.

1º de maio: Getúlio assina o aumento de 100% do salário mínimo, como havia sido proposto por João Goulart.

5 de agosto: atentado da rua Toneleros. Um pistoleiro, sob as Ordens indiretas de Gregório Fortunato (chefe da guarda presidencial), atira contra o jornalista Carlos Lacerda, matando seu guarda-costas, o major Rubens Tolentino Vaz. É aberto um IPM, conduzido pela Aeronáutica na Base Aérea do Galeão.

9 de agosto: Afonso Arinos reclama da tribuna da Câmara a renúncia de Getúlio Vargas.

13 de agosto: encontro de Café Filho com Carlos Lacerda

**21 de agosto: Café Filho sugere a Vargas que ambos renunciem; dois dias depois o Vice-Presidente declara que havia rompido com o Presidente.**

22 de agosto: brigadeiros reunidos no Clube da Aeronáutica dirigem nota ao Presidente da República, sugerindo a renúncia.

23 de agosto: "Manifesto à Nação" assinado por vários generais exigindo a renúncia.

**24 de agosto: após uma longa reunião ministerial no Palácio do Catete, Getúlio Vargas recebe um ultimato das Forças Armadas. Às oito horas da manhã o velho presidente suicida-se com um tiro no coração. Os dias subsequentes serão marcados por imensas manifestações populares.**

***Fonte: FARIA, Antônio Augusto. Getúlio Vargas e sua época. São Paulo: Global, 1989. Ps.95-108.***

## ANEXO B

“Meu caro Dr. Getulio;

Na velha forma que me é peculiar, venho dar-lhe notícias de minha missão a este país e as observações aqui feitas por mim.

### AMBIENTE POLITICO-ECONÔMICO EM RELAÇÃO AO BRASIL

Encontrei uma atmosfera de confusão nos meios comerciais e bancários, pois o seu Decreto 30.363 de 5 de janeiro deste ano não foi devidamente amparado aqui como deveria ter sido, isto é, com a apresentação das razões, motivos etc. Foi um ato isolado, que aqui apareceu, causando uma situação muito desagradável, mormente porque existe neste país grande admiração pelo Dr. Getulio. Seu nome é popular, pois, suas relações de amizade com o Presidente Roosevelt não se apagaram.

Era obrigação dos nossos órgãos competentes aqui, terem coberto suas declarações de 31 de dezembro e bem assim seu Decreto. Sei que suas palavras foram um tanto fortes e que seu Decreto também contém algo fortíssimo retroatividade), mas quem conhece sua alma

como eu a conheço, compreende sua vibração e revolta ao observar certa exploração contra os interesses nacionais.

O nosso Presidente fez aquilo que outra pessoa faria se estivesse no lugar dele, desde que esta pessoa tivesse os mesmos sentimentos do nosso Dr. Getulio.

Ao em vez de, com adulação, aplaudir suas palavras, deviam seus colaboradores aqui explicar as razões e oferecer FATOS CONCRETOS dos abusos incorridos, citando, sem receio, os nomes de alguns infratores.

Nada disso foi feito e assim seu nome ficou em evidência como perseguidor do Capital estrangeiro. E daí esse amontoado discursos em associações locais e ondas de telegramas de protesto aos grandes Bancos e ao Departamento de Estado. Inúmeras coisas aqui se passaram, mas, infelizmente, ao que me parece, nem tudo lhe foi comunicado. Para agravar ainda mais as cousas, deu-se uma confusão geral e tivemos, no Brasil, a falta do trigo da Argentina, obrigando-nos a maiores despesas em dólares, fazendo com que os pagamentos dos compromissos comerciais brasileiros nos Estados Unidos ficassem bastante atrasados, com um acúmulo, neste momento, de mais de 160 milhões de dólares.

Avalie, agora, meu caro Dr. Getulio, a situação do próprio Departamento de Estado e dos dois Bancos (Internacional e Export & Import Bank) para contornar a situação do mercado de crédito, para atender aos financiamentos dos projetos preparados pela nossa Comissão Mista. Um verdadeiro novelo com toda sua linha embaraçada. Podemos, pois, bem imaginar, agora, a razão de tantas demoras para atender ao setor brasileiro de crédito,

Não pense, entretanto, o Dr. Getulio, que isso se passou apenas entre interessados americanos. Também nossos amigos franceses, ingleses e belgas meteram sua colherada,

exercendo pressão por parte de seus representantes no Banco Internacional, para que este não nos desse crédito antes de que satisfizéssemos suas reclamações sobre a S. Paulo Railway, a S. Paulo Rio Grande e a Port of Pará. Esta, em resumo, caro Dr. Getúlio, a situação que aqui encontrei.

Procurei imediatamente saber o nome dos que haviam enviado seus protestos a Washington e, durante cinco dias, declinando o nome dos INFRATORES (conheço os casos) ou por outra, dando os nomes aos bois, fui removendo as dificuldades, ao mesmo tempo que sugeria, telegrafassem aos meios financeiros e políticos de Washington palavras de respeito e confiança para com o nosso país, Isso foi conseguido. E neste momento quero, como um dever, declinar o nome do deputado Gentil que aqui esteve e prestou um alto serviço ac seu nome, ao seu governo e ao bom nome do Brasil. Soube que num almoço ele rebateu insinuações e respondeu a todas as perguntas que lhe fizeram. E um elemento de grande valia. Não cheguei a vê-lo, pois, partiu no dia anterior ao de minha chegada.

Não quero deixar de lhe dizer que, numa pequena reunião, encontrava-se um dos INFRATORES, o qual teve de ouvir a verdade, que de estômago frio lhe dei a conhecer, em frente dos demais. E deixei no ar esta pergunta: "O que faria aqui seu Governo, se uma entidade estrangeira fizesse nos Estados Unidos o que v. fez no Brasil [...]" (tomar dinheiro emprestado em cruzeiros e registrá-lo a seguir na fiscalização bancária como capital americano, por sua equivalência em dólares[...]).

No sexto dia após minha chegada a New York, parti para Washington, onde comecei a trabalhar nos dois Bancos, sincronizando com o Departamento de Estado.

O Banco Internacional, do qual Mr. Black é o Presidente, representa a Wall Street, no bom sentido da palavra, isto é, o centro das finanças. O Export & Import Bank representa o

Governo Americano, mas, influenciado pelo Senado, onde o Presidente do Banco, Mr. Gaston, tem indiscutível influência.

Meu programa foi o de selecionar nossos projetos, fazendo-os movimentar, porém, dentro do ponto de vista que mais convinha ao nosso Presidente Getúlio. Os primeiros contratos a serem anunciados deveriam ser os interesses 100% brasileiros e não os de projetos que contivessem interesses mistos, como é o caso da Foreign Power & Light de S. Paulo. O Banco mais preparado, no caso, era o Export, porém os dois projetos mais adiantados, no momento, sobre Estradas de Ferro, estavam com o Banco Internacional: Santos: a Jundiai e Estrada de Ferro Central do Brasil.

Teria de coordenar, em primeiro lugar, o setor das Estradas de Ferro (transporte) e em seguida, o da força (energia). As Estradas de Ferro e Energia estavam aqui em Washington, assim divididas pelos dois Bancos:

#### BANCO INTERNACIONAL

1 Santos a Jundiai (antiga S. P. Railway)	\$ 8.500.000
2 Central do Brasil	\$ 10.800.000
3 Eletrificação do Rio G. do Sul	\$ 23.000.000

#### EXPORT & IMPORT BANK

4 Estrada de Ferro - Cia. Paulista de,	\$ 6.800.000
5 American Foreign Power (Companhia Brasileira de Energia Elétrica)	\$ 41.571.000

Estes eram e são efetivamente os 5 projetos que estão dentro da pauta bancária, uns já completos e outros aguardando apenas detalhes dos termos contratuais dos empréstimos. Os denominados 100% concluídos, seriam apenas:

Nº 1- Santos a Jundiai

Nº 4- Companhia Paulista

Nº 5- American Foreign Power.

Nós não podíamos admitir que os primeiros projetos constassem de interesses que não fossem 100% brasileiros.

Uma vez que a American Foreign Power era de capitais mistos (americanos em maioria), não podíamos concordar que este projeto aparecesse com a Paulista. Mas, infelizmente, o projeto da SANTOS a JUNDIAI estava em mãos do banco Internacional, e Este não queria abrir mão dele, para nos obrigar a atender as reclamações dos ingleses, franceses e belgas. Para este item, cabe uma explicação ao Sr. Presidente, e que é a seguinte: A nossa atual SANTOS a JUNDIAI é a antiga S. Paulo Railway, sobre a qual pesa a acusação de ter sido expropriada pelo Governo Brasileiro, e este, além de não ter ainda atendido a um pedido de reconsideração por parte dos acionistas (ingleses, franceses e belgas), também ainda não atendeu ao pagamento final do preço inicialmente fixado, pelo próprio Governo Brasileiro.

Ora, sendo o Banco Internacional uma organização internacional, como seu próprio nome o declara, e havendo na diretoria representantes de 14 países (inclusive franceses,

ingleses e belgas), trataram estes de se aproveitar da oportunidade e da posição no Banco Internacional para nos espremer contra a parede.

Foi essa a atmosfera que encontrei em Washington, com o Departamento de Estado muito preocupado, pois, país democrático como são os EE. UU., o Governo Americano nada pode fazer para compelir um Banco independente (que pertence a inúmeras nações), a que aja desta ou daquela forma. O nosso amigo Black, presidente do Banco Internacional, apesar de sua vontade não pode avançar o sinal, isto é, passar por cima do Conselho Diretor.

Assim, a par de toda a situação, e de acordo com Mr. Miller e Mr. Bohan, tratei de me avistar com Mr. Black - e assim o fiz. Os primeiros embates não nos deixaram muita esperança, a tal ponto que rebati com formal violência a intromissão do Banco nos negócios do Brasil, quando se tratava de mencionar interesses anteriores à criação do próprio Banco Internacional. Mesmo porque o caso da S. Paulo Railway e o do Port of Pará era muito mais antigo. Depois de muita discussão, acabei lhe dizendo que estranhava essa atitude do Banco que agora se apresentava como "cobrador de contas dos outros, isto é, de terceiros". Para evitar um mal maior na discussão, convidou-me Mr. Black para jantar, a fim de termos oportunidade de continuar as conversações que haviam de prosseguir.

Em dia oportuno lhe explicarei, pessoalmente, o que foi a luta que terminou a 1 hora da manhã no East River Club. Consegui no final que o Banco Internacional abrisse mão do projeto da Santos a Jundiaí e o passasse ao Export & Import Bank. E ainda mais: que fosse financiado ainda em junho corrente o projeto de eletrificação do Est. do Rio Grande do Sul, e a Central do Brasil que também incluísse mais 14 milhões de dólares, destinados ao novo projeto dos subúrbios.

Com essa batalha final estava removido o maior empecilho, e em bom português: dávamos uma[...] (aqui entra a flora brasileira com saboroso fruto) aos empataadores ingleses, franceses e belgas, diretores do Banco Internacional.

A alegria do Miller e do Bohan na manhã seguinte, foi simplesmente indescritível. Estava aberta a porta para o primeiro financiamento pelo Export & Import Bank, mas, ainda havia um ponto a contornar, e que era o de obter do Presidente deste que concordasse em anunciar em primeiro lugar o financiamento das duas estradas brasileiras e somente 24 ou 48 horas depois, o financiamento da American Foreign Power.

Como Mr. Gaston, Presidente do Export & Import Bank é pessoa de muita influência no Senado Americano, o Departamento de Estado não deseja nunca criar um caso, quando de antemão sabe que o velho Gaston é contrário. Este Já havia declarado ao Departamento de Estado que Iria anunciar todos os três projetos juntos. Não queria atender ao retardamento da noticia do financiamento da American Foreign power, porque diz êle que essa Companhia cobre muitos Estados como sejam S. Paulo, Rio Grande, Paraná, Estado do Rio, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Essas populações teem o direito de saber que também vão ser atendidas.

Foi então que, mais uma vez, por sugestão do departamento de Estado, procurei Mr. Gaston que é velho amigo meu e que me dispensa muita atenção. Falamos muito sobre a Vale do Rio Doce, declarando-me ele quanto de respeito e consideração tinha pelo Presidente Vargas que havia tornado possível dar aquela Companhia (Vale do Rio Doce) um homem como o Coronel Juracy cuja administração ele considerava excelente. Prestou, mesmo, o velho Gaston, uma grande homenagem à sua obra em Volta Redonda e Vale do Rio Doce, permitindo que o Eximbank tivesse orgulho naqueles financiamentos. Depois desse preparo

de terreno, só me restava atacar o problema que ali me havia levado, isto é, obter que a notícia fosse inicialmente limitada ao financiamento da Santos-Jundiaí e da Companhia Paulista, deixando para 48 horas depois a notícia relativa à American Foreign Power. Imediatamente concordou, dizendo que compreendia ser uma obrigação cooperar com a obra do Presidente Vargas que estava neste momento (textualmente) 'dando início ao grande programa de consolidação econômico-social do Brasil'. Devo aqui esclarecer que Herbert Gaston era muito amigo do Presidente Roosevelt e além disso, um admirador de sua obra (Presidente Vargas) no Brasil.

São estas, meu caro Dr. Getulio, as demarches levadas a efeito por mim, antes da chegada do nosso estimado Embaixador Moreira Salles que, como lhe disse, em carta anterior, deu início à sua missão aqui, da forma a mais concreta e isenta de protocolo. Sua visita aos dois Bancos, fôra de protocolo, fez compreender a especial consideração que o nosso Governo está dando a estes problemas.

No dia seguinte, ao da chegada de nosso Embaixador, fomos ambos almoçar com Mr. Black e aí prosseguimos então nas discussões do caso da Central do Brasil, tendo ficado, após longa argumentação assentada a cifra de 25 milhões de dólares para atender ao primeiro e segundo projetos (este último dos subúrbios).

A notícia do Banco Internacional sairá, creio, dentro de duas semanas, isto é, antes de 20 de junho corrente. Como disse, anteriormente, o anúncio do Banco Internacional cobrirá:

Eletrificação do Est. do R. G. do Sul	23.000.000
---------------------------------------	------------

1º - Projeto da Central do Brasil engates etc. -----	12.500.000
--	------------

2º - Projeto para atender à parte dos subúrbios . Este projeto ainda não está aqui nos  
EE. UU. ----- 13, 000.000

Agora que o nosso Embaixador já passou os telegramas oficiais sobre todas as demarches, para ambos os Ministros, João Neves e Horácio Lafer, já recebi do Ary Torres uma longa lista de outros projetos solicitando que eu prossiga ainda nas demarches para encaminhá-los aqui. Já respondi que terei muito prazer em continuar em Washington, pelo menos até o fim do mês, época em que o Moreira Salles irá ao Rio (com Acheson) e partirei para a Europa a fim de dar início ao nosso ajustamento da dívida externa com os ingleses. Com a minha demora aqui, não pude acompanhar os trabalhos da Conferência das Dívidas Alemãs, em Londres, tendo o Sergio Corrêa da Costa (genro do Oswaldo) se encarregado de acompanhar tudo, desde o Rio, mas, as notícias que recebi não foram das mais agradáveis. Parece que na sessão final há poucos dias em Londres os três grandes (França, EE.UU. e Inglaterra) fizeram ou iam fazer cair nossas reclamações (Café e Krupp). Infelizmente, eu não podia estar nos dois lugares ao mesmo tempo. Recebi instruções daí para atender e dar prioridade a este setor de Washington que, de fato, era no momento o mais importante para o Brasil. Os prazos aqui não admitiam adiamento.

De qualquer forma, meu prezado Dr. Getulio, sinto-me tranqüilo e satisfeito de ter trabalhado para seu Governo, para o nosso Brasil, com o mesmo interesse e com o mesmo entusiasmo de 1930 a 1945. É verdade que, enquanto outros mereceram inscrição de seus nomes no Livro do Mérito e a outorga da medalha do esforço de guerra, tive eu de comparecer duas vezes à barra do Tribunal da Comissão de Investigação da Constituinte de 1946, para defender sua Obra da Dívida Externa e os trabalhos da Comissão dos Acordos de Washington. Fui absolvido com votos de louvor[...] mas isto não deixou de ser uma dura

experiência. É bem verdade que o nosso Felipe Canaud nos ensina que "ESTAMOS NESTE MUNDO PARA SOFRER"

Permitir-me-ia perguntar ao Dr. Getulio se está de acordo em que continue aqui durante algum tempo mais, para assistir o 'Walther? Os Ministros Lafer e Neves lhe deram disso conhecimento? O meu maior prazer é servir à sua administração, hoje, como no passado. Apenas é que, antigamente, tínhamos aquele famoso despacho aos domingos, no golfe, mas agora[...] só por tabela!

- SEGUNDA PARTE -

Muito importante:

O que acabei de relatar foi o que se passou até agora, mas, daqui por diante, temos que estar preparados para outras realidades que se vão apresentar com extrema rapidez.

Não podemos perder esta oportunidade de manter o ritmo da aprovação dos nossos projetos. Isso é um imperativo, e a demora somente agravará a situação econômica nacional. O Dr. Getulio tem no Congresso a Lei do Petróleo. Esse projeto faz parte do seu grande PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO ECONOMICO-SOCIAL, que eu denominaria de programa do Presidente Getulio Vargas. O chamado plano Lafer, assim como o projeto do Petróleo e outros semelhantes, não passam de mosaicos que formam o grande programa econômico-social do nosso presidente.

Ora, o Dr. Getulio sabe perfeitamente que, para obter a maquinaria e outros complementos para a PETROBRAS, o Brasil precisa recorrer aos Estados Unidos.

Necessitaremos, eventualmente, de obter créditos em dólares ou compras a prazo. Tornase, portanto, necessário, desde logo, amparar esse seu projeto, pois, sem petróleo, dentro de três ou quatro anos estaremos numa encruzilhada financeira e econômica das mais difíceis de nossa história, a não ser que paralisássemos o ritmo de nosso crescimento.

Acabamos de conseguir uma grande vitória para seu nome, fazendo com que se anunciassem, hoje, os primeiros financiamentos, quando está em pleno vigor o seu decreto 30.363 de 5 de janeiro.

Diante do que se dizia e do que observávamos ai e aqui, parecia isso impossível. Mas, a verdade é que o bom resultado ai está. Convém neste instante lembrar um caso que o Dr. Getulio me contou, quando um dia, no automóvel íamos para o Itanhangá: Foi a sua resposta aos homens da Associação Comercial de S. Luiz do Maranhão, quando estes tudo queriam, tudo reclamavam de sua pessoa, sem entretanto nada oferecerem. E o Dr. Getulio teria respondido, contando o caso dos dois carreiros que ficaram com seus carros atolados no caminho. Enquanto um rezava com os olhos virados para o céu, solicitando a ajuda divina, o outro praguejando, pondo o ombro na roda do carro, conseguiu após algum tempo desatolar o seu veículo, etc. etc. [...] e, finalmente, V. Exa. repetiu: AJUDA-TE QUE EU TE AJUDAREI!!

Veja:- Os homens da América deram o primeiro passo. Os primeiros créditos estão assegurados. precisamos agora consolidar nossa posição e obter a continuação do ritmo da aprovação dos créditos. para isso, basta Dr. Getúlio, que um ato, uma palavra sua, ofereça a confiança aqui, instruindo (por sua ordem especial) para que o projeto na Câmara sobre Mercado Livre de Câmbio tenha sua marcha assegurada. Sei que a palavra do Ministro Lafer ou a do Leader da maioria estaria bem e daria também ressaltado, mas precisamos que todos

aqui conheçam que o presente programa econômico social é do presidente Vargas. Faça isso, Dr. Getúlio, sem perda de tempo, e posso assegurar-lhe que haverá grande sucesso em todos os sentidos. Não sou candidato a posto algum, Somente desejo ver o Brasil alcançar um grande sucesso sob sua digna administração.

Aqui fica o meu mais veemente e mais importante apelo. Sinto o que lhe digo e o que isso representa. Não demore um dia, não perca a oportunidade.

-----

O meu trabalho não se limitou à parte das conferências pessoais, pois, concedi, também, três entrevistas para serem publicadas em datas separadas, tudo formando parte integrante do programa para elucidar o meio aqui e aí no Brasil. Espero que já tenham publicado aí, e portanto o Dr. Getúlio já terá visto. Meu ponto de partida, foi o de que o nosso Presidente jamais firmou qualquer decreto contra o capital estrangeiro. Pelo contrário, tendo assumido o Governo em 1930, em verdadeira bancarrota, com o serviço da dívida externa em suspenso, praticou os seguintes atos:

12 de Outubro de 1931 - Firmou o Funding - reconhecendo n/compromissos externos-Ingl. EE.UU.-França.

Dec. 23829 4 de Fev. de 1934 - Decreto Oswaldo Aranha - retomando pagamento União, Estados e Municípios.

Dec. 2085 8 de Março, 1940 - Continuação dos pagamentos Dívida Externa.

Dec. 6019 23 de Nov. 1943 - Consolidação Dívida Externa.

Dec, 6410 10 de Abril, 1944 - Consolidação Títulos B - Estados Unidos.

De uma dívida, em 1930, de UM BILHÃO E TREZENTOS MILHÕES DE DOLLARS.

Hoje, em 1952: Apenas DUZENTOS E SESSENTA MILIÕES DE DOLLARS.

De 1931 a 1952, remetemos para serviço da dívida externa, sem ter feito empréstimos externos para pagá-la, mais de um bilhão e cento e cinquenta milhões de dollars: isso tudo saiu do trabalho do brasileiro.

Entretanto, nos dez anos anteriores, isto é, de 1920 a 1930, recebêramos 800 milhões de dólares em empréstimos externos.

Pela primeira vez, desde 1824, Getúlio Vargas inaugurou, em 1931, uma época do pagamento daqueles compromissos. Se fosse contra o capital estrangeiro, teria sido mais fácil repudiar as dívidas - como outros o fizeram - do que pagar as somas que religiosamente e com todo o sacrifício o Brasil vem fazendo. E por aí adiante.

### OBSERVAÇÃO PESSOAL

Todos os comentários acima demonstram apenas isto: é necessário, é urgente e imperativo modificar a organização atual do Itamaraty: Deve haver Embaixadas políticas e Embaixadas Econômicas, assim como Legações Econômicas e Legações políticas, sempre quando os nossos interesses nos principais países o exijam.

Os cocktails, as recepções, a rotina do expediente político, não permitem ao Embaixador dispor do tempo necessário para dar todas atenções indispensáveis ao setor

Econômico. Isso eu vi não apenas aqui em Washington, mas na França, Inglaterra e Itália. Basta dizer-lhe que o nosso WALTHER, agora aqui em Washington, precisará, no mínimo, de dois meses para fazer cerca de 74 visitas protocolares, após apresentar as credenciais. Imagine que cada visita tem de levar, pelo menos, meia hora de conversa!!!

○ Mande o Dr. Getúlio estudar, por uma Comissão do próprio Itamaraty uma reforma completa dessa arcaica estrutura. hoje, a principal política é a Econômica e não a das calças listradas e cartola. Aproveite, também, para mandar estudar com urgência a reunião num só edifício - nas principais Capitais dos vários países onde temos grandes interesses - dessa multidão de atividades que mantemos no estrangeiro. New York é um caso típico:

- Delegacia do Tesouro
  
- Consulado Geral
  
- Loide Brasileiro
  
- Escritório Comercial do Min. do Trabalho
  
- Companhia Siderúrgica Nacional
  
- Companhia Vale do Rio Doce
  
- Serviços do Café

Tudo Isso, em ruas diferentes, em distâncias enormes uns dos outros e sem uma sincronização que seria bastante conveniente - e custando por isso mesmo, rios[...] de dólares, a nós que tanto os precisamos poupar! Enfim . . .

## APRECIÇÃO POLÍTICA

O futuro Presidente será a meu ver, o próprio Truman. Este, declarando que não se candidatava, afastou a onda das críticas que naturalmente viriam se acumular sobre ele e sua administração. Com esta atitude digladiam-se, neste momento, os dois candidatos republicanos: Eisenhower e Taft. São duas correntes irreconciliáveis, no mesmo partido. qualquer que seja o candidato escolhido na Convenção do partido Republicano, não trará paz ao partido. Os eleitores do candidato que for afastado não levarão seus votos ao outro; preferirão ficar em casa.

O partido Democrático, no último momento, sejam quais forem os candidatos, apresentará o Truman. Este, se por qualquer razão não quiser ou não puder, dará o seu apoio ao Governador de Illinois, Mr. Stevenson. (joguei golf com ele o ano passado em Chicago. muito amigo do pessoal da Swift). Mas, apesar de tudo estou convencido de que será o TRUMAN. E para nós é o melhor bilhete. Ele será o vencedor!

Sem mais, fico como sempre, às suas ordens.

Um abraço do Mestre Valentim”

*Carta de Valentim Bouças, conselheiro econômico, político e parceiro de golfe de Vargas, desde o Estado Novo, datada de 8/6/1952. Relata as reações ao Decreto do Presidente que impunha um limite de 8% para as remessas de lucro do capital estrangeiro e as negociações de empréstimos que sustentariam as reformas de base do governo (CPDOC da Fundação Getúlio Vargas).*

*Fonte: LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano. São Paulo: Editora SENAC, 1998. Ps. 171-183*

## ANEXO C

### MANIFESTO DOS CORONÉIS

"A S. Ex<sup>a</sup> Sr. General Ministro da Guerra

Aos Exmos. srs. generais, Chefe do EME, chefes do DTP e do DGA, comandantes de Zonas Militares.

Oficiais superiores que se julgam credenciados por todo o seu passado militar, sentem-se no iniludível dever moral, por lealdade aos chefes e consciência de suas próprias responsabilidades perante os subordinados, de submeter à consideração do Alto Comando a presente exposição dos graves problemas com que se defronta o Exército, nesta hora de sérias apreensões.

O descontentamento e as inquietações que lavram entre os quadros permanentes e semipermanentes, sobretudo nos postos menos elevados, estão a criar perigoso ambiente de intranqüilidade, agravado pelo enfraquecimento da confiança nos chefes, que já se esboça e amplia. Os desestímulos e o conseqüente arrefecimento do entusiasmo pelos deveres profissionais ameaçam de estagnação duradoura a máquina militar entorpecida em sua eficiência pela deterioração das condições materiais e morais indispensáveis a seu pleno funcionamento. Prenuncia-se indisfarçável crise de autoridade, capaz de solapar a coesão da

classe militar, deixando-a inerme às manobras divisionistas dos eternos portadores da desordem e usufrutuários da intranqüilidade pública. E, com o comunismo solerte sempre à esquerda, serão os próprios quadros institucionais da Nação ameaçados, talvez, de subversão violenta.

Urge, pois, se promova decidida campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas. E é para apoiar tal campanha - cujos fins imediatos visarão, por certo, a revigorar o respeito ao princípio de autoridade e aos sadios postulados da disciplina - que reafirmamos aos altos chefes responsáveis o nosso firme propósito de secundá-los por todos os meios a nosso alcance, na restauração dos elevados padrões de eficiência, de moralidade, de ardor profissional e dedicação patriótica que, em todos os tempos, asseguraram ao Exército respeito e prestígio na comunidade nacional.

Estamos certos de que, para garantir de início o clima espiritual indispensável à realização de um amplo e fecundo programa, bastará, como medidas efetivas e imediatas, seja dado público testemunho cabal e positivo, da firme decisão de solucionar os sérios problemas - causas profundas e reais da crise que já se delineia e seria erro ou imprevidência não querer enxergar.

É bem verdade que, dentre esses problemas todos - sob o ponto de vista da segurança nacional -, um dos mais sérios é o do aparelhamento real do Exército para o cumprimento, a qualquer instante, das indeclináveis missões que lhe cabem. Generaliza-se - triste é confessá-lo - o sentimento de que temos mesmo involuído quanto à preparação dos quadros e da tropa, assistência aos conscritos, manutenção e renovação do equipamento militar. E tal sentimento, aliado à consciência do quanto já pesam as instituições armadas no orçamento minguado de uma Nação ainda pobre, tem servido para motivar o mais sério desalento, ainda mais

ressentido ante o surpreendente dos vultosos fundos atribuídos largamente a outras Forças Armadas, fora de qualquer planejamento equilibrado e de conjunto.

A inadequação e precariedade das instalações em todo o território nacional, quartéis insuficientes, velhos ou de empréstimo, ausência de depósitos até mesmo com risco de segurança de vidas, deficiência e desaparecimento dos hospitais, o pouco que ainda temos - se excetuadas luxuosas construções do Serviço de Intendência-condenando à ruína pela exigüidade dos recursos atribuídos à sua conservação; fardamento das praças comprovadamente inadequado, equipamento bélico em grande parte obsoleto, material motomecanizado a deteriorar-se por falta de meios indispensáveis à sua manutenção racional, inexistência de material de comunicação até mesmo nas unidades especializadas; a tropa mal assistida e pior enquadrada, devido à crônica escassez de quadros subalternos e de monitores, e com sua instrução prejudicada por dificuldades de toda a ordem, inclusive a já quase irremediável carência de terrenos apropriados aos exercícios de campanha: agravando, dia a dia, o problema do recrutamento de graduados e especialistas; relegado a plano secundário o aperfeiçoamento profissional dos quadros; estimulado o êxodo de oficiais para fora das unidades de tropa e sobrecarregadas a cadeia de comando e a administração por uma plethora de órgãos de atribuições mal delimitadas, tais os sintomas e índices mais alarmantes do grau de despreparo a que atualmente chegamos. É bem verdade que para tanto concorreu uma lamentável conjuntura de circunstâncias, fazendo com que, ao acelerar-se, embora desordenadamente, o ritmo de desenvolvimento do País, acarretando profundas transformações na ordem social e econômica ao impacto da dinâmica convivência mundial, menos pudesse o Exército, à míngua de recursos e consciente das dificuldades financeiras que vêm atormentando a Nação, aparelhar-se à altura de suas novas mais amplas e mais complexas responsabilidades. E nos deixamos ficar retardatários em meio ao processo do País.

Vasto e demorado só poderá ser, porém, um programa de empreendimentos que vise à recuperação do tempo perdido, alçando o Exército ao nível de eficiência e preparação que dele estão a exigir os altos imperativos da segurança nacional. Ora, para tanto, o que mais importa no momento é restabelecer a coesão do conjunto, reforçar os laços de disciplina e de confiança mútua, dar remédio justo aos anseios bem motivados, às preocupações bem fundamentadas, ao descontentamento bem justificado, robustecendo a classe contra tendências desagregadoras de qualquer natureza. E tanto mais urge fazê-lo quanto a ameaça sempre presente da infiltração de perniciosa ideologia antidemocrática ou de espírito de partidarismo político, semeador de intranqüilidade e conflitos, cada vez avulta na hora presente, estimulada ao calor das paixões e das ambições sempre exacerbadas em períodos pré-eleitorais.

Sem dúvida, o que mais está a alastrar o desânimo e o descontentamento entre os jovens oficiais não é a falta de perspectivas mais amplas de carreira que leis e mais leis de numerosas reestruturações nunca poderão assegurar, senão apoiadas em rigoroso e justo processo de rejuvenescimento dos quadros que tanto tarda entre nós: mas, sobretudo, a chocante e injustificável disparidade de acesso entre as diversas Armas e Serviços que dia a dia se agrava, com as mais danosas repercussões para a coesão moral do corpo de oficiais, sem que providências efetivas sejam tomadas para eliminá-la ou reduzi-la a limites toleráveis. Daí a descrença pronunciadora de graves tensões que vai assaltando o espírito da oficialidade jovem, não mais convicta de encontrar em seus chefes, mesmo naqueles que mais perto podem sentir-lhe o problema, os defensores serenos mas intransigentes de suas justas aspirações.

E, por outro lado, é a inflação desmesurada dos altos postos que está a traduzir-se em perigoso desprestígio da autoridade - o excesso dos quadros superiores numa estrutura que, por modesta, não lhes pode oferecer, a todos, funções compatíveis com a sua hierarquia,

acarretando perda de eficiência do conjunto, propiciando o ócio remunerado e oferecendo, assim, lamentável exemplo aos olhos de todos os subordinados. Ressente-se com isso a solidez de toda a estrutura militar, afetada simultaneamente no princípio da autoridade e nos laços de confiança que fundamentam a disciplina consciente, como se não bastasse ainda o espetáculo pouco salutar das carreiras vertiginosamente feitas na reserva a coberto de leis em extremo generosas que multiplicam e barateiam os postos máximos da hierarquia, com desprezo até das mais elementares restrições vigentes para o acesso na atividade.

Infelizmente não são apenas essas as causas principais da intranquilidade e do descontentamento que se vão difundindo por todo o Exército.

A emigração de militares para cargos civis sempre mais bem remunerados, onde, dissociados dos interesses profissionais e dos problemas de sua classe, nem sempre se podem conservar imunes às intrigas de política partidária e ficar inteiramente a salvo da onda de corrupção administrativa que acende escândalos nas manchetes dos jornais - de tudo isso advindo incalculáveis prejuízos ao prestígio das Forças Armadas -, cada vez mais inquieta os que preferem se dedicar inteiramente aos afazeres profissionais, principalmente porque aquelas funções consideradas com grande liberdade como detentores e correr às promoções e comissões diversas como se permanecessem no serviço das armas, aproveitando-se ademais muitos deles de tão singular situação para auferirem vantagens, ora de ordem militar, ora de caráter político.

O clima de negociatas, desfalques e malversação de verbas que infelizmente vem nos últimos tempos envolvendo o País e até mesmo o Exército, está, por outro lado, a exigir se oponham sólidas barreiras que lhe detenham o transbordamento dentro das classes armadas, cujo padrão de honestidade e decoro administrativo, acima das mais leves suspeitas ou

críticas, só se poderá manter se além de rigorosas normas de administração e controle, vigorar alerta um espírito coletivo de decidida contenção e repulsa contra quaisquer desmandos ou falências morais, sobretudo na gestão dos dinheiros públicos.

A falta de aparelhamento eficiente dos órgãos de assistência social, reconhecidamente incapazes de atender às necessidades dos militares e suas famílias, provendo com presteza reais facilidades, e nas condições vantajosas que deles seria justo esperar, vem crescendo as dificuldades de vida com que lutam, principalmente, os oficiais subalternos, subtenentes e sargentos, distraídos de suas tarefas e perturbados no cumprimento de seus deveres profissionais pelas múltiplas preocupações que decorrem da obrigação moral de assistir a seus familiares na satisfação das mais elementares necessidades de subsistência. E, não fora tão grave e premente esse problema, se não assistíssemos à compreensão cada dia maior do padrão de vencimentos militares ante a espiral inflacionária dos preços, e se, ademais, não perdurasse, flagrante e acabronhadora, eterna disparidade em relação ao pessoal das outras Forças Armadas que têm asseguradas, onde quer que seja, condições de vida muitíssimo superiores.

Sabido é que em todas as guarnições, embora em escala variável, lutam os militares de terra com dificuldades cada vez maiores para a manutenção de um padrão de vida compatível com sua posição social. Ante as reconhecidas aberturas do erário, importaria isso nada mais do que num sacrifício maior a que, de espírito alevantado, se sujeitariam todos, não estivessem agora outros problemas de muito maior profundidade, tais como os apontados anteriormente, a disseminar perniciosa onda de ceticismo utilitarista e a corroer a crença nos altos valores morais que são, de fato, o sustentáculo das instituições armadas.

Perigosas só poderão ser hoje, nos meios militares, as repercussões que já se pressentem e anunciam de leis ou decisões governamentais que, beneficiando certas classes ou grupos, acarretarão pronunciado aumento do custo já insuportável de todas as utilidades. A fixação de altos padrões de vencimentos para os funcionários diplomados em cursos superiores - vencimentos que se duplicarão ao cabo de alguns quinquênios -, caso não promova injustificável disparidade entre militares e civis, só poderá, através de emendas apressadas introduzidas nas Casas do Congresso, sem maior exame de todas as suas conseqüências, redundar em outra série de males e desníveis dentro da própria classe militar. E a elevação do salário mínimo que, nos grandes centros do País, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais, destacando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército de seus quadros inferiores.

Ante a gravidade da situação que se está a criar para breve, impõe-se alerta corajoso, pois não se poderá prever que grau de dissociação serão capazes de gerar, no organismo militar, as causas múltiplas de tensões que, dia a dia, se acumulam.

E é preocupados e justamente alarmados ante perspectivas tão sombrias, que nos animamos a trazer aos altos chefes responsáveis, leal e francamente, esta exposição, a nosso ver, fidedigna do ambiente em que, na hora presente, se debate o Exército, cujos quadros só devem aspirar vê-lo reintegrado na antiga tradição da austeridade, de eficiência, coesão e consciência profissional que dele sempre fizeram o baluarte e o guardião da nacionalidade brasileira.

Rio de Janeiro, fevereiro de 1954.

Este documento, pelo que a imprensa noticiou na época, foi assinado pelos seguintes oficiais do Exército:

### CORONÉIS

Antônio Henrique de Almeida Morais

Dario Coelho

Orlando Ramagem

Syseno Sarmento

Alfredo Souto Malan

Antônio Mendonça Molina

Jurandir Bizarria Mamede

Amaury Krueel

Landry Salles Gonçalves

Almerio de Castro Neves

Olímpio de Sá Tavares

Adhemar de Queiroz

Silvino Castro da Nóbrega

Paulo Enéas Ferreira da Silva

Luiz Carneiro de Castro e Silva

Antônio Negreiros de Andrade Pinto

Félix Toja Martinez

Annibal de Andrade

Aristóteles Munhoz Moreira

Ramiro Gorreta Júnior

Milton Pio Borges da Cunha

Antônio Moreira Coimbra

Anthero de Matos Filho

João Franco Pontes

João Punaro Bley

Adalberto Pereira dos Santos

Milton Pio Borges da Cunha

João Armindo Correia da Costa

Aristóbolo Codevilla Rocha

Elízio Carlos Dale Coutinho

Paulo Leite de Rezende

Mirabeau Pontes

Luís Tavares da Cunha Mello

Edson Pires Condeixa

Pedro Eugênio Pires

Mário Ferreira Barbosa Pinto

Humberto Moraes Barbosa de Amorim

Joaquim José Gomes da Silva Júnior

José Luiz Bettamio Guimarães

Antônio Carlos da Silva Muricy

Alberto Ribeiro Paz

Alfredo Américo da Silva

TENENTES-CORONÉIS

José Alexínio Bittencourt

Paulo Braga de Souza

Virgínio da Gama Lobo

Luís Gomes do Nascimento

Ayrton Salgueiro de Freitas

Antônio Jorge Correia

Walter de Menezes Pais

Newton Castelo Branco Tavares

Décio Gorrensens de Oliveira

Raul Pires de Castro

Araken de Oliveira

Moacyr Nery Costa

Antônio Luiz de Barros Nunes

Golbery do Couto e Silva

Nilton Fontoura de Oliveira Reis

Ramiro Tavares Gonçalves

Aécio Rebouças

Sílvio Coelho da Frota

Antônio Marques de Amorim

Clóvis Bandeira Brasil  
Aduino Esmeraldo  
Antônio da Costa Lins  
Otávio de Oliveira Braga  
Hélio Barbosa Brandão  
Agostinho Teixeira Cortes  
Fritz de Azevedo Manso  
Ednardo Dávila Melo  
Euler Bentes Monteiro  
Mozart de Andrade Souza  
Oldemar Ferreira da Silva  
Napoleão Nobre  
Maelmo de Faria Mascarenhas e Lemos  
Alcyr Palmeiro  
Demóstenes Américo da Silva  
Lauro Moitinho dos Reis  
Ovídio Saraiva de Carvalho Neiva  
Henrique Fernando Vieira  
Geraldo de Menezes Cortes  
Lucídio de Arruda”

*Fonte: SILVA, Hélio. 1954: Um tiro no coração. Porto Alegre: L&PM, 2004. Ps. 283-289.*

**ANEXO D**

MENSAGEM ENTREGUE PELO CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO  
PETRÓLEO E DA ECONOMIA NACIONAL À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Excelentíssimos Senhores

“Membros da Câmara dos Deputados

I - O CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO PETRÓLEO E DA ECONOMIA NACIONAL (CEDPEN), sociedade civil, fundada em 21 de abril de 1948, "com o objetivo de congregar o povo brasileiro, sem distinção de sexo, religião, classe social ou filiação

partidária, em prol da união mais ampla pela emancipação econômica do Brasil, reunindo todas as forças vivas da Nação em defesa da exploração do petróleo brasileiro pelo monopólio estatal", tem a honra de reafirmar a Vossas Excelências seu ponto de vista sobre o magno problema, ora em discussão nesta Casa do Congresso Nacional.

II - O CEDPEN, há mais de quatro anos, vem lutando contra a entrega total ou parcial, direta ou indireta, ostensiva ou dissimulada, da exploração de nossos recursos petrolíferos a trustes estrangeiros, e conta com o apoio da esmagadora maioria da opinião pública, traduzido em manifestações inequívocas provenientes de todos os recantos do território pátrio.

**III - Já por diversas vezes, senhores deputados, teve o CEDPEN a honra de comparecer a essa Casa. Em 12 de novembro de 1948, sua Diretoria, cumprindo resolução da I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, e prestigiada por considerável massa popular que se concentrou nas escadarias do Palácio Tiradentes, fez entrega ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara de um Memorial em que era reclamado o arquivamento do impatriótico anteprojeto de Estatuto do Petróleo, e encarecida a necessidade de não se efetivarem as concessões de refinarias aos grupos Drault Erananny (Refinaria do Distrito Federal) e Soares Sampaio (Refinaria União), concessões essas, aliás, já naquela data inteiramente caducas, por não-cumprimento de várias cláusulas do Edital de Concorrência. Mais tarde, voltou a Diretoria do CEDPEN a essa Casa para encaminhar à apreciação de Vossas Excelências o anteprojeto elaborado pela referida I Convenção, que consubstanciava a tese defendida por esta organização, estabelecendo o monopólio estatal para todas as fases da indústria do petróleo, a ser exercido por um departamento**

**autárquico, dotado de personalidade jurídica, e com ampla autonomia financeira e administrativa.**

IV - A primeira fase da campanha do CEDPEN, coroada com a I Convenção, conseguiu barrar a marcha do anteprojeto de estatuto, que foi praticamente arquivado, e levou o governo passado a adquirir a refinaria de Cubatão e a frota nacional de petroleiros. Ficaram assim destruídos pelos fatos os argumentos de falta de recursos e de impossibilidade de aquisição de equipamentos com os quais se pretendeu justificar aquele anteprojeto. A luta do CEDPEN foi árdua. Contra a campanha nacional de esclarecimento da opinião pública, empreendida por esta Instituição, foram desfechadas ofensas e intrigas, secundadas por violências policiais. Mas o apoio popular venceu as pressões e manobras dos trustes e esta entidade emergiu da batalha ainda mais fortalecida. Centenas de Câmaras Municipais, cinco Assembléias Legislativas Estaduais e cerca de seiscentos oficiais de nossas Forças Armadas lhe manifestaram então seu público apoio.

V - As grandes organizações monopolistas estrangeiras, que ambicionam o domínio de nosso petróleo, não descansam, porém. Voltam ao assalto com insistência, tentando sucessivas formas de penetração no aproveitamento da grande riqueza nacional. Quando não lhes é possível obter o máximo, em face da resistência dos brasileiros, procuram abrir brechas por onde possam entrar de modo dissimulado. Foi assim que, em princípios do ano findo, tentou o trustee da Standard Oil montar em Niterói uma grande refinaria, utilizando-se ardilosamente de um grupo de "testas-de-ferro", encabeçado pelo senador Max Leitão. Esse grupo entraria no negócio com capital simbólico, e o trustee o financiaria com vultoso empréstimo, garantindo para si não só a administração técnica e comercial da indústria, como a distribuição dos seus produtos. Contra mais essa investida levantou-se o CEDPEN, realizando, de 5 a 7 de junho de 1951, a II Convenção Nacional. Novamente compareceu

então a Diretoria da entidade a essa Casa para protestar contra a inominável violência das autoridades policiais, que tentaram dissolver a tiros a sessão de instalação do Conclave.

VI - Encontra-se agora em discussão na Câmara o projeto nº 1.516, do Poder Executivo. Contra esse projeto, ergueu-se novamente o CEDPEN, apoiado por impressionante solidariedade pública. Em documentado estudo, estampado em diversos jornais, e profusamente distribuído em folheto por todo o território nacional, demonstrou o CEDPEN, com irretorquíveis argumentos, o caráter entreguista no referido projeto, que contém inúmeras e variadas brechas, capazes de dar ao trustee as oportunidades para penetrar na exploração do petróleo nacional, visando ao futuro domínio de toda a indústria. Esse trabalho, senhores deputados, é do conhecimento de Vossas Excelências, pois foi também amplamente distribuído nas duas casas do Congresso.

VII - A repercussão nacional da nova campanha do CEDPEN atingiu proporções extraordinárias. Prova disso foram as demonstrações públicas de solidariedade por ocasião do quarto aniversário da fundação da entidade, a 21 de abril último. E as manifestações populares contra o projeto da Petrobrás encontraram eco no parlamento. É cada vez maior o número de deputados que se declararam pelo monopólio estatal e contra as pretensões dos trustees. O governo, entretanto, se recusa a atender aos anseios da Nação, e acaba de forçar a adoção do regime de urgência para a discussão e votação do projeto, já repellido pela opinião pública.

VIII - Em face de tão graves circunstâncias, julga o CEDPEN de seu dever comparecer a essa Casa, para manifestar a vontade do povo brasileiro, de que seja rejeitado o projeto oficial e estabelecido definitivamente o monopólio do Estado para todas as fases da indústria do petróleo.

IX - A tese do CEDPEN é conhecida. Não será demais, todavia, resumi-la ainda uma vez. O CEDPEN se opõe, como já foi dito, a qualquer participação, mesmo parcial ou indireta, de capitais estrangeiros na exploração do nosso petróleo, pois tais capitais seriam pura e simplesmente os capitais dos grandes trustes que já tantas atribuições e malefícios têm causado a outros povos.

X- O CEDPEN se opõe também à participação de capitais particulares, mesmo brasileiros, não só para eliminar os possíveis "testas-de-ferro", como porque, sendo a indústria do petróleo essencialmente monopolista, deve ser integralmente exercida pelo Estado, destinando-se os lucros só ao financiamento da expansão de suas próprias atividades, como a aplicações que venham beneficiar toda a coletividade.

XI - O CEDPEN considera absolutamente indispensável que o monopólio estatal abranja todos os ramos da indústria, incluindo não só a pesquisa, a lavra, o transporte especializado e a refinação, como o próprio comércio distribuidor. De nada valeria estabelecer o monopólio estatal apenas para os quatro primeiros ramos, e em seguida entregar seus produtos à rede comercial dos trustes. Foi esta a solução adotada na Colômbia, onde o truste açambarca praticamente a totalidade dos lucros da exploração da antiga concessão de Mares, apesar de serem os quatro primeiros ramos da indústria nominalmente nacionalizados. A distribuição comercial interna e externa dos produtos da empresa "nacional" colombiana é feita por uma filial da Standard Oil. Foi esta ainda a solução adotada pelo Conselho Nacional do Petróleo para a Refinaria de Mataripe, cujos produtos são entregues por preços baixos às filiais dos trustes, que os revendem ao público por preços consideravelmente mais altos, absorvendo deste modo parte substancial dos benefícios que o petróleo do Recôncavo já deveria estar proporcionando ao País. O CEDPEN, ao insistir neste ponto, que considera da maior importância, esclarece que o monopólio estatal da distribuição não excluiria a presença

de pequenos revendedores, varejistas, operando à base de comissões fixas. O monopólio estatal é, no entanto, indispensável no comércio atacadista, isto é, na distribuição em grosso.

XII - O CEDPEN considera ainda indispensável que a entidade a ser criada para exercer o monopólio estatal tenha a maior flexibilidade e autonomia, de modo a funcionar em moldes comerciais, sem prejuízo da necessária fiscalização de suas atividades pelo parlamento e pela opinião pública. É inteiramente falso que o CEDPEN preconize ou tenha preconizado a entrega da exploração do petróleo a uma repartição pública comum, e isso pode ser constatado pela simples leitura do projeto elaborado em 1948 pela I Convenção.

XIII - Finalmente, o CEDPEN considera que, à entidade a ser criada para exercer o monopólio estatal, devem ser fornecidos amplos recursos financeiros, de modo a obter-se um rápido desenvolvimento de suas atividades, para que o Brasil, no menor prazo possível, se liberte da dependência de importação de produtos petrolíferos.

XIV - Coerente com esses princípios, o CEDPEN, em nota pública, aprovou o substitutivo apresentado na Câmara pelo deputado Euzébio Rocha e mais 26 parlamentares, com emendas estendendo o monopólio estatal ao comércio distribuidor atacadista; declarando caducas as concessões de refinarias a particulares e promovendo a completa nacionalização do atual comércio distribuidor por meio da desapropriação das instalações das filiais dos trustes que operam no território nacional.

XV - Examinando agora o substitutivo apresentado pela União Democrática Nacional, o CEDPEN lhe dá também sua aprovação, observadas, entretanto, as emendas indispensáveis ao projeto Euzébio Rocha, e excluía a possibilidade de virem a ser criadas, por leis especiais, empresas subsidiárias da autarquia estabelecida no projeto udenista.

X VI - O CEDPEN espera que todos os deputados favoráveis à tese do monopólio estatal aceitem estas sugestões e encontrem um terreno comum, evitando assim a dispersão de esforços, que viria em detrimento da causa que defendemos. O CEDPEN se coloca à inteira disposição das duas casas do Congresso, com o elevado propósito de colaborar na solução do problema, que empolga toda a Nação.

XVII - Reafirmando, por conseguinte, sua tese sobre a exploração do petróleo brasileiro, o CEDPEN protesta contra a pressão governamental, orientada no sentido de fazer aprovar, em regime de urgência, o projeto entreguista nº 1.5.6, e faz sentir, ao mesmo tempo, ao Parlamento, que outra qualquer solução, fora do monopólio estatal, contraria frontalmente os interesses nacionais e a vontade manifesta do povo.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1952.

General Felicíssimo Cardoso, presidente. General Arthur Carnaúba. General Antônio José Henning. General Leônidas Cardoso. General Vicente de Paula Teixeira de Vasconcellos.”

*Fonte: SILVA, Hélio. 1954: Um tiro no coração. Porto Alegre: L&PM, 2004. Ps. 303-306.*

## ANEXO E

### MANIFESTO DOS GENERAIS

"Considerando que o inquérito policial-militar, em andamento na base aérea do Galeão, já apurou, indiscutivelmente, que foi a guarda pessoal do presidente da República, sob a chefia de Gregório Fortunato, homem de sua absoluta confiança, que o planejou e preparou, dentro do palácio presidencial, ou fez executar, o atentado em que foi assassinado o major-aviador Rubens Florentino Vaz;

Considerando que depois de haver o presidente da República assegurado à Nação que o crime seria apurado e os culpados entregues à justiça, elementos de sua imediata confiança, ainda dentro do palácio presidencial, alertaram os criminosos e lhes forneceram os meios necessários à fuga, inclusive vultosa quantia em dinheiro;

Considerando que é, assim, duvidoso que se possa chegar à punição de todos os culpados;

Considerando que as diligências do inquérito trouxeram à luz farta documentação em que se demonstra a corrupção criminosa nos círculos mais chegados ao presidente da República;

Considerando que tais fatos comprometem a autoridade moral indispensável ao presidente da República para o exercício de seu mandato; Considerando, enfim, que a perduração da atual crise política militar está trazendo ao País irreparáveis prejuízos em sua situação econômica e poderá culminar em graves comoções internas, em face da

intranqüilidade geral e da repulsa e indignação de que se acham possuídas todas as classes sociais do País,

OS ABAIXO ASSINADOS, oficiais-generais do Exército, conscientes de seus deveres e responsabilidades perante a Nação, honrando compromissos públicos e livremente assumidos, e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, em consciência, como melhor caminho para tranqüilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual presidente da República, processando-se sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais.

Rio, 22 de agosto de 1954

a) General Álvaro Fiúza de Castro, general Canrobert Pereira da Costa, general-de-Divisão Nicanor Guimarães de Souza; general-de-Divisão Juarez Távora; general Alcides Etchegoyen; general-brigadeiro Emílio Ribas Júnior; general Edgard Amaral; general Altair de Queiroz; General J. Machado; general Peri Constant Bevilacqua; general Humberto Castelo Branco; general Paulo Kruger da Cunha; general Ignácio José Veríssimo; general Barros Falcão; general João Batista Rangel; general Nilo Horácio de Oliveira Sucupira; general Antônio Coelho dos Reis; general Delso Fonseca; general Henrique Lott."

*Fonte: SILVA, Hélio. 1954: Um tiro no coração. Porto Alegre: L&PM, 2004. Ps. 316-317.*

**ANEXO F**

## NOTA OFICIAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

"Com os olhos em lágrimas, perfilados ante o corpo de seu chefe imortal, os membros do Partido Trabalhista Brasileiro cumprem o dever de se dirigirem ao povo para, verberando o procedimento dos caluniadores, cujas mãos ficarão na história tintas de sangue, manifestarem sua determinação inquebrantável de continuar a resistência em prol da emancipação econômica e social do Brasil.

Aos maus brasileiros, que abusam de franquias democráticas jamais gozadas em tão alto grau em nossa Pátria para servirem ao capitalismo estrangeiro e darem pasto ao seu ódio insopitável contra o homem que os derrotou nas urnas, advertimos que continuaremos na estacada, defendendo com mais ardor e mais idealismo a memória inolvidável do maior dos brasileiros, sacrificado em holocausto à ordem e à tranquilidade públicas.

Estaremos unidos mais do que nunca, esquecidos de quaisquer divergências internas, porque o sangue inocente de Getúlio Vargas foi a comunhão que nos uniu para sempre sob a mesma fé, abrindo-nos, de par em par, o coração do povo brasileiro, que jamais conheceu, em toda a sua gloriosa história, exemplo tão dignificante de renúncia e página tão formosa de amor à Pátria. Cada gota de sangue do nosso grande chefe será, de fato, a chama imortal a viver para sempre em nossos corações. Nós a transmitiremos às gerações porvindouras para que completem e aperfeiçoem a obra iniciada.

Os trabalhadores estão órfãos. Os pequeninos ficaram em desamparo. Mas nós, que somos uma parcela deste povo triste, nós juramos, com as mãos postas sobre o corpo hirto do nosso grande chefe - cujo espírito nos guiará até a morte - fazermos do seu ideal o nosso ideal, das suas últimas declarações o nosso programa, para, dentro da ordem, defendermos a efetiva independência da Pátria e as conquistas dos trabalhadores, de que ele foi o paladino, e por

cuja causa não perdoaram os detentores do poder econômico. Esse povo de quem fui escravo jamais será escravo de ninguém'.

(a) João Goulart"

*Fonte: SILVA, Hélio. 1954: Um tiro no coração. Porto Alegre: L&PM, 2004. P. 322*

## **ANEXO G**

"A Comissão Executiva Nacional e a Bancada Federal do PTB, fazendo suas as palavras da mensagem acima, dirigida ao povo brasileiro pelo deputado João Goulart, resolveram aprovar os seguintes princípios:

I. Absoluta independência do Partido, em face do governo atual, desautorizando a colaboração de qualquer de seus membros com o mesmo.

II. Reclamar a libertação imediata de todos os líderes sindicais e trabalhadores que se encontrem presos ou detidos, com manifesta violação dos preceitos constitucionais.

III. Reafirmar sua fidelidade aos ideais democráticos e o seu propósito inviolável de lutar pela ordem constitucional, que deverá ser restabelecida e preservada.

IV. Recomendar às suas bancadas no Legislativo que protestem contra as violências praticadas pelas autoridades públicas, inclusive contra a imprensa e, especialmente, contra a Rádio Continental e a Rádio Mundial.

V. Defender os princípios consubstanciados na última carta do presidente Getúlio Vargas, que são: a) combate aos abusos do poder econômico; b) defesa do regime de liberdade social; c) luta pela libertação econômica do povo brasileiro.

Rio,25/8/1954

(a) A. Sousa Neves

Vice-Presidente"

*Fonte: SILVA, Hélio. 1954: Um tiro no coração. Porto Alegre: L&PM, 2004. P. 323*

## **ANEXO H**

### **NO CORAÇÃO DO POVO**

*Uma segunda versão da carta-testamento foi escrita à mão por Vargas e encontrada nos seus arquivos pessoais, sendo divulgada pela família em 1973.*

"Deixo à sanha dos meus inimigos o legado da minha morte.

"Levo o pesar de não ter podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro, e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia.

"A mentira, a calúnia, as mais torpes invencionices foram geradas pela malignidade de rancorosos e gratuitos inimigos, numa publicidade dirigida, sistemática e escandalosa.

"Acrescente-se a fraqueza de amigos que não me defenderam nas posições que ocupavam, à felonias de hipócritas e traidores a quem beneficiei com honras e mercês e à insensibilidade moral de sicários que entreguei à Justiça, contribuindo todos para criar um falso ambiente na opinião pública do país contra a minha pessoa.

"Se a simples renúncia ao posto a que fui levado pelo sufrágio do povo me permitisse viver esquecido e tranqüilo no chão da pátria, de bom grado renunciaria. Mas tal renúncia daria apenas ensejo para, com mais fúria, perseguirem-me e humilharem-me. Querem destruir-me a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas. Velho e cansado, preferi ir prestar contas ao Senhor, não dos crimes que não cometi, mas de poderosos interesses que contrariei, ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque exploravam, impiedosamente, aos pobres e aos humildes. Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos. Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus.

"Agradeço aos que de perto ou de longe trouxeram-me o conforto de sua amizade.

"A resposta do povo virá mais tarde[...]"

Fonte: *Conjuntura Econômica*, 58:8, agosto de 2004, 32.

## **ANEXO I**

### **A CARTA TESTAMENTO**

Minutos antes de dar o tiro fatal no peito, uma mensagem dramática.

*“Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, a povo e principalmente os humildes.*

*Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.*

*Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.*

*Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.*

*Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.*

*E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”*

*(Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 23/08/54)*

Fonte: *Conjuntura Econômica*, 58:8, agosto de 2004, 24.

## ANEXO J

### UM PERSONAGEM DE CORDEL

Figura popular e carismática, Getúlio Vargas impressionou e fascinou amplos setores das camadas desfavorecidas da população a ponto de se tornar um dos personagens prediletos desse grande meio de comunicação popular que é a literatura de cordel, cuja produção sempre foi dirigida para o consumo imediato. O artífice do Estado Novo é possivelmente o político que inspirou o maior número de folhetos de cordel.

O escritor Orígenes Lessa (1903 – 1986) afirmou que, em sua época e ainda durante alguns anos após a morte, Vargas foi a figura preferida dos cordelistas, sempre atentos a temas de grande comoção nacional, embora outros heróis populares tenham continuado a estimular a imaginação desses autores. “Somente o padre Cícero inspirou número maior de folhetos. Nem Antônio Silvino nem Lampião, com o seu apelo sempre renovado pela exploração do cinema, deram produção literária maior”. Lessa escreveu um livro, *Getúlio Vargas na Literatura de Cordel* (Editora Documentário, 1973), hoje esgotado, que traz os seguintes trechos de folhetos:

*No dia em que Getúlio Vargas*

*Até a chuva estiou.*

*No Rio se suicidou*

(O Julgamento de Getúlio no Céu,  
do poeta e cordelista Rodolfo

*Houve silêncio na terra*

*O mundo todo mudou*

*A 24 de agosto*

*O vento ficou parado*

*Quando o dia amanheceu*

*O firmamento nublado*

*Um negro manto cobriu*

*Quando a notícia vagou*

*Ligeiro o sol se escondeu*

*Getúlio Vargas morreu*

*O mundo em peso chorou*

(A Chegada de Getúlio Vargas  
ao Céu, do cordelista Minervino

Abaixo, outros versos de cordel e algumas das muitas músicas feitas em sua homenagem:

"Jesus Cristo, pelo povo  
Padeceu morte e paixão,  
Getúlio foi outro Cristo,  
Varou o seu coração  
Com uma bala sublime  
Para salvar a nação!  
Morreu, mas ressuscitou

E subiu ao céu com glória,  
Assim há de ser Getúlio,  
Que vai ficar na memória,  
Viverá eternamente  
Alumbrando a nossa História."

Em *Getúlio Vargas* na literatura de *cordel*,  
de Orígenes Lessa.

*Ai, Gegê*

(De João de Barro e José Maria Abreu,  
1950).

“Ai, Gegê!

Ai, Gegê!

Ai, Gegê!

Que saudades que nós temos de  
você. (Bis)

O feijão subiu de preço.

Se eu fosse *Getúlio*

O café subiu também.

Carne-seca anda por cima

Não se passa pra ninguém.

Tudo sobe, sobe, sobe

Todo dia no cartaz.

Só o pobre do cruzeiro

Todo dia desce mais, mais, mais.”

(De Roberto Roberti e Arlindo Marques  
Jr., 1954).

"O Brasil tem muito doutor, Muito  
funcionário, muita  
professora,  
Se eu fosse o Getúlio, Mandava  
metade dessa gente pra lavoura.

E muito bonitão  
Plantar feijão  
E essa turma da mamata,  
Eu mandava plantar batata”

Mandava muita loura  
Plantar cenoura

### *Hino a Getúlio Vargas*

(De João de Barro, 1958). "Getúlio  
Vargas,  
Tu vais na História ficar.  
Deixas os braços do povo  
Para subir ao altar.  
[...]

Dorme, teu sono tranqüilo,  
Dorme que a tua bandeira  
Há de pairar altaneira  
Sempre no azul da amplidão.  
E as gotas que deste de sangue Teu povo  
amigo há de tê-las Brilhando junto às  
estrelas  
No dia da redenção.”

*Fonte: História Viva, Edição Especial Temática nº 4, agosto de 2004, 91*

Tabela 1

Quanto o Brasil cresceu

Veja a média de crescimento  
econômico anual em cada década  
(em %)



### 2º LUGAR

Essa foi a posição do Brasil no ranking internacional de crescimento do PIB entre 1890 e 1980

Fonte: *Exame*, 38:16, 18 de agosto de 2004, 29.

Tabela 2



Fonte: *Exame*, 38:16, 18 de agosto de 2004, 31.

Tabela 3



Fonte: Exame, 38:16, 18 de agosto de 2004, 33.

Tabela 4



Fonte: Exame, 38:16, 18 de agosto de 2004, 35.

Tabela 5

<b>Ano</b>	<b>Inflação/Varição %</b>
<b>1946</b>	<b>22,6</b>
<b>1947</b>	<b>2,7</b>
<b>1948</b>	<b>8,3</b>
<b>1949</b>	<b>12,2</b>
<b>1950</b>	<b>12,4</b>
<b>1951</b>	<b>11,9</b>
<b>1952</b>	<b>12,9</b>
<b>1953</b>	<b>20,8</b>

Fonte: Wanderlei Guilherme dos Santos, *Que Brasil É Este? Manual de Indicadores Políticos e Sociais*. Rio de Janeiro: UPERJ/Vérice, 1990, p. 40.

Tabela 6

Evolução do salário mediano (nominal e real) do operário no Distrito federal				
	Salário mediano mensal		Índices (1939=100)	
	Cr\$	Índice (1939=100)	Custo de vida	Salário real
1939	300*	100	100	100
1946	801	267	297	90
1947	874	291	364	80
1948	950	317	379	84
1949	1,085	362	391	93
1950	1,177	392	417	94
1951	1,257	419	462	91
1952	1,452	484	524	92
1953	1,488	496	589	84
1954	2,184	728	713	102
1955	2,891	964	873	110

\* salário médio de contribuição.

Fonte: *Conjuntura Econômica*, 58:8, agosto de 2004, 24.

**ANEXO K**

- Foto 1: Museu da República. In: *História Viva*, 4, agosto de 2004, p. 30.**
- Foto 2: Vargas rumo à presidência, Rio de Janeiro, 1951. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro. In: *História Viva*, 4, agosto de 2004, p. 80.**
- Foto 3: Multidão acompanhando cortejo fúnebre de Vargas na Avenida Beira-Mar, Rio de Janeiro. In: *Conjuntura Econômica*, 58:8 agosto de 2004, p. 31.**
- Foto 4: Comoção no velório de Vargas, Porto Alegre, 1954. *Jornal da História*. Ed. 11, agosto/setembro de 2004, p. 43.**
- Foto 5: Manifestantes na Rua da Praia, Porto Alegre, 24 de agosto de 1954. *Caderno de Cultura*, p. 1. In: *Zero Hora*, 21 de agosto de 2004.**

## ANEXO L

**Entrevista efetuada em 16 de novembro de 2003.**

**Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.**

**Entrevistada: Norendina de Quadros Santos, nascida em oito de setembro de mil novecentos e dezenove, em Santa Bárbara do Sul, Rio Grande do Sul.**

**Local da entrevista: Rua Augusto Porto Alegre, 316, Sarandi, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Residência da depoente.**

**Fotos de: 1955, em cima, à esquerda; 2001, em cima, à direita; 1958, embaixo, à esquerda, e 1962, embaixo à direita.**



**Entrevista efetuada em 27 de maio de 2004.**

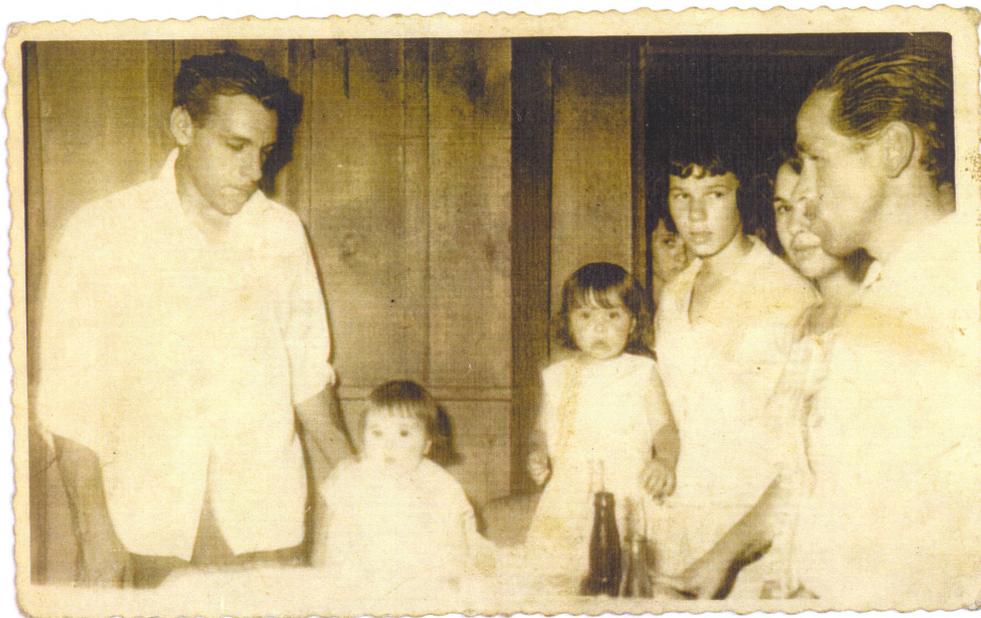
**Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.**

**Entrevistado: Manoel dos Santos Lopes. Nascido em dezessete de junho de mil novecentos e vinte e sete, Capão do Leão, Rio Grande do Sul.**

**Local da entrevista: Rua João Mabili, 103, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.**

**Local de moradia do entrevistado.**

**Fotos de: 1956 e 1997.**




 RUA OTÁVIO  
 ROCHA, Nº 22  
 5º ANDAR - S/ 501  
 F.: (051)224.1885  
 P. ALEGRE - RS

SINDICATO DOS CAMELÔS  
 E AMBULANTES DE P. ALEGRE

CGC: 00985.730/0001-99 - CRE: 886822 - Fundado em: 03/10/95

Matrícula Nº **0616**

Nome: **MANOEL DOS SANTOS LOPES**

Data Nasc: **17.06.27** Nacionalidade: **Brasileira**

Assinatura

Filiação } **ALEXANDRE SILVEIRA LOPES**  
 } **ALICE DOS SANTOS LOPES**

**VENDEDOR AMBULANTE**  
 Atividade - Comércio

**PRAÇA XV LINHA ONIB. LINDOIA**  
 Local

**PORTO ALEGRE**  
 Município

Data Admissão **03.01.97**

Ass. Presidente

Válida somente com a mensalidade em dia

**Entrevista efetuada em 14 de outubro de 2004.**

**Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.**

**Entrevistada: Violante Sá, nascida em vinte e três de novembro de mil novecentos e trinta e dois, em Pelotas, Rio Grande do Sul.**

**Local da entrevista: Escola Municipal Presidente Vargas. Rua Ana Aurora do Amaral Lisboa, 60. Passo das Pedras, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de trabalho do entrevistador**

**Foto de: 2004.**



**Entrevista efetuada em 23 de outubro de 2004.**  
**Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.**  
**Entrevistada: Jandyoca Eliza Azevedo Vitalini.**  
**Local da entrevista: Colégio Militar de Porto Alegre. Avenida José Bonifácio, 363. Bom Fim, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de trabalho do entrevistador.**  
**Fotos de: 1954 e 2004.**



**Entrevista efetuada em 30 de outubro de 2004.**

**Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.**

**Entrevistado: João dos Santos Souza Neto. Nascido em quatorze de outubro de mil novecentos e vinte e nove, Alegrete, Rio Grande do Sul.**

**Local da entrevista: Acesso S, 309. Restinga, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.**

**Local de moradia do entrevistado.**

**Fotos de: 1954 e 2004.**



**Entrevista efetuada em 22 de novembro de 2004.**

**Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.**

**Entrevistada: Zaira Henriqueta Woelfert Medaglia. Nascida em quatro de novembro de mil novecentos e vinte e três, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul.**

**Local da entrevista: Rua Coronel Feijó, 1031/401, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de moradia da entrevistada.**

**Fotos de: 1957 e 2004.**

**TÍTULO ELEITORAL**

RIO G. SUL <sup>195</sup>

CACHOEIRA DE PORTO ALEGRE

CIRCUNSCRIÇÃO ) N.º 23.782-B  
MUNICÍPIO OU DISTRITO ) INSCRIÇÃO

ZONA **2ª**

NOME **ZAIRA HENRIQUETA WOELFERT MEDAGLIA**

DATA DO NASCIMENTO **4.11.1923** NATURALIDADE **CACHOEIRA RGS** ESTADO CIVIL **CASADA**

FILIAÇÃO **JULIO WOELFERT E ANITA FINGER**

PROFISSÃO **PROFESSORA** RESIDÊNCIA **RUA DONA SEBASTIANA, 317**

VOTA NA **705** SETECENTOS E CINCO ) SECÇÃO.

*X* **Zaira H. W. Medaglia** ASSINATURA DO ELEITOR

EM **2.8.57 L** JUIZ ELEITORAL



**Entrevista efetuada em 23 de novembro de 2004.**

**Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.**

**Entrevistada: Donatilia Senandes. Nascida em quatorze de junho de 1910, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.**

**Local da entrevista: Rua Octacílio José Dias, 125, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de moradia da entrevistada.**

**Fotos de: 1960 e 2003.**



**Entrevista efetuada em 29 de novembro de 2004.**

**Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.**

**Entrevistada: Dalva Pacheco. Nascida em dezenove de dezembro de mil novecentos e trinta e quatro, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.**

**Local da entrevista: Rua Domingos Crescêncio, 651/303. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de moradia da entrevistada.**

**Fotos de: 1954.**



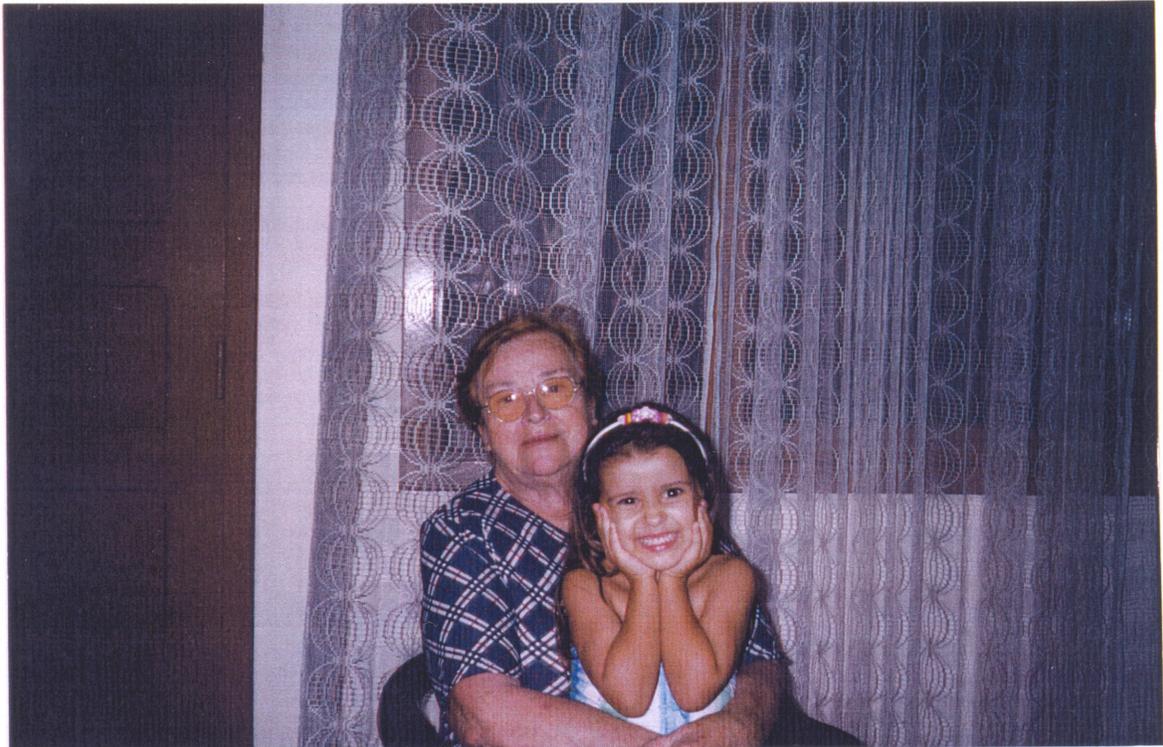
**Entrevista efetuada em 02 de dezembro de 2004.**

**Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.**

**Entrevistada: Nilce Jancoski Rosenstengel. Nascida em vinte e seis de dezembro de mil novecentos e vinte e seis, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.**

**Local da entrevista: Rua Eduardo Bastian, 252. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.**

**Fotos de: 2003.**



**Entrevista efetuada em 04 de dezembro de 2004.**  
**Entrevistador: Paulo Sergio Fioravanti Jardim.**  
**Entrevistado: Rubem Clos Carmanim. Nascido em quatro de março de mil novecentos e trinta e sete, Itaqui, Rio Grande do Sul.**  
**Local da entrevista: Rua Sepé Tiaraju. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Local de moradia do entrevistado.**  
**Fotos de: 1954.**

**A CARTEIRA PROFISSIONAL**

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador.

Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação, para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escada profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

(a.) *Alexandre Marcondes Filho*



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO  
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

**Carteira Profissional**

Série *97*  
Número *2719*



Assinatura do portador  
*Alexandre Marcondes Filho*

CONSELHADO DAS LEIS DO TRABALHO  
DECRETO Nº 12.433

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)